



Comissão Externa Destinada a Acompanhar todos os Atos, Fatos Relevantes, Normas e Procedimentos Referentes às Obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CEXTRRIO

RELATÓRIO FINAL

Coordenador: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)

Relator: Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE)

Relatora Adjunta: Deputada Raquel Muniz (PSC/MG)

Brasília

Dezembro de 2018



SUMÁRIO

MEMBROS DA COMISSÃO	4
INTRODUÇÃO	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO COM O NORDESTE SETENTRIONAL.....	10
1.1 As Obras Cíveis Principais e Associadas.....	11
1.2 A Sustentabilidade Hídrica do Projeto	15
1.3 A Gestão do Projeto	20
1.4 O Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco e Condicionantes Ambientais Associadas ao Projeto.....	25
2. A ATUAÇÃO DA CEXTRRIO: SÍNTESE DO CONHECIMENTO PRODUZIDO, DAS AVALIAÇÕES E DOS ACOMPANHAMENTOS REALIZADOS	29
2.1 SÍNTESE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM BRASÍLIA	35
O papel da Ana na implantação, na sustentabilidade hídrica e na gestão da Transposição do Rio São Francisco (audiência realizada em 17/3/2015).....	35
O Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (audiência realizada em 17/3/2015)	40
Estágio de Execução das Obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (audiência realizada em 24/3/2015).....	47
Investimentos em Saneamento Básico Gerenciados pelo Ministério das Cidades (audiência realizada em 5/5/2015).....	53
O papel da Codevasf na Operação e na Gestão do Projeto de Transposição do Rio São Francisco (audiência realizada em 28/4/2015)	56
Impressões do Projeto Vidas Áridas sobre a Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (audiência realizada em 7/7/2015)	60
Auditorias Realizadas pelo TCU nas Obras da Transposição do Rio São Francisco : principais constatações e resultados alcançados (audiência realizada em 31/3/2015).....	63
Impactos da Redução de Vazões no Rio São Francisco aos Usos Múltiplos da Água (audiência realizada em 30/6/2015).....	74
A Codevasf e a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (audiência realizada em 30/6/2015)	80
Interligação entre o Rio Preto (BA) e o Rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o Rio São Francisco ao Rio Amazonas - PL nº 6.569, de 2013, do Deputado Gonzaga Patriota (audiência realizada em 20/10/2015).	85



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Impactos causados pelas Obras da Transposição em Comunidades Tradicionais e Assentamentos Rurais, Projeto Manuelzão e Papel do Ministério Público na Transposição (audiência realizada em 22/10/2015).	92
Apresentação do Diagnóstico Geral do Andamento das Obras da Transposição e da Revitalização do Rio São Francisco (audiência realizada em 22/11/2016).	100
Obras de Saneamento a serem Executadas na Área de Influência Direta do Projeto de Integração do Rio São Francisco (audiência realizada em 16/5/2017).	111
Apresentação das Obras Geridas pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (audiência realizada em 27/6/2017).	118
Apresentação de Projeto Preliminar da Transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco (audiência realizada em 11/7/2017).	123
Gestão e Operação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco (audiência realizada em 24/4/2018).	128
Situação do Projeto de Integração do Rio São Francisco: dificuldades e custos para sua operação e manutenção e benefícios para as regiões beneficiadas (audiência conjunta com a Comissão Externa destinada a acompanhar a situação hídrica dos Municípios no Estado de Minas Gerais, realizada em 4/12/2018).	141
2.2 RELATO DAS VISITAS TÉCNICAS E EVENTOS EXTERNOS	150
Seminário “Transposição e Revitalização do Rio São Francisco: Impacto nas Cidades Ribeirinhas”, Realizado na Cidade de Pirapora-MG, em 8/5/2015.	150
Fórum de Debates Realizado no Município de Juazeiro do Norte/CE visitas técnicas em trechos do Projeto de Transposição do rio São Francisco (Pisf) localizados nos Municípios de Salgueiro/PE e Cabrobó/PE	157
Seminário “Transposição e Revitalização do Rio São Francisco”, realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 16/4/2018.	172
Visita Técnica ao Reservatório Jati e Estação de Bombeamento EB-2 e Seminário para Atualização de Informações acerca da Transposição do Rio São Francisco", realizada em Juazeiro do Norte, na data de 7/12/2018	188
3. CONCLUSÕES E DESAFIOS FUTUROS	199
4. MENSAGEM FINAL E PROPOSTAS DA COMISSÃO	203



MEMBROS DA COMISSÃO

Coordenador: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)

Relator: Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE)

Relatora Adjunta: Deputada Raquel Muniz (PSC/MG)

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PODE/PMN/PRP/ PSDC/PEN/PRTB
<u>Adail Carneiro</u> PODE/CE (Gab. 335-IV)
<u>Beto Rosado</u> PP/RN (Gab. 840-IV)
<u>Efraim Filho</u> DEM/PB (Gab. 744-IV)
<u>Fernando Coelho Filho</u> DEM/PE (Gab. 662-IV)
<u>Jony Marcos</u> PRB/SE (Gab. 807-IV)
<u>Macedo</u> PP/CE (Gab. 214-IV)
<u>Mário Negromonte Jr.</u> PP/BA (Gab. 517-IV)
PT/PSD/PR/PROS/PCdoB
<u>Chico Lopes</u> PCdoB/CE (Gab. 310-IV)
<u>José Rocha</u> PR/BA (Gab. 908-IV)
<u>Paulo Magalhães</u> PSD/BA (Gab. 903-IV)
<u>Raquel Muniz</u> PSD/MG (Gab. 444-IV)
<u>Valmir Assunção</u> PT/BA (Gab. 739-IV)
<u>Vitor Valim</u> PROS/CE (Gab. 545-IV)
PSDB/PSB/PPS/PV
<u>Átila Lira</u> PSB/PI (Gab. 640-IV)
<u>Gonzaga Patriota</u> PSB/PE (Gab. 430-IV)
<u>Odorico Monteiro</u> PSB/CE (Gab. 582-III)
<u>Pedro Cunha Lima</u> PSDB/PB (Gab. 611-IV)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE (Gab. 725-IV)



INTRODUÇÃO

A Comissão Externa Transposição do Rio São Francisco (CEX-TRRIO) foi criada por ato da Presidência da Câmara dos Deputados, em 26/2/2015, em atendimento ao Requerimento nº 98/2015, de autoria do **Deputado Raimundo Gomes de Matos**. A Comissão teve como objetivo acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco (Pisf). Mais especificamente, objetivou-se acompanhar e avaliar quatro questões de significativa importância para a adequação e eficiência do Projeto:

- a) a execução das obras civis principais e associadas em conformidade com o prazo e a qualidade estipuladas;
- b) a gestão da operação e manutenção do Pisf por ocasião do início de sua operação;
- c) o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco; e
- d) as obras integrantes das condicionantes ambientais do empreendimento.

A criação da CEXTRRIO para avaliação desses tópicos se mostrou oportuna, pois se encontram no estágio final de execução as obras civis relativas aos canais principais, bem como os recursos inicialmente destinados ao Programa de Revitalização do Rio São Francisco. Não obstante esses fatos, que revelam ser iminente a entrega definitiva do Pisf, diversas importantes questões essenciais à efetividade do projeto permanecem sem solução, sendo alvo constante de ataques e polêmicas políticas e sociais. Entre essas questões estão execução de obras complementares estaduais e municipais, a conclusão das obras integrantes das condicionantes ambientais, a efetividade do Programa de Revitalização do Rio São Francisco e o delineamento de um sistema efetivo de gestão do projeto, capaz de garantir seu pleno funcionamento, com qualidade técnica e sustentabilidade financeira, econômica e ambiental.



As preocupações que permeiam a entrega das obras estaduais complementares se justificam pelas reiteradas constatações de falta de condições técnicas e financeiras dos estados, resultando em atrasos de obras iniciadas ou, até mesmo, impossibilidade de conclusão de projetos. As consequências desse problema envolvem prejuízos diretos à efetividade do Pisf, haja vista que as obras complementares estaduais são as grandes responsáveis pelo transporte da água desde os canais principais até os municípios beneficiados. Diante desse contexto, acompanhar a evolução dessas obras, bem como contribuir na busca de soluções conjuntas para as dificuldades identificadas, estiveram entre os objetivos desta CEXTRRIO.

No que respeita à gestão da operação e manutenção do Pisf, entende-se que esse pode ser considerado, atualmente, o tema mais complexo de todo o projeto, de modo que são inúmeras as preocupações e questionamentos que surgem em torno dele. Operar e manter um projeto da envergadura do Pisf envolve questões técnicas, econômicas e ambientais de grande complexidade, além da coordenação de diversos atores dos três poderes e dos três entes federativos. Trata-se de questão cujo equacionamento é complexo e, ao mesmo tempo, urgente. Definições relativas a fixação dos valores a serem cobrados pela água, às responsabilidades e contrapartidas dos usuários, à divisão equitativa das vazões e à manutenção das obras civis constituem, depois do término das obras, o grande desafio para implantação do Pisf. Nesse passo, esta Comissão não poderia deixar de acompanhar e avaliar também aspectos relativos a esse importante tema.

Adicionalmente, tem-se o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco que, em que pese as suas diversas ações, não parece se mostrar eficiente aos objetivos que deveria cumprir. Isso porque, permanecem sendo constantemente veiculadas notícias que alertam sobre a situação grave de degradação do rio São Francisco. Em princípio, as preocupações dos agentes governamentais envolvidos com a execução do Pisf parecem estar voltadas



principalmente para a conclusão das obras civis dos canais principais. Trata-se de fato perfeitamente compreensível, na medida em que os reiterados atrasos já ocorridos elevaram a pressão política e social para o término do projeto. No entanto, igualmente necessário e urgente é a revitalização e conservação do Rio São Francisco, o qual supre diversos importantes usos múltiplos em sua bacia hidrográfica e torna-se agora o grande fornecedor do principal combustível da Transposição: a água.

Por fim, merecem atenção também as medidas de cunho socio-ambiental integrantes das condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais do empreendimento. Mais especificamente, a Licença de Instalação (LI) concedida pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais e Renováveis (Ibama), estabeleceu diversas condicionantes cujo cumprimento depende da execução de obras, quais sejam:

- a) sistemas de abastecimento de água para as populações urbanas dos municípios da área de influência direta do empreendimento e para as populações rurais na faixa de 10 km ao longo dos canais e no entorno dos reservatórios;
- b) sistemas de esgotamento sanitário e de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos nos municípios localizados nas bacias de contribuição dos reservatórios componentes e adjacentes ao Pisf.

A execução dessas obras de saneamento básico é preponderante para a garantia da efetividade do Pisf, na medida em que a ausência desses sistemas traz elevado risco de poluição das águas aduzidas, impossibilitando a adequada concretização do Projeto, que é o abastecimento humano. Ao contrário, sem essas obras adicionais, o rio São Francisco tende a ter seu estado de degradação agravado. Grande parte desses empreendimentos estão a cargo dos Municípios beneficiados, os quais também sofrem com a falta de condições técnicas e financeiras para executar convênios, projetos e obras.



Diante de todas essas preocupações que permeiam o maior projeto hídrico do País, esta comissão realizou diversas reuniões de audiência públicas, com convidados de diferentes setores governamentais, de todos os Poderes e esferas, com representantes da sociedade civil, de setores da iniciativa privada, representantes políticos e representantes da comunidade científica. Todos foram convidados a debater, confrontar problemas e propor soluções às principais questões relacionadas à efetividade da Transposição do Rio São Francisco.

Adicionalmente, foram realizadas audiências públicas externas, visitas técnicas à trechos das obras e coletas de informações de extrema importância na formação de um juízo de valor acerca dos variados aspectos que permeiam o Pisf. O conjunto desses trabalhos, como se verá, possibilitou a construção de amplo conhecimento sobre o projeto, a união de forças para a continuidade de esforços, bem como um conjunto de propostas que objetivam contribuir para a economicidade, eficiência e eficácia do Pisf.

A CEXTRRIO reconhece a necessidade urgente da população do semiárido que, há anos, espera ansiosamente pelo cumprimento dessa promessa que é a Transposição do Rio São Francisco. Por esse motivo, objetiva-se, com os trabalhos aqui realizados, efetivamente contribuir para a potencialização dos efeitos da água recebida pela região beneficiada, de modo que, em um futuro próximo, seja possível observar elevação da qualidade de vida, emprego e renda dessa população.



1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO COM O NORDESTE SETENTRIONAL

O Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf) ou, como é mais popularmente conhecido, Projeto de Transposição do Rio São Francisco acumulou, como bem se sabe, anos de discussões e polêmicas até sair efetivamente do papel e chegar ao estágio avançado em que hoje se encontra.

À época de sua concepção, as discussões permeavam a real efetividade do projeto para elevação da sustentabilidade hídrica das bacias receptoras. Questionavam-se a necessidade e efetividade do projeto, alegando existirem soluções mais econômicas e, quem sabe, mais eficientes para aplacar a falta crônica de água com que convive o semiárido brasileiro.

Hoje não cabe mais questionar a necessidade da Transposição, haja vista ser o projeto uma realidade e não mais uma possibilidade. As obras, depois de quase uma década desde que foram iniciadas, parecem estar efetivamente em fase de conclusão. Nesse sentido, as discussões, planos e ações devem se voltar agora para a efetividade do projeto. Mais que entregar as obras, o desafio se constitui agora na garantia da sustentabilidade técnica, operacional, econômica e ambiental do Pisf. Somente garantindo o correto funcionamento dessas variáveis, as bacias receptoras obterão os benefícios esperados e, de forma igualmente importante, a sustentabilidade hídrica da bacia doadora poderá ser preservada.

De modo a melhor compreender os trabalhos realizados por esta Comissão, faz-se breve abordagem das principais questões que desafiam a implantação do Pisf, quais sejam, suas obras civis principais e associadas, seu arranjo de gestão, o Programa de Revitalização do Rio São Francisco e a conclusão das obras integrantes de condicionantes ambientais.



1.1 As Obras Civas Principais e Associadas

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf) é um empreendimento destinado a assegurar oferta hídrica a 390 municípios situados nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Consoante aponta o Ministério da Integração Nacional (MI)¹, o projeto irá beneficiar cerca de 12 milhões de habitantes. Espera-se que, com a elevação da oferta hídrica, obtenham-se melhorias na geração de empregos e na inclusão social da população.

O empreendimento é constituído por dois canais principais, nos quais estão agregadas diversas obras auxiliares, como aquedutos, túneis, estações de bombeamento e reservatórios. Mais especificamente, e conforme dados do MI¹, a obra engloba a construção 477 km de canal, 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 4 túneis, 14 aquedutos, 9 subestações de 230kV e 270 km de linhas de transmissão em alta tensão.

Os dois canais principais do Pisf são denominados Eixo Norte e Eixo Leste. O Eixo Norte levará água aos sertões dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Já o Eixo Leste beneficiará parte dos estados de Pernambuco e Paraíba.

Para fins de organização da licitação, contratação e execução do empreendimento, o MI, desde 2011, adotou modelo que divide cada eixo em três metas. As metas do Eixo Norte são denominadas Metas 1N, 2N e 3N. De maneira análoga, as metas do Eixo Leste são denominadas Metas 1L, 2L e 3L. A Tabela 1 a seguir traz breve sumário da extensão e posicionamento geográfico de cada meta.

Tabela 1: Extensão e posicionamento dos eixos do Pisf, por meta. Fonte: Ministério da Integração Nacional¹

¹ Projeto de Integração do Rio São Francisco – Sumário Executivo. Ministério da Integração Nacional. Julho/2015



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

EIXO NORTE		
Meta	Extensão	Posições Inicial e Final
Meta 1N	140 km	Vai da captação do rio São Francisco, no município de Cabrobó (PE), até o reservatório de Jati, em Jati (CE)
Meta 2N	39 km	Começa no reservatório Jati, no município de Jati (CE), e termina no reservatório Boi II, no município de Brejo Santo (CE)
Meta 3N	81 km	Estende-se do reservatório Boi II, no município de Brejo Santo (CE), até o reservatório Engenheiro Ávidos, em Cajazeiras (PB)
EIXO LESTE		
Meta	Extensão	Posições Inicial e Final
Meta 1L	16 km	Compreende a captação no reservatório de Itaparica até o reservatório Areias, ambos em Floresta (PE).
Meta 2L	167 km	Inicia na saída do reservatório Areias, em Floresta (PE), e segue até o reservatório Barro Branco, em Custódia (PE)
Meta 3L	34 km	Este trecho está situado entre o reservatório Barro Branco, em Custódia (PE), e o reservatório Poções, em Monteiro (PB)

Além dos canais ou eixos principais e suas respectivas obras constituintes (estações de bombeamento, túneis, aquedutos e outras), que pretendem reforçar a disponibilidade hídrica de rios e reservatórios da Região Nor-



deste, a efetividade do Pisf depende também das chamadas obras hídricas complementares ou eixos associados.

Tais obras são responsáveis pelo efetivo transporte, reservação e distribuição da água aduzida dentro de cada estado receptor, ou seja, são essas obras as responsáveis pela entrega da água aos usuários finais. Essas estruturas desempenham, portanto, papel de extrema importância e, por evidente, sem elas os benefícios previstos pelo Pisf não podem ser completamente alcançados.

Muitas dessas obras associadas constituem infraestrutura hídrica existente, já em operação nos estados, situação em que o Pisf reforçará a disponibilidade hídrica dessas estruturas e, conseqüentemente, das cidades e municípios que delas se aproveitam. No entanto, essa não é a realidade geral. Para o completo aproveitamento das águas da Transposição, novas obras necessitam ser executadas pelos estados receptores.

Esses novos empreendimentos hídricos constituem canais, adutoras e barragens que receberão as águas do Pisf e as distribuirão aos municípios beneficiados. A Tabela 2 a seguir, reproduzida, com adaptações, de relatório do Tribunal de Contas da União²(TCU), traz as obras associadas já planejadas, o respectivo órgão responsável, bem como o tipo de execução e valor orçado.

Tabela 2: Obras de infraestrutura hídrica associadas ao Pisf. **Fonte:** Tribunal de Contas da União².

Obra	Órgão	Tipo de execução	Valor orçado para a obra
<i>Canal Adutor Vertente Litorânea (Paraíba)</i>	<i>MI</i>	<i>Descentralizada (órgão estadual)</i>	<i>R\$ 917.863.659,31</i>
<i>Cinturão das Águas do Ceará</i>	<i>MI</i>	<i>Descentralizada (órgão estadual)</i>	<i>R\$ 1.638.087.085,68</i>
<i>Barragem Oiticica (Rio</i>	<i>Dnocs</i>	<i>Descentralizada</i>	<i>R\$ 241.758.574,85</i>

² Relatório condutor do Acórdão 3.434/2014 – TCU – Plenário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Grande do Norte)		(órgão estadual)	
Adutora do Pajeú - 2ª Etapa (Pernambuco)	Dnocs	Centralizada (Dnocs)	R\$ 89.891.634,71
Adutora do Agreste (Pernambuco)	MI	Descentralizada (órgão estadual)	R\$ 1.385.355.233,00
Ramal do Agreste (Pernambuco)	MI	Centralizada (MI)	R\$ 1.242.444.489,19
Ramal do Entremontes (Pernambuco)	MI	Centralizada (MI)	R\$ 1.787.992.536,57

Além das obras constantes da Tabela 2, está prevista também a construção do Ramal do Salgado, no estado do Ceará, e do Ramal do Apodi, no estado do Rio Grande do Norte. Importante destacar que se encontra em estudo projetos de novas obras com o objetivo de reforçar o abastecimento de determinadas regiões. Dessa forma, a concepção desses sistemas associados não é questão superada e tende a ser modificada e ampliada com o passar dos anos. A Figura 2 a seguir traz resumo da posição geográfica dos canais principais do PISF e de alguns dos sistemas associados.

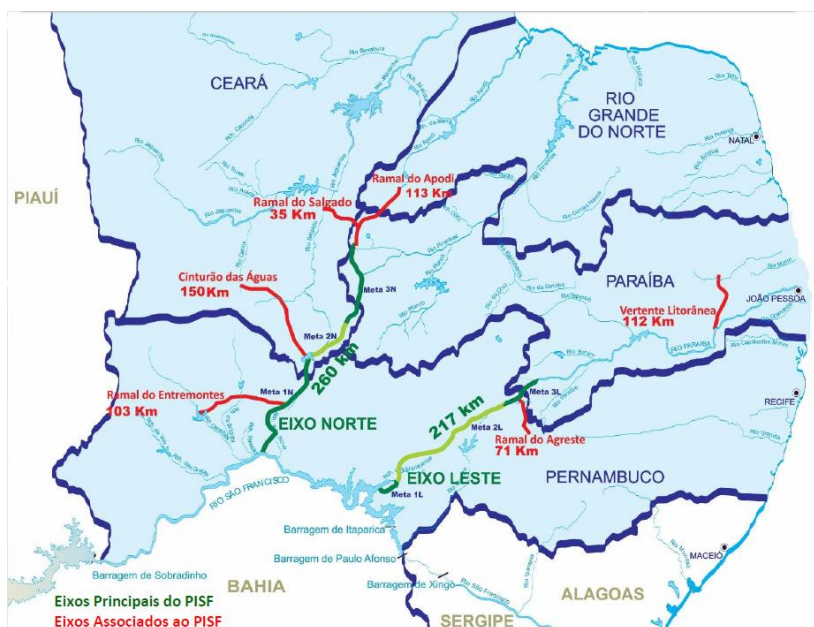


Figura 1: Posição geográfica do PISF e obras associadas. Fonte: Ministério da Integração Nacional.



No que respeita ao vulto dos recursos destinados à execução das obras, tem-se que, para os eixos principais, o orçamento previsto é de R\$ 8,2 bilhões de reais. Até dezembro de 2018, consoante informações disponibilizadas pelo Ministério da Integração em sede de audiência pública³, o empreendimento apresentava execução física de 96,98% para o Eixo Leste e de 95,89% para o Eixo Norte%.

1.2 A Sustentabilidade Hídrica do Projeto

Um das questões centrais do arranjo de gestão do Pisf é operacionalização das vazões que serão distribuídas a cada Estado beneficiado. Por ser esse um tema avaliado ao longo dos trabalhos desta Comissão, interessante trazer aqui breve sumário acerca da sustentabilidade hídrica do Pisf, de forma a possibilitar melhor compreensão do assunto.

A principal fonte de estudo acerca da sustentabilidade hídrica do Pisf constitui a Nota Técnica nº 390/2005/SOC, da Agência Nacional de Águas (ANA). Nesse documento foi realizada a análise do pedido de outorga de direito de uso de recursos hídricos para o Projeto de Integração do Rio São Francisco. O pedido foi realizado pelo MI.

Para o pedido de outorga, a ANA realizou diversos estudos, incluindo a verificação e análise da disponibilidade hídrica da bacia do rio São Francisco, a verificação e análise do balanço hídrico nas bacias receptoras e a verificação e análise do sistema integrado proposto, visando avaliar a capacidade de atendimento das demandas pelo Pisf e a adequação dos valores de vazões a serem bombeados pelos canais.

No que respeita à disponibilidade hídrica da Bacia do Rio São Francisco, a ANA concluiu pela existência de disponibilidade hídrica para o Pisf.

³ Visita Técnica ao Reservatório Jati e Estação de Bombeamento EB-2 e Seminário para Atualização de Informações acerca da Transposição do Rio São Francisco", realizada em Juazeiro do Norte, na data de 7/12/2018



Foi considerado, para tanto, um consumo médio anual de 262,2 m³/s na Bacia do Rio São Francisco previsto para 2025, e vazão média mensal mínima de 1.300 m³/s. Consideraram-se também para a análise as duas possibilidades de operação do sistema:

- a) captação firme de 26,4 m³/s no rio São Francisco, que corresponde à demanda projetada para o ano 2025 para consumo humano e dessedentação animal na região receptora;
- e
- b) captação excepcional da vazão máxima diária de 114,3 m³/s e instantânea de 127 m³/s quando o nível da água do reservatório de Sobradinho estiver acima do menor valor entre o nível correspondente ao armazenamento de 94% do volume útil e o nível correspondente ao volume de espera para controle de cheias.

No que tange ao estudo de balanço hídrico nas bacias receptoras, a Nota Técnica explica que:

As avaliações de demandas e ofertas hídricas nas regiões beneficiadas constam dos Estudos de Inserção Regional, realizados pelo MI, que analisaram ofertas hídricas de açudes existentes, potenciais de uso de águas subterrâneas, demandas hídricas concentradas em núcleos urbanos, distritos industriais existentes e previstos, perímetros de irrigação existentes e previstos, áreas potencialmente irrigáveis e usos difusos da água referentes ao consumo humano, animal e irrigação ao longo de rios e canais previstos pelo PISF. Também, foram estudados esquemas alternativos de bombeamento de vazões do rio São Francisco de modo a aumentar a eficiência dos açudes e aumentar a sinergia, ou



seja, a quantidade de água disponibilizada pela redução da evaporação nos açudes.

Em que pese a existência desse estudo conduzido pelo MI, a equipe técnica da ANA optou por fazer um levantamento próprio da oferta hídrica local nas bacias receptoras. Nesse levantamento, a ANA afirma ter encontrado reservatórios adicionais aos considerados no estudo do MI. Reservatórios esses que se encaixam no mesmo critério de seleção adotado pelo Ministério, a saber, açudes com capacidade acima de 10 hm³.

Importante mencionar que a ANA também realizou em seu estudo uma verificação dos açudes com capacidade inferior a 10 hm³ que atendem, atualmente, aos usos de abastecimento humano nos municípios a serem atendidos pelo Pisf com população superior a 5.000 habitantes. No estudo restou confirmada que a oferta hídrica local proporcionada por esses açudes é muito pequena, de modo que ela deixou de ser considerada no balanço hídrico das bacias receptoras.

Sublinha-se ainda que, no que tange aos recursos hídricos subterrâneos, os estados das bacias receptoras encaminharam ofícios à ANA, declarando tais recursos como reservas estratégicas e comprometendo-se a não permitirem sua exploração enquanto não se esgotarem as disponibilidades hídricas superficiais. Por esse motivo, o potencial hídrico de água subterrânea das bacias receptoras não foi computado na oferta hídrica local.

Após todos esses levantamentos, procedeu-se à avaliação da necessidade de complementação hídrica nas bacias receptoras, bem como a necessidade de racionalidade do uso da água pelo Pisf. A análise da Agência envolveu o balanço hídrico das bacias receptoras na situação sem o Pisf e na situação com o Pisf, nos cenários de demanda de 2005 e 2025, para os usos prioritários (abastecimento humano e dessedentação animal) e usos secundários (usos industriais, irrigação e outros usos urbanos e rurais). Por meio das simula-



ções realizadas, a ANA reafirmou a adequação das condições de bombeamento anteriormente definidas, ou seja:

- a) bombeamento da vazão de 26,4 m³/s, correspondente ao consumo humano e dessedentação animal em 2025, podendo ser destinado a outros usos enquanto essa demanda não for atingida, respeitadas as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos; e
- b) bombeamento de 114,3 m³/s somente quando o nível da água do reservatório de Sobradinho for superior a 94% ou equivalente ao volume de espera para controle de cheias.

Acerca dessas simulações, cabe transcrever aqui importantes considerações realizadas pela Agência:

Em face da natureza diversificada na demanda nas diferentes sub-bacias e das condições de reservação e oferta local nessas mesmas sub-bacias, corre-se o risco de se conviver, em 2025, com níveis diferenciados de garantias para satisfação das demandas secundárias nas diferentes sub-bacias, com reflexo, também, nos valores das vazões médias a serem bombeadas.

Desse modo, é entendimento da equipe da ANA que seria responsabilidade do futuro Sistema de Gestão do PISF trabalhar para que, dadas as condições de outorga de vazão captada (vazão firme de 26,4 m³/s e vazão excedente máxima diária de 114,3 m³/s, caso as condições de reservação em Sobradinho assim permitam), a demanda na área abrangência do PISF seja estruturada de tal forma que possam, de um lado, ser assegurados o atendimento integral às demandas prioritárias e o atendimento satisfatório às demandas secundárias, com níveis aceitáveis de garan-



tia, e, de outro lado, seja minimizada a vazão média anual a ser bombeada do rio São Francisco.

A ANA ainda recomendou que a repartição de vazões bombeadas entre os setores usuários e os estados nas bacias receptoras conste de um Plano de Gestão Anual, a ser elaborado pelo Conselho Gestor do Pisf, por meio da Entidade Operadora Federal e aprovado pela ANA. Consoante registrou a Agência, a repartição de vazões deverá estar de acordo com as diretrizes e objetivos da Lei nº 9.433, de 1997, podendo-se adotar como critérios:

- a) prioridades de uso da água estabelecidos nos Planos de Recursos Hídricos;
- b) prevenção contra eventos hidrológicos críticos;
- c) preservação dos múltiplos usos da água;
- d) otimização da operação do sistema, visando à minimização de perdas de água;
- e) incentivo aos usos da água mais eficientes;
- f) mecanismos de negociação entre os Estados e setores usuários e incorporação de suas definições quanto à distribuição de vazões.

Diante das informações aqui prestadas, acerca dos parâmetros e estudos que conduziram a outorga de uso de recursos hídricos, em 2005, ao Pisf, é de se notar que alguns deles já se encontram desatualizados e necessitam de revisão. A princípio, identifica-se estar desatualizada a vazão mínima defluente de Sobradinho, que, em vez de 1.300m³/s (patamar mínimo adotado em situações de normalidade), possuía, à época da conclusão deste relatório, valor de 550m³/s, autorizada pela ANA, por meio da Resolução ANA nº 1.291, de 17 de julho de 2017, prorrogada por meio da Resolução nº 1.943, de 6 de novembro de 2017 e pela Resolução ANA 51/2018.



Ademais, os dados relativos às demandas hídricas dos Estados beneficiados necessitam também de atualização, haja vista os diversos projetos hídricos idealizados após a concessão da outorga.

1.3 A Gestão do Projeto

A gestão das águas no âmbito do Pisf é questão que permeia as preocupações do Governo Federal desde os anos 2000, quando foram realizados os chamados “Estudos de Inserção Regional”. Tais estudos objetivavam fornecer respostas claras e objetivas a diversas questões levantadas pelos movimentos contrários ao empreendimento.

No âmbito do mencionado estudo, foi proposto o primeiro modelo de gestão, segundo o qual a operação e manutenção das obras comuns aos estados receptores seriam realizadas pelo setor privado por meio de concessão. Conforme explicam Francisco Sarmiento e Pedro Molinas⁴, a proposta constante do estudo “não vingou nem no governo FHC e muito menos no governo Lula, visto que, durante todos esses anos, o MI protagonizou sem concessões de espaço ou delegação de tarefas, seja para a iniciativa privada ou pública, todos os atos que puderam ser realizados até o início das obras de 2007”. Os mesmos autores supracitados registram que:

Um segundo momento relevante, tradutor das preocupações do Governo Federal em relação à sustentabilidade operacional do PISF, veio com a contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) quando da preparação do CERTOH – Certificado de Avaliação da Sustentabilidade de Obra Hídrica, exigido pela ANA no âmbito do pedido de Outorga definitiva para a transposição.

Os estudos concluídos em 2005 tiveram como objetivo principal “a definição das condições gerais e específicas,

⁴ SARMENTO, Francisco Jácome e MOLINAS, Pedro Antônio. A Gestão das Águas da Transposição do Rio São Francisco no Nordeste Brasileiro



mediante as quais os governos dos Estados beneficiados pelo projeto e a instituição responsável pela operação dos sistemas de adução interagirão no sentido de garantir a sustentabilidade administrativa, econômico-financeira e operacional necessária à operação e manutenção da infraestrutura hídrica do Projeto de Interligação e ao uso eficiente das águas aduzidas aos Estados.”

À época, a compreensão governamental era de que a Companhia de Eletrificação do São Francisco (CHESF) detinha o perfil ideal (ela própria, ou uma concessionária sua, a ser criada) para assumir o comando operacional do PISF:

Mais especificamente, os estudos da FVG apontavam para a criação de uma empresa subsidiária da Chesf, a Chesf-Água, sobre a qual recairiam as responsabilidades de operar e manter a infraestrutura do Pisf. À Chesf-Água caberia entregar água nos portais estaduais mediante condições contratuais estabelecidas reciprocamente e reguladas por um Conselho Gestor.

Francisco Sarmiento e Pedro Molinas⁵ explicam que o trabalho da FGV foi desenvolvido, assumindo como decisão tomada a inserção da CHESF como operadora. Assim sendo, a Fundação atuou com o apoio do MI, da Casa Civil e em conexão permanente com os interlocutores estaduais e da CHESF, de forma a se estabelecer as condições para celebração de um Pacto pela Sustentabilidade do Sistema de Interligação entre a União e os Governos dos Estados receptores. Os autores acrescentam:

O modelo proposto pela FGV, em consonância com seus interlocutores governamentais, previa duas dimensões institucionais, a saber, (i) dimensão macro-institucional, formada pelo Conselho Gestor, pela CHESF-Água e pelas interseções com os sistemas estaduais de gestão de recur-

⁵ SARMENTO, Francisco Jácome e MOLINAS, Pedro Antônio. A Gestão das Águas da Transposição do Rio São Francisco no Nordeste Brasileiro



... dos hídricos; (ii) dimensão micro-institucional, formada pelas entidades que operariam a integração das bacias nos respectivos Estados, no âmbito de seus sistemas de gestão de recursos hídricos (que inclui Conselho Estadual, Comitês, Associações de Usuários, companhias estaduais de gestão de recursos hídricos ou entidades congêneres) e outros atores (os poderes públicos estaduais e suas instituições, os usuários, outros atores privados etc.).

Em seu relatório final, de setembro de 2005, a FGV consolida o modelo de gestão com a seguinte formatação relativa às entidades e suas competências: (i) Conselho Gestor, contratante da operadora federal e das operadoras estaduais; (ii) Entidade Operadora da Infraestrutura Federal, que seria a concessionária recebedora da delegação do MI para operação e manutenção do sistema implantado; (iii) Entidades Operadoras Estaduais, responsáveis pela infraestrutura hídrica interligada ao PISF; (iv) Órgão regulador (ANA ou MI), responsável pela fixação de tarifas a serem pagas à operadora federal pelo serviço de adução de água do São Francisco

Note-se que neste último relatório da FGV, já não aparece explicitamente o nome da CHESF ou CHESF-Água como “Entidade Operadora”, tendo-se optado pela denominação genérica, visto que, àquela altura, começava a ganhar força o questionamento de que um usuário de águas do São Francisco não poderia assumir a condição de operador de um sistema de uso de águas conflitante com a atividade principal da empresa, no caso, a geração de energia. Agregava-se à objeção o fato de a criação de uma subsidiária da CHESF demandaria igual esforço político de aprovação no Congresso Nacional do que a criação de uma nova entidade operadora com fins específicos, tese essa, desde o princípio, adotada pelo primeiro autor do presente artigo,



enquanto ocupante do cargo de Chefe da Assessoria Técnica da Vice-Presidência da República e, posteriormente, na condição de Secretário de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba.

Os estudos da FVG terminaram por motivar também a edição do Decreto Federal nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, que instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (SGIB). Além de definir os objetivos, estruturas, integrantes e competências do sistema, o decreto definiu a área geográfica de influência do Pisf, denominada região da Integração.

O decreto estabeleceu a seguinte composição para o SGIB: Ministério da Integração Nacional, como órgão coordenador; Agência Nacional de Águas, com entidade reguladora; o Conselho Gestor; a Operadora Federal e as Operadoras Estaduais. A utilização do termo genérico “Operadora Federal” revela que permanecia, mesmo após a edição do decreto, diversas dúvidas acerca de qual entidade ocuparia essa importante função no Pisf.

Ainda sobre o Decreto nº 5.995, de 2006, importante mencionar que seu art. 17 estabeleceu, como instrumento de gestão do Pisf, o Plano de Gestão Anual, o qual, após ajuste contratual envolvendo as operadoras federal e estaduais, os estados beneficiados e o MI, deverá dispor sobre importantes questões, dentre as quais :

- a) a repartição das vazões disponibilizadas entre os Estados e o rateio dos custos respectivos;
- b) os preços a serem praticados;
- c) os mecanismos de pagamento dos preços relativos à água disponibilizada pelo Pisf e as garantias de ressarcimento à Operadora federal pelos Estados receptores em caso de inadimplência; e
- d) as metas a serem cumpridas, com respectivos incentivos e penalidades.



Após todas essas definições e avaliações de modelos anteriores, foi concluído pelo MI, em 2009, um novo modelo de gestão do Pisf. Após diversas análises adicionais, o novo modelo apontava para a necessidade de o próprio MI se estruturar adequadamente para a absorção da atividade perene de operação e manutenção do Pisf.

De início, cogitou-se a criação da Águas Integradas do Nordeste Setentrional (Agnes), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob a regulação da ANA. No entanto, em 2014, foi editado o Decreto federal nº 8.207, estabelecendo diversas modificações no SGIB. Entre essas modificações, esteve a substituição do termo “Operadora Federal” para “Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, como Operadora Federal”. Está, portanto, a cargo da Codevasf exercer as funções necessárias à operacionalização e à manutenção da infraestrutura do Pisf, nas quais estão incluídas atividades como:

- a) desenvolvimento dos termos de contrato de fornecimento de água, convênios e consórcios necessários à operacionalização do Pisf;
- b) fornecimento de informações periódicas ao Conselho gestor e demais integrantes do SGIB;
- c) desenvolvimento dos termos do Plano de Gestão Anual;
- d) desenvolvimento de metodologia de monitoramento dos usos dos recursos hídricos no seu âmbito de atuação;
- e) desenvolvimento de programas de indução ao uso eficiente e racional da água.

Diante do histórico aqui relatado, é fácil perceber a complexidade do tema. Mesmo após a definição da Codevasf como Operadora Federal do Pisf, restam inconclusas diversas outras questões essenciais à gestão do projeto, tais como tarifas a serem praticadas, termos contratuais a serem exigidos, formas de integração e fiscalização dos Estados beneficiados.



A aparente proximidade de conclusão das obras, no entanto, torna urgente a busca por soluções eficientes a todas essas indefinições, de forma a garantir a sustentabilidade do sistema.

1.4 O Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco a Condiçionantes Ambientais Associadas ao Projeto

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) está sob a coordenação do MMA, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em conjunto com o MI, Ministério da Cultura e outros treze ministérios parceiros, a saber, Minas e Energia, Cidades, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Agricultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Cultura, Turismo, Justiça, Saúde e Aquicultura e Pesca.

Conforme ensina Athadeu Ferreira da Silva⁶, na esfera federal, há também participação efetiva do Comitê Gestor do Programa (CGP-SF) e do Grupo de Trabalho da Revitalização do São Francisco (GT-SF), além das seguintes entidades:

- a) Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene);
- b) Agência Nacional de Águas (ANA);
- c) Banco do Brasil (BB);
- d) Caixa Econômica Federal (CEF);
- e) Codevasf;
- f) Chesf;
- g) Companhia de Navegação do São Francisco (Franave);
- h) Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs);
- i) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- j) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- k) Fundação Joaquim Nabuco;

⁶ A Revitalização do Rio São Francisco. Em “Transposição do Rio São Francisco – uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a região nordeste”. Ed. Juruá. 2010.



- l) Fundação Nacional do Índio (Funai);
- m) Fundação Nacional da Saúde (Funasa);
- n) Ibama;
- o) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);
- p) Instituto do Semiárido (Insa);
- q) Petróleo Brasileiro (Petrobrás);
- r) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e
- s) Universidades Federais.

Athadeu Ferreira da Silva⁵ relembra que, além dos diversos atores institucionais, fazem parte do PBSF as instâncias criadas pela Lei nº 9.433, de 1977 (Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos) e Lei nº 6.981, de 1981 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), para a gestão participativa dos recursos hídricos da bacia. Entre elas, citam-se o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), os Comitês de Bacias e os Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Meio Ambiente.

O Programa de Revitalização divide-se em 41 ações orçamentárias, a cargo de diversas entidades, e está inserido nos Programas de Aceleração do Crescimento 1 e 2. O programa consiste na recuperação, conservação e preservação ambiental, por meio da implantação de ações integradas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais da bacia do Rio São Francisco, o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da água para usos múltiplos.

Consoante Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União, que avaliou algumas ações no âmbito do PRSF⁷, as ações mais relevantes inseridas no Programa englobam:

7

<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D928548904FED>



- a) implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos em municípios das Bacias dos rios São Francisco e Parnaíba;
- b) implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios das Bacias do rio São Francisco e Parnaíba;
- c) abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do rio São Francisco – Programa Água para Todos;
- d) recuperação e controle de processos erosivos em municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba.

No que respeita às ações de saneamento, a Codevasf tem responsabilidade pela implantação de infraestrutura de esgotamento sanitário completo para cidades com até 50.000 habitantes, com foco no controle de poluição de corpos d'água. A Fundação Nacional de Saúde também atua nas cidades com até 50.000 habitantes, porém com foco no controle de endemias. O Ministério das Cidades atua nas cidades com população superior a 50.000 habitantes.

No que tange às ações em gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, a Codevasf possui responsabilidade de implantar infraestrutura completa das unidades de recebimento, triagem, compostagem, beneficiamento de resíduos recebidos, bem como adquirir equipamentos operacionais.

O programa Água para Todos, que integra as ações no âmbito do PRSF, tem como objetivo promover o abastecimento das comunidades rurais localizadas na faixa de 15km da calha do Rio São Francisco. Nesse Programa, compete à Codevasf a implantação das infraestruturas básicas a partir da fonte hídrica existente, seja ela o rio, poços artesianos ou cisternas.

As atividades que compõe as ações em processos erosivos são direcionadas à recuperação de áreas degradadas, por meio de práticas clássicas e convencionais de conservação da água e dos solos. O PRSF prevê ainda com



ações relacionadas à recuperação de trechos navegáveis do Rio São Francisco, além de projetos de monitoramento da qualidade e quantidade de água.

Além do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, o licenciamento ambiental, mais especificamente a Licença de Instalação (LI) das obras da Transposição, estabeleceu um rol de condicionantes, dentre as quais está incluída a implantação de sistemas de abastecimento de água, de esgoto e de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos.

Os sistemas de abastecimento de água devem ser implantados para as populações urbanas dos municípios da área de influência direta do empreendimento e para as populações rurais na faixa de 10km ao longo dos canais e no entorno dos reservatórios. Já os sistemas de esgotamento sanitário e de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos devem ser implantados nos municípios localizados nas bacias de contribuição dos reservatórios componentes e adjacentes ao Pisf.

Consoante registrado em Relatório condutor do Acórdão 3.434/2014-TCU-Plenário, relativo a auditoria do TCU nas obras complementares do Pisf, está a cargo do Dnocs a realização de licitação para implantação de sistemas de abastecimento de água para atendimento de 325 comunidades localizadas em 25 municípios distribuídos nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Após a elaboração e licitação dos projetos executivos desses sistemas, deverão ser celebrados convênios com as prefeituras municipais da área diretamente afetada do Pisf visando à implantação efetiva das obras.

Em relação às demais obras de saneamento básico, o mesmo Relatório do TCU verificou que o Orçamento Geral da União (OGU) consignou planos de trabalhos destinados a sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos para as bacias receptoras do Pisf, entre os exercícios de 2007 e 2012, no âmbito do Programa 1036 – Integração de Bacias Hidrográficas.



Os órgãos responsáveis por esses recursos são a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no caso de municípios com até 50 mil habitantes, e o Ministério das Cidades, para municípios com mais de cinquenta mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes.

Por ocasião da realização da autoria que originou o citado acórdão, o TCU solicitou, à Funasa e ao Ministério das Cidades, a relação dos empreendimentos que estão sob as suas responsabilidades. Foi solicitado a cada órgão a relação dos empreendimentos que terão a responsabilidade de garantir a melhor distribuição dos recursos hídricos a partir das águas fornecidas pelo Pisf ou de atender a condicionantes relacionadas à aludida obra. A resposta desses órgãos encontra-se no Anexo deste relatório.

2. A ATUAÇÃO DA CEXTRRIO: SÍNTESE DO CONHECIMENTO PRODUZIDO, DAS AVALIAÇÕES E DOS ACOMPANHAMENTOS REALIZADOS

Durante seu funcionamento, a CEXTRRIO utilizou vários instrumentos e prerrogativas regimentais para acompanhar os atos e fatos relevantes acerca das obras do Pisf e do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Foram realizadas quatorze audiências públicas na Sede da Câmara dos Deputados, em Brasília, x audiências externas, x visitas técnicas, além de pedidos oficiais de informações e pesquisas internas para coleta de informações adicionais, de importância para os trabalhos da Comissão.

A Tabela 3 abaixo relaciona as audiências públicas internas realizadas pela CEXTRRIO. Importante destacar, de antemão, o notável esforço empreendido por esta Comissão para ouvir e debater com os principais atores e setores envolvidos com o Pisf e com o Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. As Audiências, como se pode observar, envolveram a participação de representantes de órgãos e entidades governamentais de diversas esferas federativas, além de representantes da sociedade civil, agentes políticos, setores da iniciativa privada e organizações não-governamentais.



Tabela 3 – Audiências Públicas Internas realizadas pela CEXTRRIO

Data da Audiência	Órgão/ entidade/ personalidade palestrante	Tema discutido
17/3/2015	Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ibama	Conhecimento da situação, atos, fatos, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco
24/3/2015	Ministério da Integração Nacional (MI) e Codevasf	Estágio de Execução das Obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco
31/3/2015	Tribunal de Contas da União (TCU)	Conhecimento dos relatórios das auditorias do Tribunal de Contas da União referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional
7/4/2015	Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia	Apresentação do plano de integração de bacias e o estágio em que se encontram os eixos da obra de Transposição no estado
14/4/2015	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, Secretaria de Estado da Infraestrutura dos Recursos Hídricos do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia da Paraíba, Secretário de Recursos Hídricos do Estado do	Apresentação do plano de integração de bacias e o estágio em que se encontram os eixos da obra de transposição nos referidos Estados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Data da Audiência	Órgão/ entidade/ personalidade palestrante	Tema discutido
Ceará;		
23/4/2015	Universidade Federal do Ceará	Debate sobre a Segurança Hídrica, no contexto do Projeto da Transposição do Rio São Francisco.
28/4/2015	Chesf e Codevasf	Debate sobre a operacionalização e gerenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.
5/5/2015	Ministério das Cidades	Debate sobre a situação atual das obras do Projeto de Integração e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.
16/6/2015	Caixa Econômica Federal, Funasa, Confederação Nacional dos Municípios	Debate sobre a situação atual das obras do Projeto de Integração e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
30/6/2015	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Diretoria de revitalização de Bacias Hidrográficas da Codevasf	Conhecimento da situação, atos, fatos, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco
7/7/2015	Senador Otto Alencar, Prefeito de Aracajú (Sr. João Alves Filho)	Discussão sobre a Transposição e Revitalização do Rio São Francisco e debate acerca do Projeto de Lei nº 202, de 2015 de autoria do Senador Otto Alencar.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Data da Audiência	Órgão/ entidade/ personalidade palestrante	Tema discutido
14/7/2015	Idealizadores do projeto Vidas Áridas	Apresentação do Projeto Vidas Áridas, que atua despertando a consciência da sociedade civil, das responsabilidades políticas e das instâncias governamentais para as diversas questões que envolvem a seca e o Rio São Francisco
22/9/2015	TCU	Discutir os resultados de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas obras de esgotamento sanitário nos municípios a serem beneficiados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco nos estados beneficiados
20/10/2015	Dnit, Mpog, MI e Codevasf	Reunião conjunta com a Comissão de Viação e Transportes (CVT) para discutir a Integração entre o rio Preto (BA) e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco ao rio Amazonas - (PL nº 6.569, de 2013, do Deputado Gonzaga Patriota).
22/10/2015	Pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba, Coordenador do Projeto Manuelzão e membro do Ministério Público de Minas Gerais.	Debater os impactos causados pelas obras da Transposição do rio São Francisco em comunidades tradicionais e assentamentos rurais; apresentar o Projeto Manuelzão; e debater o papel do Ministério Público na Transposição e Revitalização do rio São



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Data da Audiência	Órgão/ entidade/ personalidade palestrante	Tema discutido
		Francisco.
22/11/2016	Ministro de Estado da Integração Nacional	Apresentação do diagnóstico geral do andamento das obras da Transposição e Revitalização do rio São Francisco
16/05/2017	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério das Cidades, Funasa	Obras de saneamento a serem executadas na área de influência direta do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf)
27/06/2017	Departamento de Engenharia e Obras do Exército Brasileiro	Apresentação das obras geridas pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro
11/07/2017	Ministério da Integração Nacional	Apresentação de projeto preliminar da Transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco.
24/04/2018	ANA e Codevasf	Gestão e Operação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco
04/12/2018	MI (Departamento de Projetos Estratégicos e de Obras Hídricas), Codevasf e Administração Hidroviária do São Francisco (AHSFRA)	Situação do Projeto de Integração do Rio São Francisco: dificuldades e custos para sua operação e manutenção e benefícios para as regiões beneficiadas (audiência conjunta com a Comissão Externa destinada a acompanhar a situação hídrica dos municípios no Estado de Minas Gerais, realizada em 4/12/2018).



A Tabela 4 traz a relação de eventos externos promovidos pela Comissão, bem como das visitas técnicas realizadas. Essas iniciativas permitiram melhor compreensão do projeto e, principalmente, a aproximação de do Governo Federal com estados e municípios beneficiados. A seguir, apresenta-se síntese das informações trazidas em sede das audiências públicas, eventos externos e visitas realizadas.

Tabela 4 – Eventos externos e visitas técnicas realizadas pela CEXTRRIO

Data da Audiência externa/ visita Técnica	Local	Tema discutido
8/5/2015	Centro de Convenções José Geraldo Honorato Vieira/Pirapora-MG	Transposição e Revitalização do Rio São Francisco: impacto nas cidades ribeirinhas.
29/5/2015	Auditório do Hotel Villa Oeste, Av. Presidente Dutra 870 - Ilha de Santa Luzia - Mossoró/RN	seminário: "Integração das Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (ênfase no eixo norte) com a Transposição do Rio São Francisco"
5/11/2015	Auditório da Secretaria de Fazenda (SEFAZ), Rua São Pedro, 3060 - Juazeiro do Norte/Ceará	Fórum de Debates para: Debater, com gestores e entidades parceiras do Projeto de Transposição, o resultado de auditoria realizada pelo TCU nas obras de esgotamento sanitário que deverão ser executadas nos municípios localizados na área de influência direta do Pisf. (Acórdão 1.421/2015 - TCU-Plenário).
6/11/2015	Salgueiro/PE e Ca-	Visitas técnicas em trechos do Projeto



Data da Audiência externa/ visita Técnica	Local	Tema discutido
	brobó/PE.	de Transposição do rio São Francisco (Pisf) localizados nos Municípios de Salgueiro/PE e Cabrobó/PE.
16/04/2018	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	Seminário Transposição e Revitalização do Rio São Francisco no Estado do Ceará
06/12/2018	Reservatório Jati e Estação de Bombeamento EB-2	Visita técnica a trechos do Pisf
07/12/2018	Memorial Padre Cícero - Juazeiro do Norte/CE	Seminário de atualização de informações relativas ao PISF e encerramento da CEXTRRIO

2.1 SÍNTESE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM BRASÍLIA

O papel da Ana na implantação, na sustentabilidade hídrica e na gestão da Transposição do Rio São Francisco (audiência realizada em 17/3/2015)

Palestrante: Vicente Andreu Guillo – Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA)

Tema: Papel na ANA na implantação, na sustentabilidade hídrica e na gestão da Transposição do Rio São Francisco

Data: 17/3/2015



O Senhor Vicente Andreu Guillo, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), iniciou sua exposição, salientando que o Projeto de Transposição do Rio São Francisco não é um projeto tão recente, tendo chegado à ANA em 2001.

A partir da sua outorga, no ano de 2004, e de todas as discussões que houve a respeito do projeto e, eventualmente, até dos seus impactos com relação ao rio, afirmou acreditar que esses temas estão relativamente superados por parte da população brasileira, e os questionamentos que se apresentavam em relação aos impactos sobre o Rio São Francisco hoje estão transformados em uma grande expectativa de que a obra venha a acontecer o mais rapidamente possível.

Retomou que as secas recentes que estão acontecendo, principalmente no Sudeste do Brasil, demonstram de maneira bastante clara o quanto a água é um limitante do desenvolvimento. Desse modo, sublinhou que a oferta de água suplementar à região do Semiárido, a partir da Bacia do São Francisco, é uma decisão absolutamente correta, e o transcorrer e o funcionamento da obra vão demonstrar sua relevância.

Destacou a complexidade do projeto do ponto de vista da engenharia, haja vista envolver, além dos dois principais canais, as estações de bombeamento, as estações elevatórias, os reservatórios existentes e os novos reservatórios, que estão sendo construídos para que o sistema possa operar de maneira mais integrada.

Explicitou que, ao lado dessa grande complexidade de engenharia, o Projeto de Transposição do Rio São Francisco agrega grande complexidade também do ponto de vista da gestão, na medida em que envolve a participação de diversos atores, especialmente dos estados receptores.

No que tange ao papel dos estados receptores, salientou a importância da execução de suas respectivas obras de infraestrutura para recepção das águas da transposição, além da constituição de esquemas eficientes de gerenciamento e gestão dessas águas.



Explicitou que a discussão em torno da gestão do Projeto de Integração chegou a ter um encaminhamento, com um amplo acordo feito em 2005 com todos os estados receptores. O acordo previa, para os estados, compromissos específicos, particularmente no campo da gestão. Sublinhou que é extremamente necessário revisitar esse acordo, na medida em que já se passaram dez anos desde a sua celebração.

Nesse passo, destacou a importância das audiências públicas realizadas pela CEXTRRIO, a qual pode contribuir de forma significativa na atualização das demandas e dos compromissos dos estados receptores. Com respeito às novas demandas, revelou que existem derivações planejadas pelos estados, as quais demandam novos estudos para a constituição de um novo arranjo de gestão da água.

Prosseguindo o feito, acrescentou que a complexidade da obra, do ponto de vista da gestão, reside também na articulação federativa que se fará necessária para a sua operacionalização. Ressaltou que a operação e a manutenção da obra dependerão, fundamentalmente, de um forte compromisso dos estados e da capacidade de cada um para responder adequadamente à quantidade de água que irá receber.

Afirmou que o processo de gestão fica ainda mais complexo em virtude de o Brasil não possuir uma experiência completa de uma operadora de canais com essa complexidade, ou de um sistema com essa complexidade, especialmente com todos os arranjos que são necessários para dar sustentabilidade econômica e financeira para o funcionamento adequado dessa água.

Complementou que não se trata apenas de bombear a água nos canais, mas de fazer com que essas águas cheguem a um local adequado, que sejam distribuídas, e que haja efetivamente, por parte dos estados, um pagamento adequado e suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção do sistema, que não são custos pequenos.

Ressaltou que a complexidade da gestão da Transposição é uma discussão ainda em andamento. Ainda há várias discussões no âmbito do



Governo Federal sobre qual seria o melhor formato a adotar. Discute-se se a gestão seria realizada por um consórcio, por um organismo especificamente federal ou se, eventualmente, a melhor solução seria uma parceria público-privada.

Retomou que essa discussão culminou em várias ideias, desde um consórcio entre a Chesf e a Codevasf até a criação de uma operadora estatal, cujo nome seria Agnes. A revisão dessas ideias terminou por concluir que o projeto deveria ser administrado no âmbito do Codevasf. Em que pese esse fato, o Diretor-Presidente afirmou ainda há uma oportunidade para um aprofundamento a respeito de qual seria a melhor constituição do processo de gestão.

Ao tratar do papel da ANA no Projeto de Transposição do Rio São Francisco, explicitou que a Agência participa do processo em dois momentos. O primeiro momento se refere à outorga da retirada de água do Rio São Francisco. A competência da Agência Nacional de Águas é conceder a outorga do direito de uso e, para a Transposição, isso foi feito em 2004.

Em 2010, a Agência recebeu a competência adicional de fazer a regulação dos perímetros públicos de irrigação, inclusive do ponto de vista tarifário, que também é outra questão importante a ser equacionada. Portanto, a Agência Nacional de Águas tem essa dupla atividade: conceder a outorga e regular o uso da água.

Voltando a tratar da outorga, destacou que a original é de 2004, tendo sido prorrogada, por solicitação do Ministério da Integração Nacional, em virtude de alterações no cronograma de execução da obra. A justificativa foi acatada pela ANA e foi dado, então, conhecimento ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que essa autorização estivesse plena, não só por parte da outorga da ANA, como por parte do CNRH. Dessa forma, concluiu que a outorga está fundamentalmente dependente do cronograma que foi apresentado e estipulado pelo Ministério da Integração Nacional.

Ao tratar especificamente da regulação, salientou que se trata de questão que abriga bastante espaço para discussão a respeito de qual



seria o melhor formato para a sociedade exercitar essa regulação. A discussão deve envolver ainda o arranjo que se dará em torno da sustentação financeira desse projeto.

Quanto a esse último aspecto, esclareceu que a ANA contratou consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a realização do primeiro levantamento dos custos para a operação dos canais da Transposição. Afirmou que, em grandes números, existem os custos fixos da operação e, depois, os custos variáveis, cujo principal talvez seja o da energia elétrica.

Os dados que foram levantados em 2012 e que precisam ser atualizados eram de que os custos operacionais desse sistema, exceto energia, eram da ordem de R\$130 a 133 milhões/ano. Esses seriam os custos de operação e manutenção que deveriam ser cobertos pelos diversos usuários dessa área. E o custo da energia, nesse mesmo estudo, foi estimado em R\$8 milhões/ano.

Ressaltou que esses parâmetros, no entanto, foram parâmetros tomados, à época, com o valor da energia elétrica para um grande consumidor. Evidentemente, diante da situação presente, destacou ser necessário pensar em soluções que equalizem o custo da energia, de tal maneira que ele não seja tão variável.

Revelou ter participado de reunião recente com o Ministério do Planejamento, em que foi discutido o impacto financeiro dos custos da Transposição no orçamento da população beneficiária da água. Retomou que a ideia central é de que essa água seja remunerada fundamentalmente pelas empresas de saneamento que receberão a segurança hídrica a partir dessa oferta. E, dessa forma, o valor seria rateado entre toda a população do Semiárido, e não um pagamento exclusivo da família que vai receber a água da transposição do São Francisco.

Afirmou que, para toda a população beneficiada no Semiárido, o impacto seria da ordem de R\$1,00 a mais na conta de água da população a ser atendida. Feito dessa maneira, esse é um impacto bastante pequeno, vis-à-vis a segurança que um empreendimento desse porte pode oferecer para to-



das as cidades que serão atendidas. Ressaltou, no entanto, que esses são dados que precisam ser revisitados e atualizados para que seja apresentada uma solução definitiva para essa questão da sustentabilidade econômico-financeira.

Ressaltou, por derradeiro, ser preciso estabelecer os papéis e responsabilidades claras dos estados receptores e que o momento atual é muito oportuno para isso. Para tanto, devem ser retomadas as condições originais de funcionamento dos canais, que estipulam uma vazão firme da ordem de 26,4 m³/s.

Essa vazão firme é estimada para o atendimento de 12 milhões de pessoas, correspondentes à população do ano de 2025. E, porque esses canais suportam uma vazão muito superior a essa, há a previsão da vazão de 127 m³/s em determinadas condições hidrológicas.

O Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (audiência realizada em 17/3/2015)

Palestrante: Marcelo Jorge Medeiros – Diretor de Recursos Hídricos (Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente)
--

Tema: Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco
--

Data: 17/3/2015

O Senhor Marcelo Medeiros, Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de início, caracterizou a Bacia do Rio São Francisco, explicitando que a região representa 8% do território nacional, com 520 municípios. A seguir, descreveu breve-



mente as etapas de aprovação do projeto da Transposição, que contou com a participação do MMA, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

Nesse passo, diferenciou os papéis exercidos pelas entidades, explicitando que, diferentemente da ANA, que faz a regulação do uso da água, o MMA e o CNRH editam normas e emitem parecer acerca de projetos muito sociais e economicamente relevantes, como a Transposição do Rio São Francisco.

Destacou o caráter paritário do CNRH, o qual conta com a participação de representantes dos governos de todas as esferas, representantes da sociedade civil e dos usuários da água, entre os quais estão a irrigação, a indústria, as companhias de abastecimento de água, entre outros.

Passando a tratar especificamente do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco, salientou, inicialmente, o conceito de revitalização, que pode ser entendido como a passagem de uma situação degradada para outra, a qual tende a se aproximar do estágio natural antigo.

Salientou que o projeto de revitalização envolve diversas atividades que não são estruturais, ou seja, não envolve obra, mas mudança de comportamento dos consumidores, dos padrões de consumo de água, dos padrões de descarte de lixo, entre outros.

Também explicitou que o programa não está sob responsabilidade apenas do MMA, mas também da Codevasf, do Ministério da Integração (MI) e do Ministério das Cidades (MCidades). O MMA tem função predominantemente coordenadora e atua especialmente em ações não estruturais, como ações de capacitação, de diagnóstico e de mudança de comportamento.

Destacou que a erosão é um problema significativo na bacia, motivo pela qual existem diversos projetos de contenção de erosão, como a construção de estradas vicinais em locais de grande movimentação do solo. Ex-



plicitou que há cinco eixos temáticos de ação dentro do projeto de Revitalização, detalhados da forma que segue:

- **Área Temática 1 : Planejamento e Informação**

Neste eixo, foi realizado o diagnóstico do zoneamento ecológico-econômico da Bacia. O Sr. Marcelo Medeiros sublinhou que esse foi o primeiro diagnóstico feito por bacia. Até então o diagnóstico era feito por bioma ou por região. O gestor destacou que o fato de ter sido feito por bacia tornou o diagnóstico mais completo e interessante. Destacou também que o diagnóstico, de 2010, está ultrapassado e passando por um processo de revisão, por meio de um contrato já celebrado e em execução.

- **Área Temática 2 : Fortalecimento Institucional e Socioambiental**

O gestor ressaltou que há, de fato, uma assimetria muito grande entre instituições, especialmente entre as das esferas Federal e Estaduais. Nesse sentido, ratificou a necessidade urgente de diminuição dessa assimetria, por meio de um processo que passa pela capacitação. Por esse motivo, explicou que foram instalados centros de referência de educação ambiental na bacia, projeto esse que tem se mostrado de extrema importância.

Detalhou que foi feita uma parceria com os estados de Minas Gerais, da Bahia e com o Ministério Público Estadual da Bahia. A operacionalização do projeto ocorre por meio de financiamentos e realização de diversas campanhas de fiscalização integrada. São feitas visitas a cada e catalogado o que lá está acontecendo, tanto em ações municipais quanto em ações federais.

Como resultado, são desenhadas várias ações corretivas. Relatou ser uma parceria muito interessante a do MMA com o Ministério Público Estadual, tendo sido, inclusive, publicado um livro sobre as ações e os principais resultados. Sublinhou que foram muitas as lições aprendidas, dentre as quais a constatação de que a maior parte das impropriedades ocorre ou por desconhe-



cimento da legislação ou por desvios de comportamento em relação ao uso da água. Destacou serem problemas facilmente corrigíveis por meio de pequenas intervenções locais.

- **Área Temática 3: Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**

Inserido no presente eixo, o gestou revelou que o principal projeto existente se refere aos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs). Detalhou que existem quatro centros espalhados em locais da bacia onde são aplicadas técnicas de recuperação. Salientou serem centros de referência, cujo principal objetivo é mostrar como fazer e como obter sucesso. Como exemplo, afirmou que há um centro próximo de Brasília, em Paracatu, o qual é mantido por meio de parceria entre o MMA e a Universidade de Brasília (UnB). Dentre as ações realizadas, destacou que há viveiros de mudas nativas e recuperação de matas.

O presente eixo agrega também ações de proteção de microbacias. Quanto a isso, o gestou revelou que, ao longo do tempo, foram feitas várias intervenções para controlar processos erosivos em estradas vicinais. Grande parte dessas intervenções se concretizou na construção de microbarragens, ou barraginhas, como meio de diminuir a inundação, a enxurrada à jusante, o caminho de solo para os rios e, conseqüentemente, diminuir a erosão. As barraginhas são meios eficientes também de aumentar a recarga dos aquíferos.

Além de útil, salientou que as barraginhas são obras muito baratas e rápidas de serem executadas. Podem, inclusive, ser feitas pelo próprio produtor. Trata-se de ação que se integra muito bem a um programa da ANA, chamado de Produtor de Água, em que se aumenta não só esse tipo de pequena obra, mas também outras pequenas intervenções feitas pelo próprio dono do ambiente rural, favorecendo não só a infiltração, mas a diminuição da inundação e o aumento do reflorestamento.



- **Área Temática 4: Saneamento, Controle da Poluição e Obras Hídricas**

Quanto ao presente eixo, o gestor explicitou, logo de início, que há diversas ações que não estão sob a responsabilidade do MMA. Destacou que este eixo de saneamento é o que, de fato, agrega as grandes obras. Obras que estão previstas tanto no Orçamento quanto no PPA e nas leis orçamentárias dos Ministérios das Cidades e do Ministério da Integração Nacional.

- **Área Temática 5: Economias Sustentáveis**

Neste eixo, revelou que o MMA possui alguns projetos, tal como a implantação de parques fluviais em algumas cidades, que tende a aumentar o potencial turístico da área, além de induzir a preservação por meio da visitação.

Salientou a existência do Programa Água Doce, o qual envolve acordos com todos os Estados do Nordeste e com Minas Gerais para implantação de sistemas de dessalinização de água em poços que dão água salobra ou salgada. O dessalinizador, ao mesmo tempo em que gera água potável, tem um efeito muito perverso, na medida em que o tratamento de 100 litros de água salgada gera apenas 50 litros de água potável de muito boa qualidade. O restante do volume, o rejeito da dessalinização, é constituído por sólidos de alto teor de cloreto de sódio, que não pode ser depositado no solo, sob pena de prejudicar a sua fertilidade.

Como solução de destinação para o rejeito foi a sua utilização em tanques de piscicultura, onde são criadas Tilápias. Trata-se de ação de extrema importância, na medida em que os beneficiários, além de possuírem água potável de qualidade, passam a ter disponível também proteína de qualidade em seus cardápios.

Como segunda solução para o rejeito da dessalinização, tem-se a sua utilização na cultura na Atriplex, uma planta australiana que resiste muito



bem à água salgada. É uma planta forrageira, que pode ser utilizada na alimentação de caprinos. A solução foi desenvolvida pela Embrapa e o MMA.

O Gestor detalhou que esse é um programa com previsão de duração até 2017. Até 2015 pretende ter implantado 1.200 sistemas. Destacou estarem investindo cerca de 200 milhões de reais nesse projeto, desde 2011. E até 2019 pretende implantar mais 4 mil sistemas.

Trouxe a tabela abaixo, a qual reúne os valores dos programas de revitalização inseridos nos orçamentos dos órgãos do Governo Federal. Destacou que são valores referentes aos dois últimos PPAs, de 2004 até 2015. Ressaltou que houve um aporte maior de recursos no primeiro PPA e um pouco menor neste segundo. Os maiores executores em termos financeiros são o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades.

Resumo Geral: Investimentos na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (2004-2015)

AÇÕES	Executadas e em Execução (R\$)2004-2011	Programadas (R\$)2012-2015	EXECUTORES
Esgotamento Sanitário	2.037.877.003,43	1.172.776.918,38	MI/Codevasf/MCidades
Abastecimento de Água	1.301.627.326,01	147.984.913,20	MI/Codevasf/MCidades/ MDS
Manejo de Resíduos Sólidos	27.024.320,69	193.431.821,98	MI/Codevasf/MCidades/Ministério do Meio Ambiente
Manejo de Águas Pluviais	410.795.186,28	210.315.492,81	MCidades
Sistemas Integrados (água, esgoto, resíduos e urbanização)	272.651.841,90	102.795.689,96	MCidades
Desenvolvimento Institucional	13.005.900,00		MCidades
Controle de Processos Erosivos	156.434.649,39	192.649.727,45	MI/Codevasf
Recuperação e Preservação	40.121.900,00	46.585.636,00	Ministério do Meio Ambiente
Estudos e Projetos	36.358.736,89	30.109.697,72	MCidades
Projetos Culturais	260.000,00	16.800.000,00	MCultura
TOTAL	4.256.034.964,59	2.113.449.897,50	

Figura 2: Investimentos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Fonte: MMA

Ressaltou a importância da execução das obras de saneamento, muitas a cargo da Codevasf, para a recuperação da bacia. Sublinhou não se tratar de obras simples, mas vultosas e demoradas. Exemplificou, afirmando que, para executar uma estação de tratamento de esgoto demora-se de 1 a 2 anos.



Destacou que a principal obra de tratamento de esgoto na bacia é a Estação de Tratamento de Esgoto do Onça, em Belo Horizonte. Ela foi finalizada em 2007 e complementada em 2010. A obra custou cerca de 300 milhões de reais e trata 70% do esgoto de Belo Horizonte, que é a maior metrópole da Bacia. Ratificou a importância da estação de tratamento com o fato de o maior produtor de poluente individual e difuso da Bacia do Rio São Francisco ser a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Isso porque a região despeja quase todo o esgoto na Bacia do Rio das Velhas e, com isso, ao longo de toda a Bacia, aumenta-se a carga de nutriente e de poluição.

Esclareceu que, neste ano de 2015, espera-se ser publicado um decreto da Presidência da República que organizará o Comitê Gestor do Programa de Revitalização. Sublinhou tratar-se de uma demanda antiga e necessária, na medida em que há necessidade de organização. Não basta ter uma coordenação, há que se ter papéis bem definidos.

O gestor afirmou que, ao longo desses últimos 10 anos, foram constatados papéis que tinham que ser esclarecidos. O decreto pretende fazer essa correção. Por derradeiro, afirmou que está sendo realizada uma grande contratação, por meio de um acordo com o Banco Mundial, chamado de Acordo INTERÁGUAS. O objetivo é realizar um diagnóstico do que já foi feito e, a partir daí, avaliar a efetividade das ações dos últimos 10 anos e propor recomendações para um plano de ação mais eficaz para os próximos 10 anos. O Programa de Revitalização durou 10 anos e vai durar mais 10 anos. São 20 anos de programa.

Salientou que a licitação desse contrato está em andamento e que se pretende manter algumas ações que o MMA entende como prioritárias, quais sejam, os CRADs, a fiscalização preventiva com o Ministério Público e o manejo integrado de microbacias.



Estágio de Execução das Obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco (audiência realizada em 24/3/2015)

Palestrante: Sr. Ministro Gilberto Ochi, Ministro da Integração Nacional (MI)

Tema: Estágio de execução das obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco

Data: 24/3/2015

O Sr. Ministro Gilberto Ochi iniciou sua exposição, fazendo breve histórico da obra da Transposição, abordando desde as discussões em torno de sua concepção até os trâmites que culminarem em sua execução. Nesse passo, retomou que a concepção da transposição data de 1847, quando, por ordem de D. Pedro, foram realizados estudos detalhados acerca da viabilidade da obra.

Prosseguindo, pontuou que, em 1981, o Dnocs elaborou anteprojeto para a obra e, em 1994, o projeto básico foi elaborado com o apoio do Ministério da Integração Nacional (MI). Entre 1997 e 2003, pontuou que a Secretaria de Políticas Regionais do MI desenvolveu estudo de viabilidade e apresentou os trechos norte e leste, com a possibilidade de vazão de cerca de 127m³/s.

Acrescentou que, de 2004 a 2005, travou-se grande debate acerca da obra. Nos anos de 2006 e 2007, as licitações e as licenças necessárias à sua execução foram expedidas. Retomou, por fim, que, em 2008, foi efetivamente iniciada a execução das obras do Pisf.

Prosseguindo o feito, o Sr. Ministro passou a pontuar as áreas de atuação do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Explicitou que o programa engloba ações relacionadas a proteção de encostas, desassoreamento do rio, recuperação de matas ciliares, proteção de nascentes,



saneamento ambiental, proteção de topos de morro, reflorestamento, entre outros.

Explicou que o Programa de Revitalização tem três grandes eixos de atuação. Um focado no saneamento ambiental, com obras de esgotamento sanitário, ligações domiciliares e tratamento de resíduos sólidos. Outro focado no Programa Água para Todos, que visa à implantação de sistema de abastecimento de água em comunidades rurais, e outro focado no combate aos processos erosivos, por meio de práticas de conservação de água e solo (obras de barraginhas, terraços, contenção de barrancas e proteção de nascentes).

Sublinhou que os investimentos para a revitalização que não compõem os investimentos da obra da Transposição do Rio São Francisco chegam a quase R\$ 2 bilhões e 300 milhões de reais. Revelou ainda que 74% desses investimentos já foram realizados. Ou seja, considerando o valor do investimento total, já foram aplicados e pagos cerca de R\$ 1 bilhão e 704 milhões de reais.

A seguir, passou a detalhar o valor dos investimentos já realizados por área temática do Programa de Revitalização. Assim, afirmou que, em saneamento ambiental, desde 2007 até 2015, de um total de R\$ 1 bilhão e 600 milhões de reais, R\$ 1 bilhão e 200 milhões já foram investidos, ou seja, 74% do previsto já foi aplicado.

No que se refere ao Programa Água para Todos e demais obras de abastecimento de água, de um total de R\$ 414 milhões de reais previstos, já foram realizados pagamentos no valor total de R\$ 300 milhões de reais. Ou seja, 73% dos valores previstos já foram aplicados. No que se refere ao tema de combate aos processos erosivos, dos R\$ 197 milhões de reais previstos, cerca de 80% já foi aplicado e pago.

Dadas essas informações, o Sr. Ministro passou a abordar as ações ambientais que estão inseridas no Projeto de Transposição do Rio São



Francisco, por meio do Projeto Básico Ambiental da obra. Para tanto, explicou que tais medidas abrangerão os municípios situados na área de influência direta e indireta do empreendimento. Tais municípios deverão ser beneficiados com obras de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de coleta e tratamento de resíduos sólidos.

Asseverou que os atores envolvidos na execução das ações inseridas no Projeto Básico Ambiental do Pisf são a ANA, o Instituto da Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Funai e a Funasa, todos sob a liderança do MI e em parceria com o Ibama. Destacou haver parceria também com o setor da educação, com as universidades, com as construtoras, com as supervisoras da obra, com as gerenciadoras de obras e com as empresas executoras dos programas ambientais. Asseverou ainda que todas as ações contam com a fiscalização do Ministério da Integração e envolve todos os parceiros.

Reiterou e chamou a atenção para o fato de constar do orçamento da Transposição, recurso para o Projeto Básico Ambiental, que abarca 38 projetos. Tais projetos distribuem-se no Programa de Gestão, Conservação e Monitoramento; Programa de Liberação, Supervisão e Controle de Obras; Programas Compensatórios e Socioambientais; Programas Estratégicos e de Apoio ao Desenvolvimento e Programas de Linha de Transmissão. Ao todo, tem-se cerca de R\$ 1 bilhão de reais. Asseverou que a execução física de todas essas intervenções chega a quase 72% daquilo que está projetado.

Para melhor compreensão da questão, o Sr. Ministro trouxe exemplo de intervenção socioambiental, apresentando dados sobre programa de reassentamento de famílias que moravam na área de intervenção do Pisf. Detalhou que foram implantadas dezoito vilas produtivas, com 845 famílias beneficiadas, somando os trechos norte e leste do Pisf. Ressaltou que está sendo oferecida a essas famílias a oportunidade continuarem a produzir e manter o seu próprio sustento.



Mostrou também exemplo da continuidade das ações socioambientais, por meio da apresentação de programa de conservação de fauna e flora que, consoante o Sr. Ministro, já vem acontecendo. Nesse passo, destacou as ações de resgate da fauna e da flora, em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco, e o Programa de Monitoramento de Qualidade da Água e Limnologia, que tem sido operado de forma permanente.

A seguir, passou a ressaltar as demandas e previsões para o futuro. Nesse ínterim, destacou a edição do Decreto nº 5.995, de 2006, que previu a existência de uma Operadora Federal para o Pisf e, após ser alterado pelo Decreto 8.207, de 2014, fixou a Codevasf como Operadora Federal. A Codevasf terá, entre outras obrigações, a de manter a infraestrutura decorrente do Pisf.

Ainda sobre a estrutura de gestão criada pelo Decreto 5.995, de 2006, o Sr. Ministro salientou a existência do Comitê Gestor do Pisf e sua composição plural. Pontuou também o Plano de Gestão Anual, que deverá estabelecer as principais diretrizes de gestão e operação do Pisf.

A seguir, passou a relacionar algumas das obras estruturantes que compõem o Pisf, tal como o Ramal de Entremontes, localizado em Pernambuco, com 103 quilômetros, e que estava, à época da exposição do Ministro, em processo de licenciamento. Destacou também o Cinturão das Águas, no Ceará, com 160 quilômetros de extensão. Citou o Ramal do Piancó, na Paraíba, o Ramal do Apodi, no Rio Grande do Norte, a Vertente Litorânea, na Paraíba, e o Ramal do Agreste, em Pernambuco. Acerca desse último empreendimento, destacou a iminência de sua licitação.

Passou a relatar o estágio de execução das obras do Pisf, afirmando que a execução física entrava-se na marca de 72,9% de conclusão. Resaltou que a obra está em ritmo acelerado. Ao tratar dos eixos em separado, informou que o Eixo Norte está 74,4% concluído e o Eixo Leste, 70,8% concluído. Chamou a atenção para o ritmo acelerado também dos desembolsos da



obra. Afirmou que, desde 2011, o Pisf tem tido crescentes investimentos, de modo que o ano de 2014 foi concluído com um recorde de pagamento de R\$ 1 bilhão e 347 milhões de reais.

Acrescentou que já foram pagos aproximadamente seis bilhões de reais, de modo que restam aproximadamente dois bilhões de reais a serem pagos. Ponderou que devem ocorrer alguns reajustes financeiros nos contratos, em virtude da necessidade de atualização dos valores e da realização de alguns ajustes no projeto. Prosseguiu sua exposição, afirmando que, “de maneira segura, a obra, ao final de 2016, estará concluída”. Fundamentou a afirmação, por meio de avaliação do histórico da mobilização de trabalhadores e máquinas nas obras do Pisf, de 2009 até 2015.

Asseverou que, no segundo semestre de 2014, havia número significativo de trabalhadores nas obras, a saber, cerca de 11.500 trabalhadores. Explicou que a queda da mobilização observada a partir de setembro de 2014 se deve à desmobilização natural causada pelo avanço das obras. Em outras palavras, com o avanço das obras, há menor necessidade de trabalhadores e máquinas.

Informou que os Eixos Norte e Leste estão sendo executados pelas empresas Mendes Júnior, Carioca, Serveng, Queiroz Galvão, Construcap, Ferreira Guedes e pela Toniolo Busnello. Salientou que, em março de 2015 (data da exposição realizada na Comissão CEXTRRIO), o Pisf contava com 9.460 trabalhadores mobilizados. Destacou haver, portanto, ritmo normal de execução nas obras.

Explicou do que se tratam as Metas 1, 2 e 3, inseridas nos Eixos Norte e Leste. Assim, detalhou que a Meta 1 sai do Reservatório do Tucutú, em Cabrobó, e vai até o Reservatório Jati, que, por sua vez, levará água ao Ceará. Explicou que, do Reservatório Jati até o Reservatório Boi II, tem-se a Meta 2. Com 102 quilômetros, a Meta 3 vai do reservatório Boi II até o Reservatório Cai-



çara, na Paraíba. Em seguida, afirmou que a Meta 1, com 16 km está praticamente concluída. Já a Meta 2, com 166 km, e a Meta 3, com 35 km, possuem maior complexidade, com elevadas alturas de bombeamento. São mais de 300 m a serem vencidos.

Passou a destacar o estágio avançado de vários componentes das obras, tais como estações de bombeamento, reservatórios e aquedutos. Pontou a falta de energia para viabilizar a entrega de estações elevatórias, mas afirmou ser um problema já resolvido, haja vista estar prevista a entrega, ate início de julho de 2015, de parte da energia elétrica necessária para operacionalizar a estação de bombeamento.

Reafirmou a viabilidade concreta de entregar as obras do Pisf no final do ano de 2016, salientando que o grande desafio em termos de obra é a conclusão das estações elevatórias. Essas, ao contrário dos demais componentes, que possuem execução concluída em torno de 90%, estão apenas 50% concluídas. Também como desafio de engenharia de obras, destacou Túnel Milagres, que apresentava, em março de 2015, apenas 10% de execução física concluída.

Ressaltando os desafios da execução do Pisf, que se concentram na execução dos túneis, estações de bombeamento e recebimento de energia elétrica, o Sr. Ministro da Integração Nacional concluiu sua exposição, agradecendo a oportunidade a ele conferida.



Investimentos em Saneamento Básico Gerenciados pelo Ministério das Cidades (audiência realizada em 5/5/2015)

Palestrante: Sr. Paulo Ferreira, Secretário Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades (MCidades)

Tema: Investimentos em Saneamento Gerenciados pelo Ministério das Cidades

Data: 5/5/2015

A exposição realizada Pelo Sr. Paulo Ferreira, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades detalhou a esta Comissão Externa os investimentos em saneamento gerenciados pelo Ministério na região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A seguir, os destaques de sua palestra:

A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco compreende 505 municípios, dos quais 185 tem relação direta com MCidades. O Governo Federal, por meio do MCidades, tem investido na área do saneamento. Na bacia, nos 185 municípios, o MCidades tem 290 contratos, perfazendo total de 8 bilhões de reais, desde o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 até o PAC 2, que está em vigor.

11 projetos estão em contratação, somando 301 projetos em 185 municípios. Desse total, 181 projetos estão em andamento e 120 projetos estão concluídos. Ademais, dos 301 contratos:

- 87 atuam na área de abastecimento, perfazendo 3 bilhões de reais;



- 9 atuam em desenvolvimento institucional, perfazendo 534 milhões de reais;
- 103 atuam na área de esgotamento sanitário, perfazendo 3 bilhões e 100 milhões de reais;
- 51 contratos atuam em estudos e projetos, perfazendo 80 milhões de reais;
- 24 projetos atuam em águas pluviais, perfazendo 1 bilhão e 250 milhões de reais;
- 14 contratos atuam em resíduos sólidos, perfazendo 27 milhões de reais e;
- 13 contratos atuam em saneamento integrado, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), perfazendo 457 milhões de reais.

De um total de 8 bilhões e 200 mil reais, 2 bilhões e 200 mil reais correspondem a recursos do Orçamento Geral da União. Somente na área de abrangência do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, são 67 projetos, perfazendo 887 milhões de reais, assim distribuídos:

- 16 projetos na Paraíba;
- 6 projetos na Bahia;
- 12 projetos no Rio Grande do Norte;
- 13 projetos no Ceará; e
- 20 projetos em Pernambuco.

Desses 67 projetos, 64 estão contratados e em andamento. Das obras que esses contratos executam, 18 projetos são de abastecimento de água, 16 de esgotamento sanitário, 29 referentes a estudos e projetos, 3 de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

águas pluviais e 1 de saneamento integrado. Especificamente na Bacia do Rio São Francisco, 7 projetos possuem financiamento.

Dentre as maiores dificuldades para a execução e efetividade das ações, está o fato de os Municípios não terem a oportunidade de desenvolver projetos adequadamente. Adicionalmente, a ausência de integração institucional entre as diferentes esferas federativas dificulta a gestão dos empreendimentos.



O papel da Codevasf na Operação e na Gestão do Projeto de Transposição do Rio São Francisco (audiência realizada em 28/4/2015)

Palestrante: Sr. José Machado, Assessor da Presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)

Tema: Papel da Codevasf na operação e gestão do Projeto de Transposição do Rio São Francisco – perspectivas e desafios

Data: 28/4/2015

A exposição realizada pelo Sr. José Machado centrou-se nos desafios que permeiam a gestão da operação e manutenção do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Dentre os pontos tratados, destaca-se a necessidade de que os órgãos estaduais invistam em capacidade técnica e institucional para gerir, com adequação, a água bruta que será recebida por meio da Transposição. A falta de capacidade técnica dos estados é ainda uma fragilidade muito grande e um grande desafio pendente de solução.

Também foram sublinhados os principais dispositivos do Decreto 5.595/2006, o qual institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Nesse passo, foi ressaltada a necessidade da elaboração de um modelo de gestão e de adequar a Codevasf às diretrizes de regulação impostas pela ANA.

Foi sublinhado ainda que a Codevasf está conduzindo a realização de estudos e planos diretores com foco na sustentabilidade técnica, operacional e financeira do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Também está em fase de estudos qual seria a melhor estratégia para compra de energia no longo prazo. Foi ressaltado, por fim, que o Projeto de Integração do Rio São Francisco é de alta complexidade e alto risco operacional, envolve o enfrenta-



mento de grandes desafios e o equacionamento de elevado número de variáveis para alcançar, com eficiência, a sinergia e a segurança hídrica almejada.

Importante salientar que as questões relativas ao Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco a cargo da Codevasf foram tratadas pelo Sr Elmo de Matos, Presidente da Codevasf, durante Seminário realizado em Pirapora, sob a organização da Deputada Raquel Muniz, no âmbito desta Comissão Externa.

Dentre os dados apresentados, destacou-se a afirmação de que as maiores ações de controle de processos erosivos estão concentradas em Minas Gerais. Segundo o Presidente da Codevasf, já foram executados 861 projetos de proteção de nascentes, 744 km de proteção de matas ciliares e 34 mil barraginhas. Foi apresentando quadro de investimentos referentes ao programa, conforme a seguir reproduzido.

INVESTIMENTOS DA CARTEIRA DE REVITALIZAÇÃO (R\$ milhões) (2007 - 2015)				
Ações	Valor Total dos Empreendimentos	Valor Empenhado	Valor Pago	% Pago/Total
SANEAMENTO AMBIENTAL	1.683	1.497	1.248	74%
ÁGUA PARA TODOS	414	357	300	73%
PROCESSOS EROSIVOS	197	194	156	79%
TOTAL DE INVESTIMENTOS APROVADOS	2.294	2.048	1.704	74%

Figura 3: Investimentos por ação do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Fonte: Codevasf.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

ÁGUA PARA TODOS - 2007 a 2015 - R\$ Milhões						
UF	Quantidade		VALOR DOS EMPREENDIMENTOS	EMPENHADO	PAGO	% Executado*
	TOTAL DE LOCALIDADES	CONCLUÍDOS				
AL	30	15	26,69	17,63	9,72	36%
BA	341	195	260,16	230,06	200,78	77%
MG	43	8	33,32	15,68	13,84	42%
PE	86	41	77,53	77,53	63,17	81%
SE	28	22	16,18	16,18	12,64	78%
Total Geral	528	281	414	357	300	73%

* % Valor Pago / Valor do Empreendimento

Figura 4: Investimentos por UF do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Fonte: Codevasf.

PROCESSOS EROSIVOS - 2007 a 2015 - R\$ Milhões						
UF	Quantidade		VALOR DOS EMPREENDIMENTOS	EMPENHADO	PAGO	% Executado*
	TOTAL DE EMPREENDIMENTOS	CONCLUÍDOS				
AL	7	5	7,68	7,68	7,35	96%
BA	17	12	65,51	62,45	55,14	84%
MG	28	13	86,74	86,74	62,58	72%
PE	12	10	20,87	20,87	16,95	81%
SE	7	6	6,11	6,11	5,16	85%
BSF**	1	0	9,78	9,78	8,35	85%
Total Geral	72	46	197	194	156	79%

* % Valor Pago / Valor do Empreendimento
** Bacia do São Francisco

Figura 5: Investimentos por UF do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Fonte: Codevasf.

SANEAMENTO AMBIENTAL - 2007 a 2015 - R\$ Milhões						
UF	Quantidade		VALOR DOS EMPREENDIMENTOS	EMPENHADO	PAGO	% Executado*
	TOTAL DE EMPREENDIMENTOS	CONCLUÍDOS				
AL	13	3	149,04	107,40	80,29	54%
BA	36	27	502,65	474,04	411,89	82%
MG	61	40	617,55	554,41	462,76	75%
PE	23	10	350,51	308,66	252,48	72%
SE	6	1	63,19	52,74	40,39	64%
Total Geral	139	81	1.683	1.497	1.248	74%

* % Valor Pago / Valor do Empreendimento



Figura 6: Investimentos por UF do Programa de Revitalização da
Bacia do Rio São Francisco. Fonte: Codevasf.



Impressões do Projeto Vidas Áridas sobre a Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (audiência realizada em 7/7/2015)

Palestrantes: Sr. **Geraldo Humberto**, jornalista e idealizador do Projeto Vidas Áridas;

Sr. **Délio Pinheiro**, jornalista e idealizador do Projeto Vidas Áridas

Tema: Impressões do Projeto Vidas Áridas sobre a Transposição e Revitalização do Rio São Francisco

Data: 7/7/2015

O Senhor **Geraldo Humberto** iniciou sua exposição, afirmando que não é contra as obras da Transposição do Rio São Francisco, na medida em que reconhece a necessidade da população que vive à jusante do rio.

Explicou que o projeto nasceu em virtude da prenúncia de uma crise hídrica no norte de Minas Gerais. Os dois jornalistas, com intuito de fazer algo pelos recursos hídricos da região, fundaram o Vidas Áridas. O principal papel do projeto é unir as diversas instâncias sociais e políticas e transformar o Vidas Áridas em uma plataforma de discussão e mobilização social. Destacou a importância que o Norte de Minas possui como relevante contribuidor hídrico para o Rio São Francisco.

Passou a relatar a viagem de 15 dias realizada ao longo do Rio São Francisco. Asseverou que “não foi possível não se emocionar com a situação caótica com que se encontrava o Rio São Francisco, em todos os seus aspectos: no aspecto da qualidade de água, no aspecto de ausência de mata ciliar e de assoreamento”. Destacou a fundamental importância de divulgar à sociedade o estágio grave de degradação do rio e passou a dividir imagens e sentimentos, por meio de vídeo.



O Jornalista **Délio Pinheiro** destacou a importância da revitalização do rio e listou algumas das ações realizadas pelo Projeto Vidas Áridas, dentre as quais se destacam:

- a) palestras em escolas do norte de Minas Gerais para falar sobre o meio ambiente e incentivar as crianças a terem consciência ambiental;
- b) caravanas Vidas Áridas, que já foram a algumas cidades pequenas e grandes no norte de Minas Gerais, levando ações de educação ambiental.

Apresentaram documentário, de duração de 12 minutos, por meio do qual foram relatados os seguintes fatos acerca do rio São Francisco:

- a) já partir de 2014, dados alarmantes sobre o rio começavam a ser noticiados. A Barragem de Três Marias apresentava seu pior nível. Grandes bancos de areia em vários pontos. Balsas encalhadas. Estava clara a necessidade de serem adotadas medidas corretivas e preventivas.
- b) os fatos constatados motivaram a elaboração da série e da reportagem, modelada como uma expedição de 15 dias ao longo do Rio São Francisco.
- c) a viagem saiu de Três Marias até o Município de Malhada, na Bahia, em setembro de 2014.
- d) foram identificados problemas graves, a exemplo do trecho entre a cidade de Ibiaí e São Romão, o qual deveria ter sido feito em 2 horas de barco, mas que levou 9 horas, em virtude de bancos de areia e dificuldades de navegação. Ressaltou a gravidade da situação.
- e) ressaltou a ausência de cheias no rio há alguns anos, com confinamento de peixes e perda de biodiversidade.



- f) ressaltou a necessidade de colocar junto à Transposição a Revitalização da bacia. Conclamou os Deputados a ter essa visão crítica, na medida em que há tanto espaço para correções quanto para agravamento da situação



Auditorias Realizadas pelo TCU nas Obras da Transposição do Rio São Francisco : principais constatações e resultados alcançados (audiência realizada em 31/3/2015)

Palestrante: Sr. **Davi Ferreira Gomes Barreto** – Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária do Tribunal de Contas da União (TCU)

Tema: Auditorias realizadas pelo TCU nas obras da Transposição do Rio São Francisco - principais constatações e resultados alcançados

Data: 31/3/2015

O Senhor Davi Ferreira Gomes Barreto – Secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária do Tribunal de Contas da União (TCU), de início, esclareceu que o objetivo de sua exposição era trazer informações sobre os últimos trabalhos do Tribunal, as principais constatações, recomendações expedidas, além de mostrar em que medida essas recomendações e determinações estão sendo cumpridas pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e por outros órgãos que possuem responsabilidades sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco (PISF).

Nesse passo, informou que a obra vem sendo acompanhada pelo TCU desde 2005, tendo sido realizadas 22 (vinte e duas) fiscalizações, sete exclusivamente em editais e quinze em contratos. A fiscalização abarcou contratos de execução de obras, de supervisão e de execução de projetos.

Dos editais fiscalizados, salientou que quatro foram revogados após as fiscalizações (Edital 2/2005, referente à 1ª Etapa do PISF; Edital 1/2010, dos Lotes 5, 8 e do Ramal do Agreste, Edital 2/2012 da Meta 1L e RDC 7/2014 do Ramal do Agreste). Ademais, um edital foi suspenso e relançado após altera-



ções (Edital do Lote 5). Sublinhou que esse volume de fiscalizações do TCU nas obras do PISF culminou na identificação de quatro principais problemas, a saber:

- a) projeto básico deficiente ou desatualizado, que levou a atrasos nas obras e celebração de aditivos contratuais;
- b) sobrepreço em editais e contratos, caracterizado pela existência de preços, nas planilhas orçamentárias, em valores acima dos referenciais de mercado;
- c) deficiência nos processos de fiscalização e supervisão das obras; e
- d) atraso nos cronogramas das obras (A primeira etapa estava prevista para ser entregue no ano de 2010. Hoje a previsão é para o ano de 2016).

No que concerne à irregularidade de projeto básico deficiente ou desatualizado, citou que foram constadas deficiências em levantamentos topográficos, insuficiência de estudos de sondagens e investigações geológicas do terreno, insuficiência de estudos de altimetria e aerofotometria, dentre outros problemas. Tais carências culminaram em erros na previsão de diversos quantitativos, tais como volume e transporte de materiais, além de ter gerado a necessidade de aditivos nos contratos e atrasos nas obras.

Ao tratar da irregularidade de sobrepreço, explicou que a irregularidade se constituiu basicamente de erros de orçamentação, com duplicidade de itens na planilha, incompatibilidade dos preços com referenciais oficiais, riscos de jogos de planilhas por meio de aditivos e ausência de critérios de aceitabilidade de preços.

No que tange à deficiência de fiscalização e supervisão da obra pelo MI, o Sr. Davi Barreto apontou que a irregularidade constitui-se de inconsistências entre medições e pagamentos em muitos contratos, celebração de aditivos acima dos limites legais (25%) e execução de serviços em qualidade inade-



quada (foram identificados canais fissurados, estradas de operação erodidas e problemas em taludes). Esses fatos foram ocorreram em virtude da inexistência de supervisão contratual ou da insuficiência de equipe nas empresas supervisoras existentes.

Ressaltou que a maior parte desses erros foi encontrada em editais, tendo o TCU agido sempre de forma tempestiva. Ressaltou que também essas irregularidades também foram tempestivamente sanadas pelo MI. Assim, ressaltou que a atuação tempestiva do TCU foi importante para correção desses erros e mitigação dos prejuízos que poderiam ter sido causados ao erário.

Explicitou que, até 2012, o MI não possuía estrutura fixa de coordenação dos seus fiscais. Assim, de 2005 a 2012, os fiscais estavam em campo sem uma coordenação efetiva. A partir de 2012, no entanto, dando cumprimento às recomendações do TCU, o MI implantou essas estruturas de coordenação, dando mais efetividade a sua atuação em campo.

No que se fere aos atrasos nas obras, explicitou que eles podem ser entendidos como consequência de todos os problemas antes relatados. Ao alterar soluções de projetos, com necessidade de novas avaliações técnicas e jurídicas, a modificação de prazos e preços é consequência natural e esperada.

Passando a relatar acerca das principais recomendações e determinações expedidas pelo TCU para sanar as irregularidades identificadas, expôs que, além dos ajustes pontuais em contratos, das audiências e das responsabilizações realizadas em cada caso concreto, o TCU realizou uma série de recomendações e determinação sobre a própria gestão do MI para que os problemas fossem sanados ou mitigados.

Entre as principais determinações do TCU ao Ministério da Integração, destacam-se aquelas presentes nos Acórdãos 1.919/2012, 2.305/2012, 2.058/2013, todos do Plenário:



- a) definição de nova metodologia de gestão, acompanhamento e fiscalização das obras;
- b) estabelecimento de rotinas e procedimentos relativos à prazos para análise de pleitos e designação de fiscais;
- c) autuação de processos administrativos visando apurar as paralisações temporárias, que resultaram no atraso das obras, sem prévia autorização do MI, e as irregularidades relativas à fiscalização deficiente;
- d) adoção de medidas para assegurar o refazimento dos serviços deteriorados devido às paralisações indevidas das empresas; e
- e) somente iniciar os procedimentos licitatórios relativos aos remanescentes de obras após a delimitação precisa do objeto, por meio de inventário dos serviços já executados.

O Sr. Davi Barreto destacou que a grande maioria dessas recomendações e determinações foi acatada pelo MI, gerando diversos benefícios, que passaram a ser catalogados a partir de 2011 e 2012. Entre os benefícios identificados, citou:

- a) descentralização das funções do MI, facilitando a operacionalização e controle das atividades;
- b) estabelecimento de rotinas e procedimentos para agilizar a gestão contratual e o monitoramento das pendências das obras;
- c) autuação de procedimentos investigativos para examinar o pagamento por serviços não realizados;
- d) autuação de processos administrativos para apurar responsabilidades pela paralisação das obras sem autorização da Administração;



- e) melhoria dos projetos, na medida em que, a partir de 2011 e 2012, todas as licitação passaram a ser feitas com projeto executivo; e
- f) redução dos preços de cotações de orçamentos.

Quanto ao último benefício, salientou que, somente com as correções apontadas pelo TCU ao longo das diversas fiscalizações, mais de 400 milhões de reais foram economizados dos cofres públicos, da forma a seguir detalhada:

- Concorrência 1/2010-MI: economia de R\$ 340 milhões
 - Sobrepço corrigido
 - Duplicidade de itens de serviços corrigida
- Concorrência 12011/2011-MI (Lote 5): economia de R\$ 34 milhões
 - Sobrepço corrigido
 - Quantitativos inadequados corrigidos
- Concorrência 1/2011-MI (Lote 08): economia de R\$ 2,2 milhões
 - Quantitativos inadequados corrigidos
- RDC 1/2014 (Ramal do Agreste): economia de R\$ 81,7 milhões
 - Quantitativos inadequados corrigidos

Passando a tratar dos trabalhos mais recentes do TCU nas obras do PISF, destacou duas fiscalizações realizadas no ano de 2014, a saber, fiscalização nos contratos de aquisição de equipamentos eletromecânicos inte-



grantes do PISF e fiscalização nas obras complementares ou subsistemas do PISF.

Com respeito à primeira fiscalização mencionada, explicitou que foram celebrados 29 contratos na primeira etapa, totalizando mais 844 milhões de reais. Os contratos objetivaram fornecer uma série de equipamentos eletromecânicos que serão essenciais para operação de empreendimento.

Explicitou que esses equipamentos tinham previsão de entrega para o ano de 2010, quando também estavam previstas as entregas das obras de infraestrutura do PISF. No entanto, em virtude do atraso das obras de infraestrutura, muitos equipamentos foram entregues e precisaram ser estocados para aguardar a finalização das obras.

Desse modo, o TCU objetivou, com a fiscalização, verificar em que medida os equipamentos estavam sendo bem guardados, de forma a evitar futuros problemas quando, de fato, fossem ser utilizados (A previsão de conclusão das obras de infraestrutura é, atualmente, final do ano de 2016).

Trazendo mais detalhes sobre o feito, sublinhou que a referida auditoria foi realizada em agosto de 2014 e as principais constatações do TCU foram:

- a) condições inadequadas de armazenamento, comprometendo a integridade e vida útil dos equipamentos;
- b) inexistência de um processo de gerenciamento de riscos (dado o atraso das obras de infraestrutura, não existia plano no MI para garantir o funcionamento dos equipamentos, por meio de garantias);
- c) fiscalização ineficiente, na medida em que não existia plano de testes e verificação da adequação dos equipamentos;
- d) incompatibilidade entre cronogramas dos contratos de fornecimento e dos contratos de execução das obras civis.



Com vistas a impulsionar a resolução desses problemas, o TCU expediu diversas determinações ao MI, dentre as quais se destacam as seguintes, presentes no Acórdão 3.442/2014-Plenário:

- a) correção das condições de armazenamento;
- b) elaboração de procedimentos para (i) guarda, manutenção e inspeção; e (ii) recebimento e controle dos equipamentos;
- c) formalização da responsabilidade pelo acompanhamento dos contratos;
- d) elaboração de planos de contingência e gerenciamento de riscos;
- e) atualização dos relatórios de equipamentos por parte das empresas supervisoras.

Salientou que essas determinações foram realizadas no final do ano de 2014, de modo que o TCU iniciaria o monitoramento de seu cumprimento no presente ano de 2015.

Tratando da segunda auditoria, realizada nos subsistemas da Transposição, explicitou que essas obras que não fazem parte do canal principal, mas que, ainda assim, são essenciais à completa efetividade do projeto, na medida em que são elas que levarão água aos estados e municípios beneficiários do Pisf. A Figura a seguir, reproduzida da apresentação disponibilizada pelo Sr. Davi Barreto, destaca os subsistemas ou obras complementares associadas ao Pisf.



Deputado Gonzaga Patrício
Câmara dos Deputados –
70.160.900 Brasília
E-mail: dep.gonzagapatrio@camara.gov.br

-5430
-3430
-2430



Figura 7: Subsistemas ou obras complementares da Transposição do Rio São Francisco. Fonte: TCU.

Detalhou que foram analisados desde projetos que são tocados pelo próprio MI, como o Ramal do Agreste e o Ramal de Entremontes, até obras realizadas por meio de convênios com os Estados, a exemplo do Cinturão das Águas (CAC), no Ceará, e Vertente Litorânea, na Paraíba.

Além de serem projetos essenciais para dar funcionalidade e efetividade ao PISF, são financeiramente relevantes, na medida em que somam aproximadamente 7,5 bilhões de reais. A Tabela 5 a seguir traz as características dos subsistemas analisados pelo TCU e os principais problemas identificados em cada um.

Tabela 5 – Características dos subsistemas analisados pelo TCU

Subsistema	Visão geral do empreendimento	Principais problemas identificados pelo TCU
Adutora do Agreste	<ul style="list-style-type: none">• Região do Agreste pernambucano foi contemplada com uma vazão de 8,0 m³/s do Pisf por meio do Ramal do Agreste.• Implantação de cerca de 1.300 km de adutoras• Valor contratado: R\$ 1,4 bilhão (1ª etapa – 4 lotes)	<ul style="list-style-type: none">• Sobrepreço em itens de serviço (R\$ 125 milhões)• Projeto deficiente (ausência de estudos de jazidas e quantitativos de terraplanagem não justificados)• Cronograma incompatível com o PISF
Cinturão das Águas do Ceará	<ul style="list-style-type: none">• O Ceará foi contemplado com uma vazão máxima de 30,0 m³/s do PISF por meio do CAC.• O CAC é totalmente dependente do	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalização deficiente• Atrasos nas obras–16% executados de 45%



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Subsistema	Visão geral do empreendimento	Principais problemas identificados pelo TCU
	PISF para o fornecimento de água.	previstos
	•Valor contratado: R\$ 1,6 bilhão (5 lotes)	–Hoje a obra enfrenta problemas de desmobilização por falta de pagamento às construtoras –O prazo inicial previsto de conclusão para fevereiro de 2016 terá que ser revisto.
Canal Adu- tor das Ver- tentes Lito- râneas	•Capacidade máxima de vazão de 10 m³/s, sendo 8,8 m³/ do PISF (mínimo de 3,3 m³/s) •Sem o PISF, irá funcionar com vazão de 2,3 m³/s proveniente do Açude Acauã •A área de influência abrange 35 municípios (400 mil habitantes) •Valor contratado: R\$ 960 milhões (3 lotes)	•Fiscalização deficiente –inexistência de controles de cronogramas (previsto x realizado) •Grandes alterações de projeto e incerteza de soluções técnicas •Atrasos no empreendimento –executados 58% do previsto para o período (jan/2014)
Ramal do Agreste	•Valor previsto de 1,2 bilhão •Captação em Sertânia/PE, na Barragem de Barro Branco, localizada no Eixo Leste. Final em Arcoverde, de onde seguirá para o reservatório do Ipojuca •O último edital foi revogado (março de 2015)	•Quantitativos inadequados: notadamente transporte de água e execução de aterros •O edital relançado (RDC 9/2014) foi reduzido em 81,7 milhões em função de quantitativos de serviços reavaliados.
Adutora do	•Valor previsto de 90 milhões (2ª Eta-	•Impropriedades no certa-



Subsistema	Visão geral do empreendimento	Principais problemas identificados pelo TCU
Pajeú	pa) •Beneficiará 30 municípios, sendo 22 no estado de Pernambuco e 8 na Paraíba (400 mil pessoas em 2035), inseridos na bacia do rio Pajeú. •Vazão de 830 l/s, sendo 509 l/s diretamente do Eixo Leste.	me licitatório: -não estabelecimento de critérios de reajuste; -ausência de estudos de viabilidades de áreas de empréstimo; e -critérios de medição por preço unitário enquanto o contrato é por empreitada por preço global.
Barragem de Oiticica	•O empreendimento tem como objetivo a contenção de cheias e a regularização da vazão do rio Piranhas •Irà garantir o abastecimento de água a 164.000 pessoas, além de permitir a irrigação de cerca de 2.650 hectares •Valor contratado: R\$ 300 milhões	Ausência de pareceres técnicos e jurídicos (Dnocs) que oferecessem suporte à transferência de recursos pactuada

Continuando o feito, o Sr Davi expôs as ações que estão em andamento no TCU para acompanhar as obras do PISF. Nesse passo, explicitou que está sendo realizado acompanhamento das principais metas do eixo norte e leste, bem como monitoramento das deliberações realizadas, a fim de garantir que o MI e os outros órgãos responsáveis cumpram o que foi determinado e recomendado pelo TCU.

Acrescentou que foi realizado um amplo trabalho, já em fase conclusão, acerca do esgotamento sanitário das áreas receptoras do PISF. O trabalho foi levado a cabo pela Secretaria de Controle Externo da Paraíba. Sobre isso, detalhou que foi feito um grande diagnóstico das condições de saneamento



nessas áreas e salientou a importância de verificar em que medida essas obras de saneamento estão, de fato, sendo realizadas. Adicionalmente, destacou que está sendo realizado trabalho de monitoramento de determinações e recomendações originadas de trabalhos realizados no Programa de Revitalização da Baía do Rio São Francisco.

Tratando dos trabalhos futuros que o Tribunal pretende realizar, apontou o desenvolvimento de estudo para compreender o modelo de gestão do projeto, dado seus custos e variedade de atores de intervenientes. Também pretendem verificar o nível de qualidade que está sendo incorporado às obras entregues.

Pontuou que o TCU também pretende realizar trabalho para verificar as condições dos açudes que irão receber as águas da transposição, a qualidade da execução das obras entregues do Pisf e trabalho acerca das ações de revitalização do rio São Francisco.



Impactos da Redução de Vazões no Rio São Francisco aos Usos Múltiplos da Água (audiência realizada em 30/6/2015)

Palestrante: Sr. **Anivaldo de Miranda Pinto** – Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Tema: Impactos da Redução de Vazões no São Francisco e Usos Múltiplos

Data: 30/6/2015

O Sr. Anivaldo iniciou sua exposição, situando geograficamente a Bacia do São Francisco, que está localizada, preponderantemente (tem pequena parcela no Estado de Goiás), nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Destacou que, dentre as bacias brasileiras, a do São Francisco é a que possui a missão mais desafiadora, na medida em que o Rio São Francisco possui “a tarefa” de atravessar o semiárido brasileiro e representar 70% da disponibilidade hídrica da Região Nordeste. Ademais, é um rio que atende diversos usos múltiplos, motivo pelo qual é chamado de Rio da Integração Nacional. Salientou que esse panorama aponta para a necessidade de um tratamento diferenciado para a Bacia do São Francisco, tratamento esse que ainda não existe.

Explicitou a natureza jurídica dos comitês de bacias, das agências de bacias, as quais ainda não foram criadas. Ressaltou a necessidade de concretização aos diversos instrumentos de gestão de recursos hídricos criados pela Lei nº 9.433, de 1977 (Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos). Pontuou que a crise hídrica que hoje assola grande parte das Regiões Nordeste e Sudeste se deve ao fato da ausência dos instrumentos de gestão hídrica. Há, portanto, necessidade urgente de aprimoramento da gestão dos recursos hídricos para enfrentamento dessa crise.



Ainda sobre a necessidade de reforma, o Sr. Anivaldo salientou não ser mais possível conviver com sistemas de outorga de uso de recursos hídricos que não funcionam. Para o Presidente do Comitê, muitas das outorgas no País, são “dadas no escuro” e não baseadas em estudos e avaliações científicas acerca do impacto das demandas.

Afirmou que ainda não há instrumentos de cadastramento de usuários eficiente, planos de bacias tecnicamente adequados. Além desses problemas, apontou para a falta de interação entre os entes federativos, que atuam isoladamente, sem sinergia e sem coordenação.

Retomou a posição crítica adotada pelo Comitê à época da concepção dos projetos da Transposição do Rio São Francisco, mas explicitou que o Comitê nunca foi contra à transposição de águas para o nordeste setentrional. A polêmica se deu, em verdade, na concepção do projeto.

Atualmente, diante do avanço das obras e do vultuoso gasto público já efetuado, a posição do Comitê da Bacia do Rio São Francisco foi de aceitar o empreendimento e participar de seu Conselho gestor. Como representante dos usuários da bacia doadora dos recursos hídrico, o grande papel do Comitê é, em primeiro lugar, reivindicar que os estados da bacia doadora também tenham espaço no Conselho gestor da Transposição.

Explicitou que é necessário que os estados estejam juntos e discutam problemas comuns, previamente ao surgimento de conflitos potenciais, como o ocorrido na Bacia do Paraíba do Sul. Ademais, é também papel do comitê garantir que os termos das outorgas expedidas aos canais da Transposição sejam rigorosamente cumpridos. Em segundo lugar, a presença do Comitê existe para colaborar com o uso racional da água. Não apenas na Bacia do Rio São Francisco, mas também em relação à água que é transposta para outras bacias. Em terceiro lugar, o Comitê pretende transformar os Estados e as populações das bacias receptoras, que agora fazem parte da família franciscana, para participarem não apenas do bônus, mas também no ônus. Participando dos desafios que a bacia enfrenta: produzir mais água, com qualidade adequada.



Salientou que hoje se abre oportunidade para que as populações das bacias receptoras e doadoras se unam no grande desafio da revitalização da bacia. Sem a revitalização, as obras são inúteis. Obras de canais, irrigação, rio como grande suporte do sistema elétrico interligado. Reafirmou que a bacia está muito castigada e já é possível sentir na pele os efeitos dessa grande crise. É preciso tornar consciência de que a crise está se aprofundando. Nas palavras do expositor: “estamos no 3º ano de uma estiagem severa, que está obrigando pela primeira vez a ANA e o Ibama a licenciarem, a pedido da ONS, vazões abaixo do mínimo estimado de 1330m³/s”.

Até o século passado o Operador Nacional usava a conta de mais chuva, mais vazão; pouca chuva, menos vazão, mas respeitando a vazão mínima. Hoje, a situação é diferente. A equação singela já não resolve satisfatoriamente o problema. O parâmetro quantitativo, quando abusado, dispara outro parâmetro que é complexo e preocupante: a qualidade da água. Na medida em que se diminuem vazões, se diminui a capacidade do corpo hídrico de dissolver poluentes. Toda vez que a vazão é diminuída, pode-se estar impulsionando fenômenos deletérios que prejudicam o abastecimento humano, explicitou o expositor.

Relatou que já está ocorrendo fenômenos assim no lago de Xingó. Consoante o expositor, lá existe uma mancha de água com 33 km. Mancha que tem relação direta com a diminuição de vazões e que já causou, por duas vezes, a paralização da captação de abastecimento de água em vários municípios do sertão alagoano. Cerca de 200 mil pessoas estão preocupadas com a situação. Há grande preocupação sobre a possibilidade de formação e avanço de cianobactérias.

Lembrou que há outra transposição no lago de Xingó, para Aracaju e outras regiões de Sergipe. Destacou que, quando essa questão é levantada com a ANA, Ibama e Setor Elétrico, o argumento colocado é o de que a questão da mancha não tem relação com a diminuição de vazões.

Lamentou a dificuldade de convencer as autoridades da gravidade do problema. Destacou que a longa estiagem, somada a diminuição de vazões, já causou, nesses 3 anos, muitos estragos. Muitos projetos, como o



Jaíba, já estiveram a ponto de entrar em colapso. Prefeituras, como a de Pirapora, teve de entrar na Justiça para garantir um mínimo de vazão para captação para abastecimento humano.

Ressaltou que a crise está, novamente, em Sobradinho, com pouco volume útil, motivo pelo qual o Operador Nacional requer diminuição de vazão para 900m³/s. O Comitê requer do Operador alguma solução de alívio no sistema que possa evitar essa diminuição, pois os problemas para biodiversidade, assoreamento, cunha salina, entre outros, são graves. Há ainda problemas para outros usos múltiplos, como navegação e pesca, irrigação e turismo. A intrusão da água do mar está cada vez mais volumosa.

Destacou o grande drama da situação que envolve a população à montante, a favor da redução de vazão e manutenção de maiores níveis de reservação, e a população à jusante, a favor do aumento da vazão. Há, portanto, todo um contexto de conflito já instalado, que requer exercício de diálogo entre os que estão à montante e os que estão à jusante. Esse drama é provável também na Transposição. Fez, por fim, algumas reflexões sobre algumas possíveis soluções:

- a) setor elétrico procure soluções que mantenham os 1000, sem diminuir para 900. E ainda que os usos múltiplos sejam compensados pela redução de vazão. Ninguém quer assumir essa contrapartida. No caso da mancha, por exemplo, alegou que a atuação do setor elétrico, por meio da chesf, tem sido muito insatisfatória, especialmente diante da gravidade da situação, que pode se tornar uma tragédia para a saúde pública.
- b) O comitê acredita que deve haver uma agenda paralela para operar mudanças, que envolvam questões como a matriz energética. Para o palestrante, o São Francisco (SF) não pode mais ter esse papel determinante no setor (necessidade de diversificar a matriz com outras fontes). É preciso encontrar alternativas urgentes para aliviar o SF. Em segundo lugar, os estados da bacia pre-



cisam rever todas suas políticas de recursos hídricos. As outorgas precisam ter realidade no contexto da crise hídrica e não ser dadas às cegas e de forma cartorial como é hoje. Falta conhecimento sobre as outorgas já concedidas. Falta fiscalização capaz de identificar e solucionar problemas.

- c) O Comitê defende também a implantação de um grande programa de revitalização, com fim dos desmatamentos (cerrado e caatinga, especialmente, que são biomas q estão sumindo) redução da poluição. Ressaltou que, no mundo, transposição deve ser a última das soluções. A solução deve ser encontrada no contexto da própria bacia.
- d) Sobre o projeto da transposição, ressaltou ser interessante observar que, enquanto o comitê propõe que a matriz energética seja repensada, a empresa de pesquisa do setor elétrico (EPE) já está pesquisando cerca de 25 locações para novos barramentos para produzir e aumentar em cerca de 40% a energia. Isso só na bacia do SF seriam cerca de 10 barramentos. Isso vai na contramão do que o comitê defende, que a produção não recaia sobre uma bacia que já está esgotada.
- e) Salientou que muitos cálculos da transposição consideravam que havia disponibilidade energética. E hoje, estudos são feitos para aumentar a produção.
- f) Criticou também os números da revitalização, que ainda são muito pobres. É preciso repensar. Cobrou a frase do início do projeto “para cada centavo na transposição, um centavo na revitalização”. Esse centavo para revitalização parece ter sido esquecido.



- g) Por fim, salientou que hoje o propósito, passado o período de confronto, deve ser realizar grande unidade de força para apostar na revitalização, já que a obra não tem utilidade sem disponibilidade hídrica.
- h) Ressaltou que o comitê, apesar de crítico da transposição, foi aceito no conselho gestor. É importante q o conselho comece a enfrentar esse problema. A contradição é que o comitê ainda não foi chamado para compor o conselho da revitalização. O comitê defende também que os comitês das bacias receptoras também componham esse conselho, de forma a conjugar melhor os esforços e evitar duplicidade de investimentos.



A Codevasf e a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (audiência realizada em 30/6/2015)

Palestrante: Sr. Eduardo Jorge de Oliveira Motta , Diretor da Diretoria de Revitalização de Bacias Hidrográficas da Codevasf
--

Tema: Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Data: 30/6/2015

O Sr. Eduardo Oliveira explicou que a Codevasf atua em várias bacias hidrográficas, atuando no São Francisco desde 1948. Ao longo da Bacia do São Francisco, a Codevasf atua por meio de diversas superintendências regionais. Sublinhou que a Codevasf atua nos seguimentos de infraestrutura hidráulica, com especial destaque para os polos de irrigação. Ademais, atua na construção de adutoras para abastecimento urbano e rural, construções de açudes para garantir a dessedentação de animais, cisternas e diversos canais, entre os quais estão os da Transposição.

Concordou com as colocações do Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco acerca da necessidade de dar atenção especial às ações necessárias à revitalização da bacia. Salientou a importância da atuação no eixo da economia sustentável, na medida em que promove emancipação e independência ao homem, afastando-o das praticas ambientais deletérias.

Ressaltou a importância da agricultura irrigada, que atrai investimentos, gera emprego e renda a milhares de famílias. Ratificou a necessidade de garantir permanente segurança hídrica para tender toda a infraestrutura existente, bem como a infraestrutura em execução, garantindo o desenvolvimento de uma das regiões mais carentes do Brasil. E somente a revitalização, num programa arrojado, continuado e permanente, pode garantir.



Reconheceu a existência de diversos desequilíbrios ambientais, como avanço da cunha salina, avanço do assoreamento e redução das vazões do rio. No que se refere ao assoreamento, apontou que é processo grave em estágio acelerado que, além de enterrar o rio, provoca perda de terra fértil na região. Dados técnicos revelam que a quantidade de sedimentos depositados no Rio está na ordem de 22 milhões de toneladas ao ano.

Salientou a necessidade de rever a forma de uso e ocupação de solo para evitar a degradação e perda de solos férteis para o rio São Francisco. Para subsidiar essa reflexão, trouxe mapa que revela, por sub-bacia, a produção média anual de sedimentos. O mapa está reproduzido a seguir.

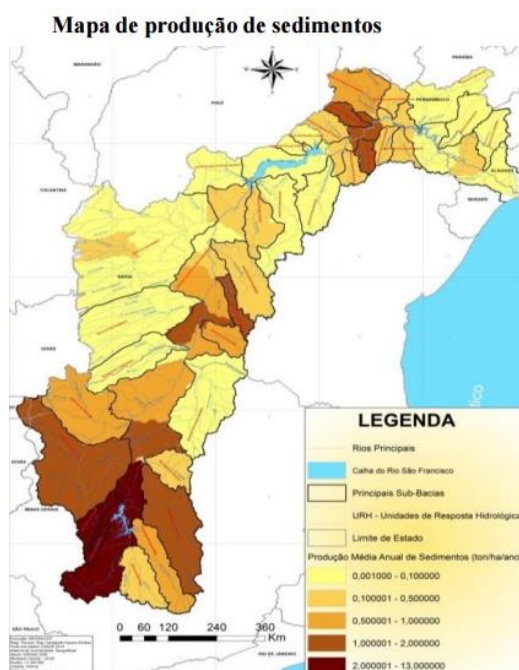


Figura 8: Mapa de produção média anual de sedimentos por sub-bacia hidrográfica inserida na Bacia do Rio São Francisco. Fonte: Codevasf

Destacou que a Codevasf, juntamente a outros órgãos, como o MMA, têm realizado muitas ações de revitalização na Bacia do Rio São Francisco. Em que pese esse fato, reconheceu que há necessidade de aprimoramento e reforço dessas ações, motivo pela qual o MI e outros Ministérios recebeu demanda da Presidência da república para apresentar novo programa de revitalização para os próximos 10 anos.



Passou a expor as atividades realizadas pela Codevasf, no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, explicitando o número de empreendimentos e o valor dos investimentos já realizados, desde 2007 até os dias atuais. Os dados estão dispostos nas tabelas a seguir, reproduzidas da apresentação do palestrante.

Estado	Total*	Investimento (R\$)**
Alagoas	12	135.461.397
Bahia	35	454.945.467
Minas Gerais	58	569.292.287
Pernambuco	22	368.684.335
Sergipe	6	63.115.009
TOTAL	133	1.591.498.495

* Número de empreendimentos autorizados pelo MPOG
** Total autorizado para o estado (2007 - 2015)

Figura 9: Número de empreendimentos e valor de investimentos em Esgotamento Sanitário. Fonte: Codevasf

Estado	Total*	Investimento (R\$)**
Alagoas	1	3.650.445
Bahia	2	8.661.981
Minas Gerais	3	12.824.625
Pernambuco	1	4.512.264
TOTAL	7	29.649.315

* Número de empreendimentos autorizados pelo MPOG
** Total autorizado para o estado (2007 - 2015)

Figura 10: Número de empreendimentos e valor de investimentos em Resíduos Sólidos. Fonte: Codevasf

Estado	Total*	Investimento (R\$)**
Alagoas	30	25.989.384
Bahia	341	244.850.674
Minas Gerais	43	36.736.988
Pernambuco	86	73.395.896
Sergipe	28	16.539.902
TOTAL	528	397.512.844

* Número de localidades autorizadas pelo MPOG
** Total autorizado para o estado (2007 - 2015)

Figura 11: Número de empreendimentos e valor de investimentos em Abastecimento de Água. Fonte: Codevasf



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Estado	Total*	Investimento (R\$)**
Alagoas	6	24.024.606
Bahia	6	38.525.488
Minas Gerais	5	12.831.545
Pernambuco	6	24.292.839
Sergipe	4	10.740.326
TOTAL	27	110.414.805

* Número de atividades apoiadas (Apicultura, Aquicultura e Pesca, Ovinocaprinocultura, Agricultura Familiar, Capacultura, Mandocultura, Economia Criativa)
** Total investido por meio de recursos dos Programas Desenvolvimento Territorial Sustentável e Economia Solidária, Brasil Sem Miséria (2011-2015)

Figura 12: Número de empreendimentos e valor de investimentos em Economia Sustentável. Fonte: Codevasf

Estado	Total*	Investimento (R\$)**
Alagoas	7	9.257.402
Bahia	17	75.972.210
Minas Gerais	28	88.806.751
Pernambuco	12	21.776.730
Sergipe	7	7.847.124
Bacia do São Francisco	1	10.875.076
TOTAL	72	203.660.217

* Número de empreendimentos autorizados
** Total autorizado para o estado (2007-2015)

Figura 13: Número de empreendimentos e valor de investimentos em Processos Erosivos. Fonte: Codevasf

Ação	Investimentos (R\$)
Esgotamento Sanitário	1.591.498.495
Sistemas de Abastecimento de Água	397.512.844
Processos Erosivos	203.660.217
Ligações Intradomiciliares	65.026.184
Resíduos Sólidos	29.649.315
Economia Sustentável	110.414.805
TOTAL	2.397.761.861

Figura 14: Resumo dos investimentos da Codevasf no âmbito do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas. Fonte: Codevasf

No que tange aos dados apresentados, salientou a importância de todas as frentes de atuação, mas destacou a importância as ações relacionadas aos processos erosivos. Nesse passo, explicitou que há necessidade de investimentos vigorosos em ações de combate aos processos erosivos. Afirmou que a Codevasf está debatendo com o MI a elevação do combate à erosão ao topo das prioridades, por meio de ações de recuperação de nascentes, matas ciliares.



Ainda acerca de ações para o combate aos processos erosivos, destacou que em Minas gerais, Estado extremamente importante para produção de água na Bacia do São Francisco, a Codevasf já executou 7500km de terraceamento, que consiste em técnica, baseada na construção de terraços no solo, para controle da erosão hídrica. Ademais, afirmou que já foram recuperadas 1000 nascentes e está empenhado para este ano de 2015 recuperar mais 1000 nascentes. Apesar de serem números importantes, destacou que são ainda insuficientes para revitalização da bacia. Afirmou que a Codevasf tem realizado esforços para ampliar e pulverizar suas ações.

Destacou, por fim, o lançamento, em março de 2015, do Plano Nascente, para preservação e recuperação das nascentes do São Francisco.



Interligação entre o Rio Preto (BA) e o Rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o Rio São Francisco ao Rio Amazonas - PL nº 6.569, de 2013, do Deputado Gonzaga Patriota (audiência realizada em 20/10/2015).

Palestrantes: Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, representando o Ministério dos Transportes;

Fábio Freitas - Coordenador-Geral de Rodovias, Ferrovias e Hidrovias da Secretaria do PAC, representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Marcelo Pereira Borges- Diretor de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional; e

Luiz Augusto Costa Fernandes - Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf

Tema: Interligação entre o Rio Preto (BA) e o Rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco ao rio Amazonas - (PL nº 6.569, de 2013, do Deputado Gonzaga Patriota).

Data: 20/10/2015

O Deputado Gonzaga Patriota abriu a audiência pública, destacando a necessidade de ser dada atenção à Região Nordeste. Salientou o estado alarmante de degradação em que se encontra o rio São Francisco e grave da crise hídrica instalada. Pontuou o risco iminente de colapso de diversos perímetros irrigados, em virtude da falta de água. Destacou também as consequências sérias que a situação provoca, tais como perda de safras e de empregos.



Afirmou que tem mantido contato permanente com o Ministério da Integração Nacional (MI) e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog), os quais afirma estar empreendendo esforços para evitar colapso, a curto e longo prazo, da Região Nordeste. Concluiu seu discurso, afirmando que a integração entre as Bacias do Tocantins e do São Francisco é ideia já antiga, que já foi objeto de estudos preliminares.

1º palestrante: Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, representando o Ministério dos Transportes.

O palestrante iniciou sua exposição, informando que o Dnit vem conduzindo a elaboração Estudos de Viabilidade Técnico, Econômico e Ambiental de diversas hidrovias, com o intuito de identificar a necessidade de intervenções nas bacias hidrográficas avaliadas.

Os estudos avaliam ainda o comboio tipo de cada hidrovia e, de acordo com as necessidades identificadas, promove a elaboração dos respectivos projetos. Para as hidrovias do rio Tocantins e do rio São Francisco, o palestrante informou que tais estudos estão ainda em fase de conclusão.

A seguir, explicou que o comboio tipo de navegação no rio Tocantins tem dimensões de 32x200 m, o que o torna apropriado para atravessar a eclusa de Tucuruí. Detalhou que esse comboio difere do comboio tipo do rio São Francisco, que possui dimensões de 16x120m, com calado de 1,35 m.

Tais diferenças, consoante o expositor, não são suficientes para impedir a navegação entre os dois rios, mas torna necessário o desmembramento dos comboios por ocasião da transposição entre o rio Tocantins e o rio São Francisco.

Prosseguindo o feito, apresentou mapa da interligação entre as bacias do Tocantins e do São Francisco, elaborado em estudos preliminares datados de 2000. Destacou que o mapa difere daquele apresentado pelo Deputado Gonzaga Patriota, o qual sugere uma solução com maiores necessidades de investimento. Isso porque, a solução do Parlamentar demanda maior



transposição de nível, com necessidade de construção de eclusas e estações elevatórias adicionais.

Pontuou que a interligação entre as bacias do Tocantins e do São Francisco ainda não foi considerada no Plano Hidroviário Estratégico nem nos Estudos de Viabilidade Técnico, Econômico e Ambiental das Hidrovias. Tal fato se dá exatamente por conta dos desníveis a ser vencidos, o quais demandam quantidade significativa de investimento.

Não obstante, reconheceu que existem estudos que trazem a possibilidade da transposição como intervenção com muitos benefícios para a Barragem de Sobradinho e para a navegação, já que o rio São Francisco não permite hoje uma navegação comercial.

Por fim, destacou que o Dnit conhece as necessidades de intervenção no rio São Francisco, especialmente necessidades de dragagem. No entanto, tais intervenções não têm sido feitas em virtude da crítica situação do rio, que não permite nem mesmo a passagem da draga para realização dos serviços.

2º Palestrante: Fábio Freitas - Coordenador-Geral de Rodovias, Ferrovias e Hidrovias da Secretaria do PAC, representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Em reforço às afirmações realizadas pelo Sr. Valter Casimiro, destacou que, de fato, não há possibilidade de realização de dragagem no rio São Francisco, devido à estiagem histórica por que passa a Região Nordeste.

Salientou que esse fato mostra a necessidade e urgência da revitalização, que é complexa, envolve diversas atividades, além de monitoramento e manutenção permanente das ações. Pontuou ações necessárias a revitalização, tais como reflorestamento, contenção da erosão e conscientização da população.

Destacou a necessidade de avançar numa lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Argumentou que, sem isso, existirão dificuldades imensas em se produzir avanços na revitalização da bacia. No que



tange à execução atual do programa, sublinhou que as ações estão sendo realizadas, mas cada uma com suas dificuldades inerentes.

Por fim, salientou a necessidade de discutir e de tornar a revitalização um processo permanente, que abranja ações mais eficientes e econômicas para a utilização da água, em suas múltiplas possibilidades. Ressaltou que essas medidas já estão sendo estudadas e implantadas pela Codevasf e pelo MI. Avaliou que, preliminarmente ao amadurecimento e concretização da transposição da Bacia do Tocantins, é preciso dar maior atenção e concretude ao processo de revitalização.

3º Palestrante: Marcelo Pereira Borges - Diretor de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional

Destacou que o MI, como executor da Transposição do rio São Francisco, entende que há integração entre os temas da Transposição do Rio São Francisco, da integração da Bacia do rio Tocantins com a do São Francisco e da necessidade de revitalização do rio São Francisco.

A seguir, se colocou a disposição para realização de estudos adicionais acerca dessas questões e de trabalhar para incluir emenda no orçamento que viabilize as ações necessárias à execução da integração entre as bacias do Tocantins e do São Francisco.

4º Palestrante: Luiz Augusto Costa Fernandes - Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da Codevasf

O expositor inaugurou sua fala, destacando que a Codevasf sempre lutou pela revitalização do rio São Francisco, objetivando evitar que o alcance de níveis de degradação hoje já existentes.

Diante da situação posta, caracterizada pela seca e degradação ambiental severa, informou que, dentre as ações emergenciais em curso, está a contratação, pela Codevasf, de flutuantes que permitam a captação de água e a realização da irrigação de forma satisfatória.



Explicou que a Codevasf tem grande histórico no processo de revitalização do rio São Francisco, acumulando, por exemplo, mais de mil nascentes recuperadas. Entretanto, ponderou que a revitalização envolve árduo trabalho, na medida em que muitas das medidas necessitam ser perpetuadas dentro de propriedades privadas. Em outras palavras, a conservação do rio depende, em grande medida, de proprietários particulares, fato que exige extenso trabalho de conscientização socioambiental.

Informou que a Codevasf, como Operador Nacional da Transposição do rio São Francisco, está ainda estudando as melhores formas de operacionalizar a entrega de águas aos estados beneficiados.

Acerca da navegação no rio São Francisco, pontuou que a Codevasf já participou de estudos sobre o tema, especialmente em questões sobre a necessidade de dragagem no trecho entre Pirapora e Petrolina. Informou que esses estudos estão, agora, a cargo do Dnit. Finalizou sua exposição, se colocando à disposição dos Parlamentares.

Considerações realizadas pelos Parlamentares

O Deputado Adail Carneiro externou sua preocupação com o estado em que se encontra o rio São Francisco. Destacou a elevação do êxodo rural, diante das dificuldades que muitas pessoas têm enfrentado para sobreviver na seca. Pediu aos convidados atenção especial à condução das obras da Transposição, que levará água para abastecimento humano e dessedentação animal.

O Dep. Rômulo Gouveia (*In Memoriam*) também mostrou preocupação com a necessidade de revitalização do rio São Francisco. Destacou o estado de emergência em que se encontram os Estados da Paraíba e de Pernambuco, amostras do estado alarmante de toda Região Nordeste. Diante disso, reprovou a atenção excessiva que tem sido dispensada à Região Sudeste, especialmente São Paulo, quando a Região Nordeste necessita de maior ação e apoio.

O mesmo Deputado revelou que considera extremamente importante a conclusão das obras da Transposição, mas não acredita ea seja



iminente, como faz crer o Governo. Nesse sentido, considera importante a adoção de medidas alternativas e emergenciais capazes de amenizar a crise hídrica do nordeste.

A Deputada Raquel Muniz destacou o trabalho de sensibilização que tem sido feito para a necessidade de revitalização do rio São Francisco. Informou, a seguir, que esteve em Rio Pardo de Minas, Município do Estado de Minas Gerais, e constatou situação de falta de água e insatisfação da população com a situação de degradação da bacia.

O deputado Raimundo Gomes de Matos fez também questão de destacar a gravidade da situação da Região Nordeste. Citou e apresentou documento intitulado de “Estudos de Inserção Regional do Projeto de Transposição do Rio São Francisco”, datado de 2000.

Salientou o fato de a Transposição estar em estudo e discussão já há mais de quinze anos e ainda não ter sido concluída. Revelou ainda que, nesse mesmo documento citado, foi realizado estudo preliminar acerca da integração entre as Bacias do rio Tocantins e do São Francisco.

Sublinhou que a luta por melhorias na região é, portanto, de anos. Mas que, entretanto, a Região Nordeste continua assolada pela seca, dependente de medidas paliativas incapazes de trazer solução definitiva, como o fornecimento de carros pipas.

Destacou que a carência de medidas estruturais é inadmissível, pois não há falta de projetos ou propostas. Ponderou que o que falta para o Brasil é, acima de tudo, respeito dos gestores públicos ao povo brasileiro. Falta, segundo o deputado, cumprir as promessas e ações orçamentárias planejadas.

O mesmo Parlamentar ressaltou também a carência de uma boa gestão em recursos hídricos no Brasil. A gestão ainda é marcada pela falta de transversalidade entre os diversos setores.

Acerca das obras da Transposição do rio São Francisco, pontuou ser urgente calcular o custo de atraso, que tem causado prejuízos signi-



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

ficativos a importantes fontes de renda, tais como a fruticultura e a piscicultura. Por fim, retomou a necessidade apoiar e impulsionar a conclusão das obras complementares à Transposição nos estados beneficiados e definir, de forma urgente, o modelo de gestão desse importante empreendimento.



Impactos causados pelas Obras da Transposição em Comunidades Tradicionais e Assentamentos Rurais, Projeto Manuelzão e Papel do Ministério Público na Transposição (audiência realizada em 22/10/2015).

Palestrantes: Professor Doutor Talden Queiroz Farias - doutorando em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com estágio de doutoramento sanduiche pela Universidade de Paris 1/Panthéon-Sorbonne;

Sr. Welison Araújo Silveira - Pesquisador da Universidade Federal da Paraíba;

Sr. Apolo Heringer Lisboa - Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Coordenador do Projeto Manuelzão e Membro da Meta 2020 pela revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e corredor da Carta de Morrinhos;

Sr. Jarbas Soares Júnior - Procurador de Justiça e Diretor de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais.

Temas: discussão acerca dos impactos causados pelas obras da Transposição do Rio São Francisco em comunidades tradicionais e assentamentos rurais; apresentação do Projeto Manuelzão; e debate sobre o papel do Ministério Público na Transposição e Revitalização do rio São Francisco.

Data: 22/10/2015

Palestrantes: Professor Doutor Talden Queiroz Farias e Sr. Welison Araújo Silveira

A exposição dos palestrantes foi iniciada a partir de destaque para a incipiência dos estudos acerca dos impactos da Transposição do rio São Francisco nas comunidades tradicionais. Os estudos se limitam a apresentar condicionantes a serem cumpridas em casos de remoção de famílias ou redução



de potencial pesqueiros da região. Entretanto, os pesquisadores ressaltaram que, além de impactos econômicos, impactos culturais têm sido observados e, portanto, devem ser igualmente estudados e tratados.

O pesquisador Welison asseverou que, quanto aos pescadores, não existe compensação para famílias que quebram sua tradição familiar da pesca, em virtude da redução ou mesmo eliminação da atividade. Não há transição cultural para essas famílias, que tendem a se tornar dependentes de programas de governo para sobreviver.

O mesmo pesquisador também lançou atenção para a necessidade de dar mais ênfase da revitalização do rio São Francisco. Ressaltou ser essencial que obras da Transposição sejam conduzidas de forma paralela ao Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco.

Acerca das compensações ambientais, também sublinhou a insuficiência do ritmo e priorização de execução adotada para elas. Destacou que as medidas ambientais estão apenas 50% executadas, enquanto as obras da Transposição estão com praticamente 80% de conclusão. Existe, portanto, segundo o pesquisador, descompasso entre a execução das medidas ambientais e das obras.

Asseverou existir também descompasso entre as obras conduzidas pelo Governo Federal e as obras complementares, conduzidas pelos Governos Estaduais, as quais efetivamente levarão águas à população beneficiadas. Diante dessa realidade, sugeriu urgência na adoção de medidas que promovam sinergia entre os programas e projetos estaduais, municipais e federais.

Na elevação da sinergia interfederativa, foi proposto que seja oportunizada maior participação das comunidades tradicionais, por meio de audiências públicas. Destacou que, atualmente, as audiências realizadas são voltadas para o acompanhamento das obras e não permitem que a comunidade apresente propostas. É preciso oferecer oportunidade de manifestação acerca da satisfação em relação as medidas que estão sendo adotadas na bacia.



A exposição foi concluída com a declaração dos pesquisadores de que se encontram à disposição da Comissão para fornecer subsídios técnicos e científicos que se façam necessários.

Para encerrar o primeiro tema, o Deputado Raimundo Gomes de Matos complementou, ressaltando que a Comissão vem lutando para promover maior integração interfederativa, intersetorial e intergovernamental. Para o Deputado, a carência dessa sinergia é a causa de grande parte dos problemas de gestão. Citou o Município de Brejo Santo (CE), onde a comunidade foi remanejada, mas há atraso na construção das casas, forçando as famílias a se alojarem precariamente. Acrescentou que, mesmo nas casas já concluídas, foi constatada ausência da prestação de serviços básicos, como fornecimento de água.

Palestrante: Professor Apolo Heringer Lisboa

O professor iniciou sua exposição, afirmando que a Transposição do rio São Francisco é um desafio e uma causa apaixonante, em que pese os problemas que agrega. Citou como exemplo o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter deliberado a favor do empreendimento sem discutir seu mérito, mesmo diante dos questionamentos opostos por Minas Gerais. Para o professor, esse foi um episódio de omissão do STF e de obstrução ao direito de questionamento dos Estados.

Ainda sobre os problemas do empreendimento, asseverou que as obras da Transposição estão permeadas de erros e equívocos, especialmente em sua avaliação estratégica. Para o professor, as obras foram extremamente superdimensionadas, na medida em que funcionarão com apenas 40% de sua capacidade em 90% do tempo. Pontou que a grande causa desses problemas é a excessiva politização da obra.

Voltando sua atenção à necessidade de revitalização do rio São Francisco, ressaltou que o estágio de degradação do rio apenas reflete a capacidade civilizatória de quem vive na bacia e a capacidade dos gestores que ali atuam. Ressaltou a importância do estado de Minas Gerais, que produz mais de 70% das águas do São Francisco.



Continuando o feito, explicitou que a questão básica da revitalização é a incorporação da visão ecossistêmica em substituição às ações isoladas e compartimentadas que têm sido adotadas (ações de saneamento ou reflorestamento sem integração, por exemplo).

Detalhou a existência de duas visões que podem governar as ações de gestão. A visão ecossistêmica, que prega a sustentabilidade ecológica integrada, e a visão de insumos, que considera a natureza apenas como insumo de processos de produtos de consumo humano. Ressaltou que ainda é predominante a segunda visão, sendo necessária a migração célere para a segunda visão como base de gestão e gerenciamento.

Criticou também a legislação ambiental brasileira, que, para o professor, ainda é muito fragmentada, separando temas que estão intimamente relacionados, como a água e o meio ambiente.

Pontou que a fragmentação do conhecimento é um problema que precisa ser enfrentado, na medida em que ele está formando pessoas sem a capacidade de visão ecossistêmica do mundo e dos processos. Como exemplo de medida que poderia contribuir para a disseminação da visão ecossistêmica, sugeriu a organização da gestão ambiental não por entidade federativa, mas por bacias hidrográficas. Citou uma aplicação prática dessa medida: a companhia de saneamento atuaria por bacia e não por município.

Continuando o feito, apresentou a Carta de Morrinhos, que fez uma avaliação das tarefas imediatas para revitalizar o rio São Francisco, por meio de uma visão ecossistêmica dos processos.

Em seguida, criticou a política atual de colocar o carbono no centro da questão ambiental. Para o professor, a água deve ser o cerne atual. Asseverou que é preciso visão ecológica. É preciso “ecologizar” a economia. Citou o sistema de monocultura extensiva, que é condenável. Afirmou que o Brasil ainda é muito leniente e precisa ser firme na defesa do meio ambiente.

Voltando a tratar da Carta de Morrinhos, explicou que ela estabelece as seguintes metas:



1 – duplicar em cinco anos o volume de água na Bacia do rio São Francisco, por meio de campanhas com agricultores para adoção de medidas que reduzam a erosão, as enxurradas e elevem a infiltração da água no solo;

2 - elevar a biodiversidade, por meio da preservação de lagoas marginais, áreas úmidas (como as veredas), brejos, pântanos e nascentes;

3 – elevar a qualidade da água - apontou que a Codevasf deve prestar contas dos gastos que fez para elevar a qualidade água e explicou que, em sua viagem pelo rio São Francisco, notou estado degradante da água. Asseverou não ser possível aceitar a transformação do rio em esgoto. o rio deve ser classe especial, podendo-se permitir, no máximo, classe 2;

4 – mobilização da sociedade civil para a causa; e

5 – realização de operações técnicas e científicas.

Apresentou ainda carta enviada ao Ex-Presidente Lula, em 2007, em que foi proposta uma medida intermediária que causasse menos danos que a Transposição. Foi proposta a captação de água do rio São Francisco por meio de adutoras (tubos fechados) ou canais enterrados, para evitar a evapotranspiração e fornecer água para dessedentação animal e abastecimento humano.

Relembrou que a atual Presidente da República prometeu, em documento formal, revitalizar todos os rios do Brasil. Um ano se passou e nada ocorreu, lamentou o professor.

Criticou, por fim, o projeto de doação de águas do rio Tocantins ao São Francisco, por carência de motivação e estudos técnicos. Afirmou serem necessárias ações mais simples que contribuam para a revitalização da bacia.

Em complemento à palestra proferida, o Deputado Gonzaga Patriota defendeu o projeto de integração entre as Bacias do Tocantins e do São Francisco. O Deputado Macedo, por sua vez, requisitou o documento assi-



nado pela Presidente da República, em que foi formalizado compromisso pela revitalização dos rios brasileiros.

Palestrante: Sr. Jarbas Soares Júnior

O procurador de Justiça, Jarbas Soares Júnior, pontuou que nasceu e foi criado às beiras do rio São Francisco, em Montes Claros. Fez sua carreira no Ministério Público Federal e, desde 1990, está no Ministério Público (MP) de Minas Gerais.

Destacou seu desprazer em tratar de um rio que se encontra em estado alarmante de degradação em virtude, quase exclusivamente, de falhas humanas. Salientou que a Transposição se concretizou sem o debate necessário, o qual foi ceifado pela justiça. O MP buscou, sendo a voz da sociedade, realizar um debate crítico, jurídico e científico acerca do empreendimento, mas que, infelizmente, não teve sucesso.

Sublinhou que a revitalização é um processo que se iniciou timidamente e que foi praticamente abandonado, especialmente pelo Poder Público, cuja atuação é extremamente fundamental.

Defendeu a criação de uma comissão permanente para acompanhar a o Programa de Revitalização do rio São Francisco, que agrega as medidas mais importantes para a efetividade da Transposição. Relembrou o estado crítico atual do rio, com água sem qualidade e sem peixes. Destacou a importância de ações que dão resultados concretos já verificados, tais como a proteção de nascentes e das lagoas marginais, a contenção de enxurradas e a contenção da erosão.

Passou a citar diversos projetos e medidas que contam com a atuação do Ministério Público e que contribuem para revitalização e preservação ambiental da Bacia do São Francisco:

- a) Projeto Novas Margens, que objetiva recuperar o rio em Divinópolis. O projeto já apresenta resultados.



- b) Projeto Córrego perobas, para regularização ambiental de propriedades que se situam no alto do rio Perobas.
- c) Projeto Água Legal, para gestão de recursos hídricos em três rios na bacia do São Francisco.
- d) projeto Tatu, para recuperar passivo ambiental de mineração na bacia do São Francisco, rios Verde e Pardo.
- e) Projeto Novas Fronteiras, para fiscalizar e monitorar o desmatamento no norte de MG e que já apresenta resultados efetivos.
- f) Projeto Vereda Viva.
- g) Projeto de Gestão Ambiental para Fortalecer Políticas Ambientais Municipais.
- h) Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) de R\$ 8 milhões com empresas de energia.
- i) Ações de combate ao lançamento de efluentes.
- j) TACs para recuperação de Áreas de Preservação Permanente.
- k) Operação Parques de Papel, para preservar e estruturar Unidades de Conservação.
- l) TAC de 6 milhões com a Cemig, especialmente em relação à elevada mortalidade de peixes em Três Marias.
- m) Projeto Lagoas Marginais com o Ibama.
- n) Ações Cíveis Públicas para recuperação de bacias, combate ao lançamento de fluentes, recuperação de matas ciliares.
- o) Operação Diamantes, para combater exploração ilegal de ouro na Bacia do rio São Francisco.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

Resumiu que são inúmeras as ações do MP ao longo de muitos anos a favor do São Francisco, mais que ainda é muito pouco diante das necessidades existentes. Ressaltou que MP é ator importante, mas é preciso maior integração e suporte entre os diversos atores do Estado e do Governo, com integração de movimentos sociais.

Finalizou, realizando apelo aos parlamentares em prol da pela revitalização do rio São Francisco, afirmando que o rio já está morto e precisa ser urgentemente ressuscitado



Apresentação do Diagnóstico Geral do Andamento das Obras da Transposição e da Revitalização do Rio São Francisco (audiência realizada em 22/11/2016).

Expositores:

- **Sr. Helder Barbalho**, Ministro de Estado da Integração Nacional;
- **Sr. Antônio Luitgands Moura**, Diretor de Projetos Estratégicos do Ministério da Integração; e
- **Sr. Ramon Flávio Gomes Rodrigues**, Secretário Adjunto da Secretaria de recursos Hídricos do Governo do Estado do Ceará.

Tema: Apresentação do diagnóstico geral do andamento das obras da Transposição e Revitalização do Rio São Francisco.

Data: 22/11/2016

O Deputado Raimundo Gomes de Matos abriu a reunião destacando que foi requerida a prorrogação de prazo para a Comissão Externa, de forma que ela possa prosseguir seus trabalhos no ano de 2017. A seguir, convidou o Ministro Helder Barbalho para compor a mesa e dar início a sua exposição.

O Ministro Helder Barbalho agradeceu a oportunidade oferecida pela CEXTRRIO e fez cumprimentos a todos os parlamentares membros da comissão e demais presentes, entre os quais deputados estaduais e a presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevsf).

Iniciou sua apresentação com breve síntese do arranjo das obras da Transposição do Rio São Francisco, que integra canais principais, secundários e obras estruturantes. Nesse passo, destacou a importância das obras estruturantes, as quais serão executadas em parceria com os Estados beneficiá-



rios e que possuem importância fundamental para a interiorização da água e, portanto, para a eficácia do empreendimento.

Acerca do estágio atual de execução das obras e dos prazos previstos para entrega de água, o Ministro destacou que o Ministério da Integração (MI) adotou duas estratégias para conduzir a execução e funcionamento das obras. Tem-se uma estratégia para as etapas de funcionalidade e passagem de água e, paralelamente, outra estratégia, com outro calendário, relacionada a obras complementares que não estão envolvidas com a passagem de água.

Destacou que se for atingido 95,6% de execução das obras dos dois eixos, há possibilidade de entregar água na totalidade do curso dos Eixos Norte e Leste. Dessa forma, asseverou que, em termos de funcionalidade da obra, a meta é de atingir 95,6% de conclusão das obras. O restante se refere a obras complementares sem relação com a passagem de água, como estradas de acesso, cercamentos e pontes.

No que se refere aos prazos previstos para entrega de água, asseverou que, no Eixo Leste, as obras de passagem de água serão concluídas até dezembro de 2016, a partir de quando será iniciado o enchimento dos reservatórios e liberação das estações de bombeamento e curso das águas. Isso representará, segundo o Ministro, um prazo de chegada de água em Monteiro em março de 2016, por meio do rio Paraíba. Campina Grande deverá receber água em abril de 2017.

Em relação aos prazos de entrega de água no Eixo Norte, que envolve os Estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o Ministro afirmou que a expectativa para chegada de água e enchimento do reservatório e ligação ao estado do Ceará, pelo Reservatório Jati, é agosto de 2017. Acrescentou que a expectativa para chegada de água no Reservatório Cajazeiras, para entrega de água ao Estado do Rio Grande do Norte, é dezembro de 2017.

No que tange ao avanço físico da obra, afirmou que, de forma global, 90,95% das obras estão concluídas. Mais especificamente, o Eixo



Norte tem 91,25% de suas obras concluídas e o Eixo Leste, 90,27%. Prosseguindo o feito, detalhou que, no Eixo Norte, a Meta 1N está 89,93% concluída, a Meta 2N está 91,35% concluída e a Meta 3N está 94,16% concluída. No Eixo Leste, a Meta 1L está 98,6% concluída, a Meta 2L está 90,8% concluída e a Meta 3L está 81,51% concluída.

Em seguida, registrou que a Meta 1N, correspondente ao trecho que vai desde a captação de água do Rio São Francisco até o Reservatório Jati, tem provocado grandes preocupações ao MI, pois essa meta é a única etapa da obra que está paralisada. Destacou que é equivocado qualquer discurso que afirme estarem paralisadas as obras da Transposição. O que existe, conforme o Ministro, é a continuidade plena de todas as metas, com exceção da Meta 1N, cuja responsabilidade era da empresa Mendes Júnior, hoje incapaz de manter o contrato.

Acerca ainda da Meta 1N, pontuou que das três Estações de Bombeamento (EB) que contempla, a EB1 já está concluída, com operação já iniciada em 6/8/2015, para fornecimento de água ao Reservatório de Tucutu. No que tange aos demais reservatórios, estão concluídos os reservatórios Tucutu, Serra Nova, Mangueira e Serra do Nivelamento. Estão concluídos também cinco aquedutos, quais sejam, Angradouro, Saco da Serra, Mari, Terra Nova e Salgueiro.

Em relação ao contrato da Mendes Júnior, afirmou que o MI foi oficialmente informado pela empresa em junho de 2016 acerca de sua incapacidade para manter a execução do contrato. Asseverou que, após a informação, o MI fez consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) acerca dos procedimentos cabíveis para possibilitar a execução do remanescente das obras, as quais totalizam aproximadamente R\$ 600 milhões. A consulta ao TCU listou possibilidades que o MI entendia serem adequadas a continuidade das obras, entre as quais estava a execução direta por meio do Exército, a dispensa de licitação em virtude da situação de emergência, a realização de nova licitação e a realização de aditivo em contratos de empresas já mobilizadas na obra.

Continuando o feito, relatou que o TCU registrou não possuir competência para responder consulta em casos concretos, mas apenas em



tese ou abstrato, motivo pelo qual não poderia concluir, de forma assertiva, pela melhor ou mais correta possibilidade a ser adotada pelo MI. Diante dessa premissa, o TCU entregou ao MI relatório contendo os pontos positivos e negativos de todas as alternativas listadas, para que o órgão, de acordo com sua oportunidade e conveniência, decidisse qual a solução mais adequada.

Diante desses fatos, registrou que a solução adotada pelo MI foi realizar nova licitação, em Regime Diferenciado de Licitação (RDC). Para tanto, o MI decidiu realizar checagem de todos os itens remanescentes e avaliar a necessidade de adequação do projeto básico, o que permitiu o início do processo licitatório em 20 de outubro de 2016, por meio de Consulta Pública. A previsão, informou, é que no dia 6 de dezembro de 2016 seja lançado o edital de licitação para conclusão das obras que compõem a Meta 1N do Eixo Norte.

Complementou com a informação de que as propostas dos interessados devem ser abertas no dia 15 de janeiro de 2017 e o contrato deve ser assinado no início de fevereiro de 2017. O Ministro salientou que esses prazos serão cumpridos salvo ocorra interrupção no processo licitatório em virtude de questões ou agentes externos ao MI.

O Ministro destacou que tentou avaliar com o TCU a possibilidade de afastar a aplicação do RDC em todas as obras que possuem relação com o fluxo de água. Em reunião, o TCU, novamente, registrou que não poderia se posicionar em caso concreto acerca da possibilidade de afastar a aplicação do RDC em parte das obras da Meta 1N. Diante desse contexto, o Ministro sublinhou estar mais que evidenciado que o MI não tomou qualquer decisão de forma deliberada ou sem o devido cuidado. Registrou ainda que não foi o MI ou o contrato da Meta 1N que deram causa à declaração de inidoneidade da empresa Mendes Júnior. Por fim, destacou que não tomará qualquer medida que possa lhe causar sanções administrativas, civis e penais.

Salientou que, além do processo de licitação, o MI elaborará portfólio de ações específicas para minimizar o risco de colapso de abastecimento de água na região metropolitana de Fortaleza. Afirmou que o MI está agindo em todas as frentes possíveis para dar respostas às necessidades hídricas da região.



Passando a tratar da Meta 2N, ressaltou que ela tem 91,35% de sua execução concluída e está a cargo da empresa Serveng. Sobre a Meta 3N, em execução pela empresa Queiroz Galvão, asseverou que ela está em conclusão.

No que se refere ao Eixo Leste, retomou que, assim como o Eixo Norte, também é dividido em três etapas, quais sejam, Meta 1L, 2L e 3L, as quais possuem percentual de conclusão de 98,6%, 90,84% e 81,51%, respectivamente.

Na Meta 1L, detalhou, está em curso processo de comissionamento, com enchimento de estruturas que compõem reservatórios. Ademais, informou que a Estação de Bombeamento EBV - 1 teve início de operação em outubro de 2014, propiciando o enchimento do Reservatório Areias.

No que se refere ao Eixo 2L, a conclusão das obras contempla as Estações de Bombeamento EBV-2 a EBV-6, de modo que a EBV-2 já teve seu processo de bombeamento iniciado em setembro de 2015, conforme os prazos pré-estabelecidos para entrega de água até fevereiro de 2017 em Monteiro.

Com respeito à Meta 3L, explicou que sua conclusão depende, em grande parte, da conclusão do Túnel Giancarlo. Assim que esse túnel for concluído, o trecho terá condições de fornecer água.

A seguir, afirmou que a Transposição do Rio São Francisco é prioridade para o Governo Federal e não apenas para o MI. Destacou que o Governo tem consciência da importância do empreendimento, bem como de sua repercussão social e econômica e da necessidade, portanto, de garantir a conclusão de suas obras. Destacou o alcance populacional do empreendimento, que deverá beneficiar cerca de 11,7 milhões de brasileiros e sublinhou que, além de acelerar e garantir a conclusão das obras da Transposição, o MI também está produzindo esforços para garantir que as obras estruturantes, interligadas à Transposição, sejam também aceleradas e concluídas. Citou, entre as obras estruturantes, o Cinturão das Águas, no Ceará, o Canal do Sertão, em Alagoas, a Adutora do Agreste, em Pernambuco, e a Vertente Litorânea, localizada no Es-



tado da Paraíba.

Acerca das quatro obras estruturantes mencionadas, informou que, dentro da média de repasse, a partir de junho de 2016, foram repassados para a Vertente Litorânea em julho, R\$ 15 milhões, em agosto, 6 milhões de reais, setembro não houve fatura, em outubro, R\$ 7,4 milhões. Sublinhou que a média dos repasses desses meses foi superior à média dos meses que antecederam julho, mês em que o Ministro assumiu o MI.

Com relação a Adutora do Agreste, informou que foi repassado para a obra R\$ 10 milhões em julho, R\$ 5,5 milhões em agosto, não houve faturamento em setembro e em outubro foram pagos R\$ 25 milhões, o que soma quase R\$ 71 milhões apenas para essa obra.

Acerca do Cinturão das Águas, destacou que a média de repasse para a obra estava se mantendo na faixa de R\$ 10 milhões por mês. A nova gestão do MI, informou, elevou a média para R\$ 30 milhões por mês, ou seja, foram triplicados os repasses financeiros para garantir a aceleração e conclusão das obras.

Fez menção também aos recursos direcionados pelas bancadas do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, aos quais colocaram como emendas impositivas o valor de aproximadamente R\$ 112 milhões, o que vai garantir orçamentariamente que as obras avancem em 2017. Detalhou que as novas médias de repasses concretizam orientação do Presidente Michel Temer de acelerar a execução financeira e física das obras. Adicionalmente, informou que estão em curso ações em conjunto com órgãos da Defesa Civil, com o Dnocs e Codevasf com o objetivo de garantir segurança hídrica à população do Nordeste.

Finalizou sua exposição, destacando que também estão realizando trabalhos paralelos no âmbito do Programa de Revitalização do Rio São Francisco. Para o Ministro, as ações de revitalização da bacia são de fundamental importância para garantir a sustentabilidade hídrica do rio.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos, após agradecer a exposição do Ministro, o questionou acerca de possíveis contingenciamentos e



da previsão de orçamento para a obra em 2017.

O Ministro Helder Barbalho, em resposta, ressaltou a prioridade das obras para o Governo, afirmando que estão assegurados, tanto orçamentariamente quanto financeiramente, a conclusão das obras em 2017, incluídas as obras complementares. Sublinhou que o MI está absolutamente em dia com o pagamento de todos os lotes da Transposição. Concluiu que não há qualquer possibilidade, sob a ótica orçamentária e financeira, de que a obra seja paralisada, mesmo diante da crise econômica vivenciada no País.

O Deputado Vitor Valim destacou a presença da comitiva do setor produtivo, que se encontra preocupada com a Meta 1N, cujo atraso prejudica diretamente o avanço das obras no Estado do Ceará.

Sobre a mesma questão, o Deputado Leônidas Cristino ressaltou as condições precárias do Ceará em termos de disponibilidade hídrica e a necessidade urgente que possui o Estado das obras da Transposição. Revelou sua preocupação com conclusão da Meta 1N, haja vista ser ela determinante para a chegada de águas no Ceará. Ressaltou que o parecer elaborado pelo TCU, conquanto não tenha se posicionado em concreto, não trouxe proibição para realização da dispensa de licitação. Portanto, para o Deputado, compete ao MI decidir pela dispensa de licitação, haja vista a iminência de colapso pela falta de água no Ceará.

O Deputado Estadual Carlos Matos, do Estado do Ceará, ressaltou que o Ceará vive seu 5º ano de seca e tende a viver o 6º, em 2017, conforme as previsões. Questionou o ministro acerca da possível vantagem em se decretar Estado de Calamidade no Estado do Ceará, na medida em que essa decretação constitui, em tese, requisito válido para dispensa de licitação. Em seguida, questionou o Ministro sobre quais seriam as três principais ações integrantes portfólio, por ele citado, de ações emergenciais para combate à crise hídrica.

O Deputado Júlio Cesar também revelou preocupação com as sucessivas secas que atingem o Nordeste a consequente diminuição do volume de água na Bacia do Rio São Francisco. Questionou o Ministro acerca da



real suficiência da vazão de água outorgada pela Agência Nacional de Águas para o empreendimento e sobre os valores monetários ainda necessários para garantir a conclusão das obras.

O Ministro Helder Barbalho, em resposta, asseverou que a cota de vazão outorgada pela ANA foi devidamente estudada e está objetivamente dividida entre os dois Eixos. Afirmou que cada Estado terá ainda garantida sua própria cota, conforme as diretrizes de gestão do empreendimento. Estimou que os valores totais para conclusão das obras devem se aproximar de R\$ 10,5 bilhões, valores esses já assegurados.

Com relação à ponderação realizada acerca da possibilidade dispensa de licitação, ratificou que a decisão de realizar nova licitação foi tomada por ele, na condição de Ministro e gestor dos contratos das obras, a partir de informações fornecidas pelo TCU. Explicou que não há como ignorar os riscos que envolve a decisão de dispensar licitação em um contrato de R\$ 600 milhões, que pode originar responsabilidades civis, administrativas e penais. Ressaltou que requisitou ao Ministro Nardes, do TCU, que, em condição excepcional, se manifestasse e desse aval para a dispensa de licitação, o que não ocorreu. Revelou que tem entendimento das demandas e é solidário a elas, mas pediu compreensão dos parlamentares, haja vista as condições que lhe são impostas para agir.

Acerca da possibilidade de decretação de Estado de Calamidade Pública, informou que, caso não haja qualquer processo de judicialização, com interrupção que comprometa os prazos citados, ficou acordado que seriam iniciados processos de dispensa de licitação para contratação de obras. Tal acordo, explicou, objetiva evitar que o Estado de Calamidade seja decretado com base em hipótese de novo período de seca. O Ministro entende que medidas mais excepcionais devem ser adotadas diante de fatos concretos, ou seja, diante da ocorrência factual de novo período de seca e não de maneira preventiva, sob a hipótese de novo período de estiagem.

Por fim, o Ministro agradeceu a oportunidade, colocou-se à disposição para esclarecimentos futuros e disponibilizou, para esclarecimentos imediatos, o Diretor de Projetos Estratégicos do MI, o Sr. Antonio Luitgands



Moura.

O Deputado Rômulo Gouveia (*In Memoriam*), relator da Comissão Externa, registrou a realidade de Campina Grande, ressaltando o empenho do Ministro Helder Barbalho para atender as demandas da região. A Deputada Raquel Muniz trouxe destaque para o tema da revitalização da Bacia do Rio São Francisco, especialmente as ações em curso na região norte de Minas Gerais, requisitando o Ministro atenção ao tema. O Deputado Odorico Monteiro sublinhou a necessidade de revitalizar não apenas a Bacia do Rio São Francisco, mas também as bacias receptoras do projeto da Transposição. Também ressaltou a importância da revitalização o Deputado Leônidas Cristino, destacando que existe projeto de lei em tramitação, de sua autoria, que destina 1% de toda a receita de produção de energia elétrica na bacia para ações de revitalização.

O Deputado Estadual Roberto Mesquita, do Estado do Ceará, se mostrou satisfeito com as informações expostas pelo Ministro do MI, que revelou haver, de fato, prioridade nas ações para conclusões das obras. Questionou o Diretor de Projetos Estratégicos se essa prioridade e garantia de conclusão das obras é factual ou se há alguma condição ou possibilidade de atrasos ou novas paralizações.

O Diretor de Projetos Estratégicos do MI ressaltou que não há dúvidas quanto a prioridade da obra e garantia de sua conclusão. Informou que há orientação do Ministro para que a licitação do remanescente da Meta 1N ocorra o mais rápido possível, de modo que até meados de fevereiro a nova empresa esteja apta a ser contratada, salvo, evidentemente, não haja atrasos em virtude de judicialização. Mesmo nesse último caso, informou que existe plano B do MI para lançar mão de dispensa de licitação e garantir a conclusão das obras.

O Deputado Estadual Carlos Matos, do Ceará, revelou novamente sua preocupação com a crise hídrica já em curso e questionou o MI acerca das possíveis ações emergenciais que serão adotadas para mitigar os efeitos da falta de água. Nesse passo, questionou se o MI tem estudado a viabilidade e preparado os estados para ações como dessalinização de águas e utilização de poços profundos. Ressaltou também a necessidade da realização de uma gestão de demanda de águas e revelou não saber se o MI está atuando



nessa frente, para promover o uso eficiente da água. Explicou que decisões mais firmes e emergenciais, não apenas ligadas a obra, precisam ser tomadas, porquanto um 6º ano de seca trará consigo desorganização da economia e do tecido social do Nordeste. Por fim, voltou a questionar acerca de quais seriam as medidas constantes do portfólio de ações emergenciais mencionado pelo Ministro Helder Barbalho.

O Diretor de Projetos Estratégicos do MI explicou que muitas das questões que envolvem o combate aos efeitos da seca envolve outros ministérios do Governo, como, por exemplo, o Ministério das Cidades. Para o Diretor, questões como redução de perdas e reúso de água devem também fazer parte das ações dos estados. Com relação ao portfólio, informou que o documento havia sido entregue ao Ministro naquele dia, de modo que a equipe técnica ainda não tinha conhecimento de seu conteúdo.

O Secretário Adjunto da Secretaria dos Recursos Hídricos do Governo do Estado do Ceará, o Sr. Ramon Flávio Rodrigues, ratificou que se esteve em reunião com Ministro do MI e com Ministros do TCU e ressaltou a complexidade da decisão que envolve dispensar uma licitação. Explicou que o TCU elenca diversos requisitos para legitimar a dispensa de licitação, as quais, se não cumpridas, podem ensejar a responsabilização do gestor.

Informou que o Governador do Estado do Ceará está ciente da grave situação e da probabilidade de seu agravamento a partir de março, caso não haja chuvas. Informou que estão sendo tomadas série de medidas, tais como utilização de poços, rebaixar e bombear água do Gaveão e Castanhão, entre outras medidas. Revelou que o Governador informou ao Ministro acerca das medidas que precisam ser adotadas e do esforço que está sendo realizado para gerenciar a demanda.

Explicou que o Governador requisitou ao Ministro do MI suporte para conseguir apoio do Governo Federal na implantação de ações que combatam os efeitos da seca. Entre essas ações, citou a duplicação do Eixão e a instalação de uma série de adutoras para captação de águas do Eixão e direcionamento a Limoeiro, Russas e cidades circunvizinhas. Dessa forma, ressaltou que, além de medidas emergenciais, o Governo do Estado do Ceará tem busca-



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

do apoio para adoção de medidas estruturantes.

Finalizou, informando que o Governador tem agendada reunião com o Presidente Temer a fim de definir quais medidas sugeridas podem ser efetivamente apoiadas e implementadas.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos finalizou a reunião, agradecendo a presença dos palestrantes e parlamentares presentes, destacando a sua importância para apoiar.



Obras de Saneamento a serem Executadas na Área de Influência Direta do Projeto de Integração do Rio São Francisco (audiência realizada em 16/5/2017).

Palestrantes:

Sr. Manuel Renato Machado, Diretor do Departamento de Infraestrutura Social e Urbana do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Sr. Thiago Coelho Raposo, Analista Técnico de Políticas Sociais do Ministério das Cidades (MCidades).

Sr. Gilson Pires da Silva, Analista de Infraestrutura e Gerente de Águas e Esgotos do MCidades

Sr. Ricardo Arantes, Coordenador-Geral de Engenharia e Arquitetura da Funasa.

Tema: Obras de saneamento a serem executadas na área de influência direta do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf)

Data: 16/5/2017

O coordenador da Comissão, Deputado Raimundo Gomes de Matos, cumprimentou os presentes e deu início à reunião, lembrando que há cerca de um ano e meio foi realizada audiência pública com diversos órgãos responsáveis pela execução de obras complementares ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco (Pisf), tais como Funasa e Ministério da Integração. Ressaltou que, na época, foram apresentadas por esses órgãos vários acordos e contratos feitos entre empresas, estados e municípios, mas que, até o momento, esses pactos não haviam se concretizado, efetivamente, em obras.

Salientou, portanto, a necessidade de dar atenção não apenas à obra principal dos canais do Pisf, mas também às obras complementares. Pontou que, quanto a essa questão, também o Exército Brasileiro será opor-



tunamente ouvido acerca dos pontos sob sua responsabilidade, relacionados às obras complementares do Pisf.

A seguir, convidou os palestrantes à mesa para que dessem início às suas exposições.

Palestrante 1 – Manuel Renato Machado, Diretor do Departamento de Infraestrutura Social e Urbana do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O palestrante iniciou sua exposição, explicando o papel do órgão central de planejamento na coordenação de iniciativas de infraestrutura relacionadas ao Pisf, bem como na provisão de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto na região envolvida pelo projeto.

A seguir, revisou as principais características físicas da obra e sua importância econômica e social para a região beneficiada. Afirmou que o Eixo Leste já se encontra praticamente pronto, em estágio de pré-operação assistida, restando, para total conclusão, pequenos detalhes. Acerca do Eixo Norte, que conta com cerca de 95% de execução concluída, explicou que o motivo de não ter alcançado plena execução reside na interrupção do contrato com a empresa Mendes Júnior, empresa anteriormente responsável pelo trecho. Em que pese nova licitação tenha sido realizada, questionamentos judiciais foram levantados, de modo que ainda não possível dar continuidade às obras. Acrescentou, no entanto, que existe expectativa de que até junho de 2017 as questões sejam resolvidas e a construção seja retomada. Se essa expectativa se concretizar, afirmou ser possível que a conclusão da obra se dê ao longo do ano de 2018.

Passando a tratar das obras de saneamento relacionadas ao Pisf, sublinhou que o Acórdão n 1.421/2015-TCU-Plenário, em pauta na audiência, concentrou-se nas obras de saneamento a serem executadas nos 390 municípios que receberão água do Pisf e naqueles localizados na área de in-



fluência direta do empreendimento, somando 399 municípios. Desses, destacou que a União está responsável pela execução de obras de saneamento em 276 municípios.

Destacou que as obras de esgotamento sanitário estão a cargo da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e do Ministério das Cidades (MCidades). Em termos de valores investidos, explicou que estão sendo aplicados cerca de R\$ 3,5 bilhões apenas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), dos quais R\$ 3,2 bilhões correspondem a recursos de repasse e pouco mais de R\$ 300 milhões correspondem a recursos de contrapartida dos estados e municípios. Asseverou existir ainda uma parcela da ordem de R\$ 700 milhões de recursos de créditos. O investimento global seria então de R\$ 4,2 bilhões, dos quais 50% já foram desembolsados.

Do ponto de vista da distribuição de recursos, afirmou que aproximadamente 60% está destinado à execução de obras de tratamento de esgoto e 40%, para abastecimento de água.

Entre os maiores desafios que cercam essas obras, destacou a dificuldade de normalização das execuções de obras, questão que se agravou a partir de 2015, quando se instalou a crise fiscal no País. Afirmou, no entanto, que o Poder Executivo tem realizado significativo esforço para vencer esse desafio, já tendo alcançado a normalização do fluxo financeiro para os órgãos responsáveis e tendo elevado seus orçamentos, com praticamente nenhum contingenciamento. O Governo Federal tem conseguido, portanto, não apenas suplementar o orçamento dos órgãos envolvidos, mas também protegê-lo.

Trouxe, em seguida, dados acerca do estágio de execução das obras de acesso a água. Registrou que dos 278 contratos de obra para acesso a água, 123 já estavam concluídos e 26 contratos ainda não haviam sido iniciados, em virtude de restrições fiscais e pendências técnicas municipais. Acrescentou que outros 26 contratos estavam paralisados. No que tange às obras de tratamento de esgoto, explicou que existem 547 contratos assinados, dos quais 314 já se encontravam concluídos, 187 estavam em andamento e o restante ainda não tinha iniciado sua execução.



Registrou que o Governo Federal tem feito esforço enorme, mesmo com a restrição fiscal, para manter os investimentos na região, dos quais mais de 90% são recursos da OGU, ou seja, sem retorno. Detalhou que o orçamento foi protegido, tendo sido duplicado para o MCidades e quintuplicado para a Funasa.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos lembrou que, por ocasião de seminário realizado pela Comissão em novembro de 2015, no estado do Ceará, foi constatado que grande parte dos gargalos nas obras de saneamento se devia a atrasos na concessão de licenças ambientais. Requisitou, portanto, que os palestrantes atualizassem a situação das obras, por estado e por município, quanto aos gargalos anteriormente identificados.

Palestrante 2 – Thiago Coelho Raposo, Analista Técnico de Políticas Sociais do Ministério das Cidades (MCidades).

Explicou, de início, como são divididas as competências entre o MCidades e a Funasa para execução de obras de saneamento. Esclareceu que as competências são divididas conforme um corte populacional. Tal divisão explica porque apenas 22 obras de todas as mencionadas no Acórdão nº 1.421/2015-TCU-Plenário são de responsabilidade da Secretaria Nacional de Saneamento Básico do MCidades.

Em seguida, passou a palavra ao Sr. Gilson Pires da Silva, Analista de Infraestrutura e Gerente de Águas e Esgotos do MCidades, o qual trouxe detalhamento do Plano de Ação para cumprimento do Acórdão nº 1.421/2015-TCU-Plenário. Nesse passo, detalhou que o Plano de Ação contempla 18 empreendimentos, todos de esgotamento sanitário. Explicou que já houve significativa evolução na execução dos empreendimentos desde a prolação do acórdão do TCU. A seguir, sublinhou as metas estabelecidas pela Portaria 348 do MCidades, a qual traz prazos objetivos para conclusão dos empreendimentos.

Destacou, por fim, que as principais dificuldades para conclusão das obras não envolvem questões financeiras ou orçamentárias. Em verdade, os atrasos e paralizações se devem a dificuldades na operacionalização



de contratos de repasse, questões relacionadas a licenciamento ambiental, dificuldades na operacionalização de termos de compromisso e diversas questões originadas da constante mudança de gestão. Destacou também que o MCidades tem estabelecido diálogo com os municípios e realizado visitas técnicas a fim de colaborar na busca por soluções aos problemas que estão sendo enfrentados.

Palestrante 3 – Ricardo Arantes, Coordenador-Geral de Engenharia e Arquitetura da Funasa.

O palestrante sublinhou as principais funções da Funasa na execução de obras de saneamento e destacou as ações que o órgão está desenvolvendo no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Detalhou o estágio de obras de saneamento básico sob responsabilidade da Funasa, as quais envolvem esgotamento sanitário, abastecimento de água e gerenciamento de resíduos sólidos. No que se refere a esse último, ressaltou que o gerenciamento de resíduos sólidos deixou de compor a carteira do PAC em 2010.

Destacou ainda que diversos empreendimentos vêm sendo excluídos da carteira do órgão, em virtude de dificuldade de aprovação dos projetos, seja por entraves no processo de licenciamento ambiental, seja por deficiências técnicas de projeto.

No que se refere às obras localizadas na região de influência do Pisf, pontuou estarem na carteira da Funasa 324 empreendimentos, os quais totalizam um montante de R\$ 322,16 milhões. Desses empreendimentos, detalhou que 15 encontravam-se em ação preparatória, 92 estavam em execução e 217 já estavam concluídos. Detalhou ainda que a Funasa está responsável pela execução de 118 empreendimentos de esgotamento sanitário, os quais totalizam um montante de R\$ 930 milhões. Desses, explicou que 31 estavam em ação preparatória, 69 estavam em execução e 18 já estavam concluídos.

No que se refere às determinações direcionadas à Funasa pelo Acórdão nº 1.421/2015-TCU-Plenário, apresentou uma síntese das ações adotadas pela Funasa para cumprimento do acórdão. As ações foram detalhadas em planilha disponibilizada à Comissão.



Considerações Finais da Audiência Pública

O Deputado Raimundo Gomes de Matos ressaltou a significativa importância da audiência pública em curso, na medida em que se fazia necessário cumprir as determinações exaradas pelo TCU, a fim de evitar bloqueios ou contingenciamentos de recursos necessários à conclusão das obras de saneamento.

O Deputado acrescentou ainda que as reuniões têm revelado falta de sintonia entre os entes federados, ou seja, um mau funcionamento do pacto federativo. Isso porque não se observa devido apoio dos governadores aos prefeitos na execução de projetos e obras, deixando sobrecarregados os municípios.

Observou ainda a necessidade de que todas as obras de saneamento sejam concluídas previamente à operação do Pisf, a fim de que sejam efetivamente evitadas a contaminação e a poluição das águas. Por tudo isso, sinalizou que a Comissão irá realizar seminários em todos os estados envolvidos na execução do Pisf para identificar e solucionar os problemas que impedem a célere e adequada conclusão das obras de saneamento.

O Deputado, em seguida, passou a palavra ao Prefeito do Município de Farias Brito, o qual relatou que, desde 2013, vem tentando viabilizar meios para executar importante e necessária obra de saneamento. Em que pese as diversas tentativas, destacou que tem enfrentado dificuldades significativas para viabilizar recursos que façam frente a essas obras.

Relatou que todos os projetos já estão prontos e foram entregues tanto a órgãos estaduais como federais, tal como a Funasa, que negou a concessão de recurso para financiar a obra. O projeto também foi entregue ao Ministério da Integração Nacional, que não trouxe qualquer apoio.

O Prefeito chamou a atenção para o fato de que o Município de Farias Brito será a primeira cidade do Ceará a receber água do rio São Francisco por meio do Pisf e, caso não seja executada a obra de saneamento,



será também a primeira cidade a contaminar o rio. Mesmo diante desse contexto, pontuou que não parece haver interesse em executar as necessárias obras de saneamento. Ressaltou que não é por falta de projeto. O projeto já foi entregue tanto ao Governo Estadual quanto ao Governo Federal, em um esforço que não se reverteu em qualquer resultado benéfico para o Município até então. Para o Prefeito, Farias Brito se encontra em um vácuo em termos de saneamento, pois não há qualquer disposição em fornecer apoio ao Município.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos voltou a ressaltar a necessidade e importância de serem realizados seminários externos regionais, a fim de colaborar na interlocução e na busca de soluções para gargalos que impedem o avanço adequados das obras de saneamento. Obras essenciais para o adequado funcionamento da Transposição no futuro.

Por fim, o Sr. Manuel Renato Machado, acerca da demanda do Prefeito de Farias Brito, esclareceu que o Município não está listado entre aqueles inseridos na área de influência direta do Pisf. Com relação ao projeto do Prefeito, destacou que há, de fato, restrições fiscais e que a prioridade do Governo Federal é concluir as obras que já estão na carteira dos ministérios. Afir-
mou, no entanto, que, cumpridas essas obras, estariam abertas novas oportunidades para dar suporte a casos como o do Prefeito.



Apresentação das Obras Geridas pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro (audiência realizada em 27/6/2017).

Palestrantes:

General de Brigada Daniel de Almeida Dantas – Diretor de Obras de Cooperação.

Tema: Apresentação das obras geridas pelo Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, com a finalidade de tornar público o trabalho das Forças Armadas nas grades obras de infraestrutura brasileiras, com focos nas obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf)

Data: 27/6/2017

O General iniciou sua exposição com breve histórico da engenharia no Exército Brasileiro, relatando que o departamento de Engenharia surgiu no período colonial, com preocupação essencialmente centrada em questões de defesa nacional. Explicou que, naquela época, as obras envolviam construção de fortalezas, fortes e estradas estratégicas para ações de defesa. Explicou também que eram formados, naquela época, engenheiros civis e militares pelo Exército, motivo pelo qual permaneceu até os dias atuais a denominação “engenheiro civil”.

Continuando o feito, relatou que, a partir da Guerra da Tríplice Aliança, grande parte de engenheiros que estavam ligados a obras de defesa, passaram a ser empregados em obras de infraestrutura em prol do desenvolvimento nacional. Esse novo direcionamento se deu a partir de 1980, quando passaram a ser construídos diversos tipos de obras. Passou, então, a listar as diversas obras já realizadas pelo Exército em todo o Brasil, obras que envolvem rodovias, ferrovias, açudes (já são mais de mil açudes construídos na Região Nordeste), poços artesianos (já são mais de mil e seiscentos poços construídos), hospitais, canais de irrigação, adutoras e outras. No que se refere às obras mais



recentes, citou o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, e a duplicação da BR 101, no Nordeste, que envolveu a relocação de 1.300 famílias, antes residentes na faixa de domínio.

No que se refere a participação do Exército nas obras da Transposição do rio São Francisco, destacou que o Exército foi responsável, no Eixo Norte, pela execução das obras do Canal de Aproximação, a Estação de Bombeamento EB 01, canal de transporte e a Barragem de Tucutu, totalizando R\$ 132 milhões. No Eixo Leste, asseverou terem sido responsabilidade do Exército a construção do Canal de Aproximação e a Barragem de Areias.

Acrescentou que, além das obras principais, o Exército realizou serviços em diversas agrovilas, onde foram construídas mais de 470 casas. Adicionalmente, informou que estavam executando mais de 100 km de estradas de acesso às estações de bombeamento, construindo diversos poços artesianos e trabalhando em diversos serviços dentro do Projeto de Revitalização do rio São Francisco. Os serviços de revitalização concentram-se, basicamente, na recuperação de margens e plantio de mudas, explicou.

A seguir, passou a tratar dos benefícios que o Exército adquiriu por estar inserido em obras e serviços de engenharia. Assim, explicou que a existência de um Departamento de Engenharia no Exército permite o constante treinamento de diversos de seus membros a baixo custo para a sociedade brasileira. Sublinhou que os mesmos recursos utilizados para execução das obras servem para qualificação e formação de milhares de reservistas. Informou que mais de mil jovens reservistas são anualmente treinados em áreas de construção civil, graças a essas obras de cooperação em que o Exército atua.

Graças também à essa participação em grandes obras no País, explicou que Exército passou a ter domínio sobre atividades logísticas e a ter possibilidade de incorporar, constantemente, novas tecnologias. Destacou, por fim, a participação do Exército em atividades de apoio a organismos internacionais e ações cívicas em comunidades locais.



O Deputado Raimundo Gomes de Matos ressaltou a importância de conhecer como ocorre a formalização da cooperação entre o Exército e os órgãos do Governo federal diretamente responsáveis pela contratação das obras. Usou como exemplo a execução de obras de saneamento e questionou ao general como é operacionalizada a contratação do Exército pelo Ministério das Cidades. Questionou se é realizado, por exemplo, processo licitatório.

O General explicou que, por estarem os Ministérios e o Exército todos dentro do Poder Executivo Federal, não caberia a realização de licitação, sendo suficiente a celebração de um termo de parceria entre o Exército e o Ministério. Detalhou que, após recebida proposta dos Ministérios, o Exército avalia se possui condições de executar as obras requeridas e, em caso positivo, celebra termo de parceria com plano de trabalho, sendo possível, a partir de então, haver liberação de recurso para execução dos serviços.

Em seguida, o Deputado Raimundo Gomes de Matos observou que, no caso de obras realizadas com recurso federal, não há manifestação do município quanto a forma de execução, se direta ou indireta, ou, trazendo para o caso concreto, se pelo Exército ou por empresa do setor privado. Retomou o fato de existirem diversas obras de saneamento não iniciadas e atrasadas.

Em seguida, o Deputado questionou sobre a capacidade de pessoal do Exército para execução de obras. O General explicou que o Exército possui pessoal próprio capacitado em diversas áreas da engenharia e da construção civil. O treinamento, detalhou, ocorre no próprio período de servido militar do jovem reservista. Sublinhou que seria possível aumentar o contingente de mão de obra por meio de contratos de serviço temporário.

O General explicou ainda que para que estados da federação possam trabalhar com o Exército é necessário realizar convênio. No entanto, em virtude de modificações orçamentárias, o General entende que a celebração desses convênios deverá ficar prejudicada no futuro. Citou os convênios existentes com alguns estados, tais como Maranhão e Santa Catarina, mas ressaltou que foram convênios celebrados com recursos extra orçamentários. Esses mesmos recursos passarão a compor o orçamento do Exército, o que deve difi-



cultar a celebração de novos convênios, ressaltou. Isso porque tais convênios passam a concorrer com ações do próprio Exército.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos questionou como é feito a definição dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) em obras encomendadas pelo Governo Federal. O general explicou que a composição do BDI nesses casos é diferente da composição de um BDI típico de empresa privada. O Exército não poderia, por exemplo, incorporar lucro ao BDI de suas obras. Por outro lado, explicou que, a depender do caso, outros itens do BDI, como a Administração Local, tendem a ser maior, haja vista a necessidade de instalação de bases operacionais para abrigar os trabalhadores do Exército. Ressaltou também que estão inseridos nesses custos a qualificação e formação dos jovens reservistas que farão os serviços na obra.

A seguir, o Deputado Raimundo Gomes de Matos trouxe questionamento acerca da parceria do Exército com o Governo Federal para ações de revitalização do rio São Francisco. Quis saber, especificamente, com que ministério se dava a parceria.

O General explicou que a parceria é realizada com o Ministério da Integração e a Codevasf, ficando a cargo do Exército a realização de ações de revitalização de margens. Asseverou que há iniciativas que procuram ampliar essas atividades, incluindo, entre os serviços sob responsabilidade do Exército, ações de dragagem e obras saneamento.

O Deputado questionou ainda sobre a atuação do Exército nas agrovilas, mais especificamente sobre a existência de trabalhos sociais após a construção. O General respondeu que os trabalhos sociais ficaram a cargo do MI, estando o Exército responsável apenas pela construção das agrovilas. Explicou que fato diferente ocorreu na construção da BR 101, onde o Exército realizou realocação das famílias que viviam na faixa de domínio da rodovia e realizou, junto a elas, trabalhos sociais.

Após ser questionado sobre o processo de formação dos jovens reservistas, o General esclareceu que esses jovens podem permanecer no serviço militar por até sete anos. No entanto, em virtude da capacitação pro-



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

fissional que recebem no Exército, muitos jovens saem antes do período máximo para assumirem empregos no mercado privado. O General também informou que não existe muita ociosidade dos batalhões do Exército. Em virtude da existência de muitas parcerias com diversos Ministérios do Governo Federal, o Exército está sempre envolvido na execução de obras em todo o País, o que contribui para o treinamento constante de seu pessoal.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos questionou também sobre a missão do Exército Brasileiro no Haiti, sobre a qual o general afirmou ter sido concluída e estar o Exército em fase de desmobilização.

O Deputado, por fim, ressaltou a importância da conclusão das obras complementares e obras de saneamento relacionadas à Transposição, a fim de garantir efetividade dos canais principais e pontuou que deverá ser tópico de trabalho da Comissão Externa possível transposição do rio Tocantins ao rio São Francisco.



Apresentação de Projeto Preliminar da Transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco (audiência realizada em 11/7/2017).

Palestrantes:

Sra. Juliana Ribeiro Silveira, Assessora Técnica do Departamento de Projetos Estratégicos do Ministério da Integração Nacional.

Tema: Apresentação de projeto preliminar da Transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco.

Data: 11/7/2017

O Deputado Raimundo Gomes de Matos abriu a reunião com destaque para o papel da Comissão Externa na aprovação de emendas na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2017 que pudessem contribuir para o avanço das obras e da operação da Transposição do rio São Francisco. Sublinhou que o papel das emendas se tornou ainda mais relevante com a inclusão, no Plano Plurianual (PPA), a proposta de transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco. O Parlamentar asseverou já ser sabido que as águas do São Francisco não serão suficientes para fazer frente a todos os usos múltiplos de água no semiárido, tais como energia, indústria e consumo humano. A seguir, convidou a palestrante para dar início a sua exposição.

A Sra. Juliana Ribeiro Silveira enfatizou que trazia apresentação e dados elaborados pela empresa Engesoft, haja vista a transposição em questão não ter sido ainda internalizada no Ministério da Integração Nacional (MI). A seguir, explicou que a deficiência hídrica do rio São Francisco não deve à obra da Transposição do rio São Francisco, mas encontra razão em uma diversidade de fatores, entre as quais a grave estiagem por que passa a região. De todo modo, destacou que a transposição do rio Tocantins seria uma possível medida para incrementar a vazão do rio São Francisco.



Além desse incremento de vazão, apontou como objetivo da transposição do rio Tocantins o aumento da disponibilidade de água a ser transposta para o semiárido nordestino, o incremento da revitalização do rio São Francisco e ao aproveitamento hídrico de trecho superior do rio São Francisco (afluentes) a montante de Sobradinho.

Explicou que é antiga a discussão acerca da transposição do rio Tocantins e que as primeiras alternativas estudadas para viabilizar o projeto consideravam como doador de águas o rio do Sono. Além disso, essas alternativas situavam na Lagoa Três Rios o ponto de transposição e no rio Sapão o destino das águas transpostas. Essas alternativas culminavam para um projeto com desnível de 500m e uma vazão transposta de 70m³/s.

Explicitou que essas soluções foram posteriormente descartadas, em virtude da criação de duas unidades de conservação que tornariam o traçado ambientalmente inviável. Mais especificamente, foi criada, em 2001, a Estação Ecológica da Serra Geral de Tocantins, e, em 2002, o Parque Nacional das Nascentes do rio Parnaíba.

Diante dessa inviabilidade ambiental das primeiras propostas estudadas, relatou que, em 2002, foi feito novo estudo de alternativas, o qual passou a considerar como ponto de captação de água o rio Palmeiras, como ponto de transposição o platô sedimentar da Serra Geral de Tocantins e o lançamento das águas no rio Preto. Essa solução traria traçado que contornaria as unidades de conservação e exigiria a construção de sete barragens e estações elevatórias para vencer um desnível de 500m, além de possibilitar o transporte de uma vazão de 50m³/s.

Não obstante a aparente solução para a questão ambiental, a palestrante destacou que a solução trazia preocupações sociais e econômicas, em virtude da quantidade de barramentos hídricos necessários. As barragens, por criarem diversos espelhos d'água, trariam a necessidade de desapropriação de grandes áreas. Ademais, em virtude da grande evapotranspiração na região, esses mesmos espelhos d'água poderia tornar o projeto economicamente inviável pela grande perda de água. Citou ainda, como inconveniente da alternativa, a pequena vazão possibilitada por ela.



Diante desses entraves, explicou que foi estudada nova solução, a qual é atualmente sustentada. A nova alternativa propõe retirar água diretamente do rio Tocantins e lançá-las no rio Preto, com uma vazão de 100m³/s. Detalhou que o traçado proposto tem 220 km, extensão essa pouco menor que a do Eixo Norte (260 km) da Transposição do rio São Francisco. Diante dessa similaridade, sublinhou que, mesmo que pareça demasiadamente grande o trecho proposto, o MI já possui experiência e capacidade técnica necessárias para executá-lo. Por outro lado, explicou que o recalque necessário na nova alternativa proposta é bastante considerável, de 630 m, sendo bem superior ao do Eixo Norte da Transposição do rio São Francisco (164 m). Destacou que esse recalque não necessariamente representa altos custos para o projeto.

No que tange ao perfil do canal, explicou que a seção proposta é muito semelhante à seção do Eixo Norte da Transposição do rio São Francisco. Essa semelhança foi buscada para que o MI tivesse parâmetros para realizar previsões de custos e de necessidades técnicas do novo projeto. Explicou também que a nova alternativa idealizou o canal para ser utilizado como hidrovia com sistema de eclusas.

Além das já mencionadas, apontou, como vantagens da nova alternativa, a não utilização de barragens e a captação na confluência do Tocantins com o rio Manuel Alves a um nível estabilizado pelo remanso da UHE de Lajeado, o que garante o nível mínimo de captação sempre regularizado. Como desvantagem, pontuou apenas o grande desnível a ser vencido (630 m), o que exigiria grandes demandas energéticas.

No que respeita aos custos estimados, explicou que foi previsto custo de R\$ 75 milhões para estudos e projetos, R\$ 175 milhões para serviços de gerenciamento e supervisão e R\$ 5 bilhões para execução das obras. Ressaltou, no entanto, que esses valores devem ser revisados em virtude da experiência já concretizada com a Transposição do rio São Francisco. Desse modo, entendeu que o valor previsto para execução das obras deve ser estimado entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões.

Com relação aos prazos, asseverou terem sido estimados 3 meses para a realização de licitações de estudos, 2 anos para a realização de



estudos e projetos e 5 anos para a execução das obras e realização de serviços de supervisão. Ressaltou que todos os prazos foram estimados em condições ideais, de modo que podem ser dilatados em virtudes de problemas e impasses.

Apresentou outra possível alternativa, a fim de vencer segundo divisor de águas e beneficiar também os estados do Maranhão e Piauí. A alternativa, denominada Carolina, propõe captação direta do Tocantins, em Carolina. A distância da captação ao lançamento na Bacia do Parnaíba é de aproximadamente 90 km, a serem percorridos em trechos de canais e adutoras. A alternativa também percorre os rios Maravilha e Balsas até o Lago Boa Esperança e apresenta possibilidade de derivação para o semiárido do Piauí e do Ceará.

Esclareceu que os primeiros passos para concretização da transposição envolvem a contratação do Estudo de Viabilidade Técnica, Financeira e Ambiental do projeto e o início de diálogo com o Ibama a fim de avaliar os possíveis entraves ambientais a serem estudados e solucionados.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos reconheceu a complexidade do projeto de Transposição Tocantins – São Francisco, que exigiria, pelo menos, mais 10 anos para ser concluído, e destacou também a grande complexidade que envolve planejar ações de curto e médio prazo no Brasil. Destacou a importância das decisões políticas nessa questão, a fim de executar os planejamentos e projetos desenvolvidos.

O Parlamentar questionou sobre a possibilidade de aproveitamento da calha do rio Manuel Gonçalves para a transposição. A palestrante esclareceu que a alternativa estudada não considerava essa solução. O canal correria paralelamente ao rio, sem conexão com ele. Mudanças nessa solução poderão ser avaliadas em estudos futuros, explicou.

O Deputado Carlos Henrique Gaguim mostrou apoio ao projeto e ressaltou a falta de aproveitamento hídrico dos afluentes do rio Tocantins localizados no interior das unidades de conservação.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos questionou, por fim, sobre as intenções do MI de dar prosseguimento ao projeto e como a comissão externa poderia contribuir nessas questões. A sra. Juliana explicou que,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

no que tange às questões técnicas, é necessário, antes de tudo, ter disponibilidade orçamentária para iniciar a licitação dos primeiros estudos.



**Gestão e Operação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco
(audiência realizada em 24/4/2018).**

Expositores:

- **Sr. Patrick Thadeu Thomas**, Superintendente-Adjunto de Regulação da Agência Nacional de Águas;
- **Sr. Danielson Vieira de Araújo**, Gerente do Projeto de Integração do Rio São Francisco na Codevasf.

Tema: Gestão e operação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco.

Data: 24/4/2018

O Deputado Raimundo Gomes de Matos abriu a audiência pública, explicando as razões que motivaram a reunião. Assim, registrou que a CEXTRRIO, em conjunto com a Assembleia Legislativa do estado do Ceará, realizou um Seminário para discutir as medidas necessárias a conferir celeridade na conclusão, gestão e operação do Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Detalhou que, na oportunidade, observou-se a necessidade de serem esclarecidas diversas dúvidas acerca da finalização da obra e da operação do projeto.

Registrou também reunião ocorrida no Senado Federal, com a presença do Ministro da Integração Nacional, para tratar do Projeto da Transposição. Na ocasião, o Ministro trouxe informações atualizadas sobre o projeto, especialmente sobre as obras remanescentes do Eixo Norte, que se encontram atrasadas e estão a cargo do Consórcio Emsa-Siton.

O Deputado registrou que o Ministro da Integração Nacional afirmou estar em tratativas com o consórcio para realizar a rescisão do contrato e posterior convocação da quarta colocada da licitação. Isso porque o consórcio atualmente responsável pelas obras remanescentes do Eixo Norte apre-



senta problemas financeiros e técnicos que o impedem de concluir os serviços pactuados.

Além de incertezas quanto à conclusão das obras de engenharia, o deputado trouxe preocupações acerca da gestão e da operação do projeto, as quais esperava serem melhor elucidadas na audiência pública em curso. Salientou ser necessário esclarecer os termos acordados entre o Governo Federal e os estados beneficiados do Projeto da Transposição do Rio São Francisco para custear os elevados custos da gestão e operação do projeto. O Deputado registrou que os estados beneficiados não parecem estar preparados para arcar com os valores de custos previstos. Ademais, sublinhou a necessidade de compreender as condições da vazão atualmente fornecida ao estado da Paraíba, que parece não estar arcando, no momento, com qualquer custo. Registrou que essas situações geram insegurança e precisam ser melhor esclarecidas.

Diante de tantas incertezas, registrou que a CEXTRRIO elaborou agenda de audiências públicas, com diversos órgãos e entidades envolvidos na gestão e operação do empreendimento, a fim de esclarecer essas questões e contribuir na adoção de medidas para trazer eficiência ao projeto, evitando mais atrasos ou gargalos futuros. A seguir passou a palavra aos palestrantes.

1. Exposição do Sr. Patrick Thadeu Thomas, Superintendente-Adjunto de Regulação da Agência Nacional de Águas

O Sr. Patrick esclareceu que traria informações sobre o papel da ANA no Projeto da Transposição do Rio São Francisco (PISF), sobre as ações já realizadas pela Agência, bem como sobre as que ainda estão em andamento. Nesse passo, destacou que a ANA foi criada pela Lei nº 9.984, de 2000, com a função de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse contexto, a ANA é responsável pela regulação do uso da água no âmbito dos rios de domínio da União, caso do Rio São Francisco



A seguir, passou a citar as competências legais da ANA, dando especial destaque àquelas que mais se relacionam com o PISF, tais como as dispostas nos incisos IV e XIX da Lei nº 9.984, de 2000, a seguir transcritas:

IV - outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, observado o disposto nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º;

IXI- regular e fiscalizar, quando envolverem corpos d'água de domínio da União, a prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, cabendo-lhe, inclusive, a disciplina, em caráter normativo, da prestação desses serviços, bem como a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifa, quando cabíveis, e a gestão e auditoria de todos os aspectos dos respectivos contratos de concessão, quando existentes

Destacou ainda competência instituída pelo art. 2º do Decreto nº 4.024, de 2001, segundo o qual:

Art. 2º As transferências voluntárias e as operações de crédito entre a União ou empresas por ela controladas e outros entes da Federação, caracterizados na forma dos arts. 1º, § 3º, inciso I, e 2º, incisos I e II, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, para obras de infraestrutura hídrica de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ficam condicionadas à apresentação do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra, emitido pela Agência Nacional de Águas – ANA”

Em seguida, sintetizou as principais características do PISF, tais como pontos de captação, extensão e principais estruturas e sistemas que o compõe, tais como canais, barragens, estações de bombeamento, aquedutos, entre outros. Sublinhou que, associado a essas estruturas, estão os custos de operação e manutenção, cuja tarifa para cobertura será definida pela ANA.

Destacou a criação, em 2006, de um sistema para gestão do PISF (Decreto 5.995, de 2006), composto por um Conselho Gestor, pela Ope-



radora Federal (Codevasf), pelas operadoras estaduais dos estados beneficiados e pela entidade reguladora, a ANA, a qual caberá fixar as tarifas, bem como as condicionantes operacionais de adução da água do PISF.

Detalhou que o sistema de gestão atua sob orientação do Plano de Gestão Anual, que deve conter informações acerca da repartição de água entre os estados, os preços finais, os mecanismos e pagamento e as garantias. Informou ainda que o Plano de Gestão Anual deverá ser aprovado pela ANA anualmente.

Continuando o feito, passou a detalhar a concretização das competências legais da ANA para o PISF. Assim, no que se refere à competência de conceder outorga para uso de recursos hídricos de domínio federal, explicou que, para o PISF, a outorga concedida envolve duas vazões, a saber, a vazão firme, de 26, 4m³/s, e a vazão excepcional, de 114, 3m³/s. A vazão firme está autorizada para retirada constante e visa atender os usos prioritários de recursos hídricos, ou seja, consumo humano e dessedentação de animais. A vazão excepcional está autorizada apenas quando houver condições hídricas favoráveis na bacia e poderá ser utilizada em diversos usos de recursos hídricos. Mais especificamente, a vazão excepcional poderá ser retirada apenas quando os níveis de água na Barragem de Sobradinho estiverem próximos do máximo.

Ainda sobre as vazões outorgadas, explicou que a outorga contém a previsão de que, enquanto a demanda de água para os usos prioritários não tiver alcançado a vazão firme, outros usos poderão ser beneficiados com a retirada da vazão firme do Rio São Francisco.

Detalhou que a outorga prevê quatro condicionantes, dentre as quais duas já foram cumpridas, haja vista se relacionarem a metas de início das obras e criação do sistema de gestão. Restam pendentes condicionantes a seguir transcritas:

III - início da operação da primeira fase do empreendimento em até seis anos, contados da data de publicação desta Resolução (Venceu em setembro de 2011. O novo prazo é 31/12/18.);



IV – implantação, até o início da operação da primeira fase do empreendimento, da cobrança pelo serviço de adução de água bruta, no âmbito da União e dos Estados beneficiados, com valores que cubram os custos de operação e manutenção do empreendimento.

Assim, para cumprir a outorga, o PISF deve entrar em operação até 31/12/18 e a cobrança pela adução de água bruta deve estar bem instituída pelos estados beneficiados.

No que se refere à competência de emitir o Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOH), explicou que, no caso do PISF, o CERTOH foi emitido por meio do Decreto 412, de 2005, o qual avaliou o empreendimento sob perspectivas operacionais de infraestrutura e sob perspectiva hídrica.

Explicou que a avaliação de questões operacionais de infraestrutura procurou atestar a existência de mecanismo institucional para garantir a continuidade da operação da obra, mecanismo esse que envolve questões administrativas, técnicas e financeiras. Relatou que, por ocasião da emissão do CERTOH para o PISF, esse mecanismo não estava inteiramente implantado, de modo que o CERTOH foi emitido com base em um Termo de Compromisso, que procura garantir o cumprimento de todos os requisitos do CERTOH.

O Termo de Compromisso foi firmado entre a União, por intermédio dos Ministérios da Integração Nacional, de Minas de Energia, do Meio Ambiente e da Casa Civil da Presidência da República, e os Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O Sr. Patrick explicou que a maior parte do Termo de Compromisso foi cumprido, mas restam ainda questões importantes pendentes de cumprimento, tanto pela União, quanto pelos Estados.

Os estados não cumpriram ainda o compromisso de implantar a cobrança de tarifa dos serviços de operação e manutenção e a cobrança de direito de uso em seus respectivos territórios. É essa cobrança que possibilitará o pagamento à operadora federal dos custos operacionais e de manutenção do PISF.



Também resta pendente aos estados o cumprimento do compromisso de acordar garantias financeiras com a operadora federal para os casos de não pagamento das tarifas pelos usuários. O Sr. Patrick explicou que o estabelecimento dessas garantias é fundamental para a sustentabilidade financeira do projeto, questão que, atualmente, traz grandes preocupações à ANA.

No que tange aos compromissos assumidos pela União, está pendente de cumprimento a delegação, aos estados, da operação e manutenção integral de 18 açudes interligados ao PISF. Entre esses açudes, citou o açude Boqueirão, que já recebe água do PISF, mas ainda não teve sua gestão e operação delegada pela União.

A seguir, explicou que o Termo de Compromisso contém previsão de que a União só poderá solicitar a Licença de Operação (LO) após a implementação de todas as medidas ali pactuadas, bem como após a instalação e funcionamento das Operadoras Estaduais e Federal.

Passando a tratar das competências relacionadas à regulação do serviço de adução de água bruta, explicou que, no caso do PISF, a ANA concluiu, em 2017, a metodologia de cálculo da tarifa, com participação da operadora federal e das operadoras estaduais. O efetivo cálculo da tarifa depende agora das vazões a serem destinadas a cada estado, as quais deverão ser discriminadas no Plano de Gestão Anual (PGA). Após aprovação do PGA e definição das vazões, as tarifas poderão ser calculadas.

Para melhor compreensão das questões relacionadas ao cálculo da tarifa, apresentou estimativa de custo para o PISF, em um cenário de vazão firme (26,4m³/s) e custo de energia elétrica de R\$ 275,00/MWh. A figura a seguir reproduz os dados apresentados pelo palestrante.

Total R\$	473.682.113,76	100%
-----------	----------------	------

Figura 14: valores integrantes da estimativa de custo operacional do PISF. Fonte: ANA

Acerca da estimativa de custos, destacou a representatividade do custo de energia, que compõe mais de 60% do custo total. Dessa for-



ma, o custo de energia elétrica impactará de forma significativa o custo total do PISF

Acrescentou que, além da definição das tarifas, a competência de regulação do serviço pela ANA envolve a definição de condições operacionais do sistema. No caso do PISF, foi publicada a Resolução ANA nº 2.333, de 2017, que estabeleceu as condições gerais para prestação do serviço de adução de água bruta do PISF, abrangendo:

- a) Categorias de usuários;
- b) Direitos e deveres da operadora federal e das operadoras estaduais;
- c) Pontos de entrega e procedimentos de medição de vazão;
- d) Condições de acesso à água;
- e) Contratos entre a operadora federal e as operadoras estaduais;
- f) Tarifas e procedimentos de faturamento e pagamento

No que tange à competência de definir indicadores de desempenho, informou que, em 2018, foi concluída uma proposta de indicadores de desempenho para o PISF, por meio da Nota Técnica n 4/2018/COSER/SER, a qual será submetida à consulta pública por 60 dias, entre maio e junho de 2018. Entre os indicadores propostos, estão a perda hídrica e a eficiência energética. Ao total, foram previstos 30 indicadores de eficiência.

Por fim, sublinhou que a ANA possui competência relacionadas à promoção de segurança de barragens e que, no âmbito do PISF, essas estruturas totalizam vinte e oito unidades. Ademais, registrou que a ANA tem oferecido suporte ao Governo Federal em questão relacionadas à gestão do PISF, tais como elaboração do PGA, elaboração de contratos entre a Codevasf e os estados e discussões relacionadas à definição de garantias.



O Deputado Raimundo Gomes de Matos trouxe os seguintes questionamentos ao expositor:

- a) Na hipótese de conclusão das obras do Eixo Norte antes das obras do eixo Leste, como seriam definidas e pactuadas as tarifas?
- b) Quais os impactos das perdas na vazão recebida por cada estado e nas tarifas cobradas?
- c) Qual função será assumida pelo Dnocs após delegação da operação e manutenção de barragens aos estados?
- d) Existem estudos ou projetos que procurem garantir a sustentabilidade energética do PISF, haja vista que a elevada demanda do projeto, associada à escassez hídrica da região, traz riscos ao empreendimento?

Em resposta ao Parlamentar, o Sr. Patrick explicou que a outorga concedida ao PISF exige implementação da cobrança e operação das obras até dezembro de 2018. Caso a operação seja iniciada de forma parcial, em apenas um dos eixos, a ANA tem proposto realizar a cobrança de tarifa de forma proporcional à vazão que será efetivamente destinada aos estados beneficiados. Os demais custos do projeto deverão ser arcados pela União, haja vista não ter disponibilizado vazão a todos os estados. Assim, os estados que não estiverem sendo beneficiados em uma operação parcial não serão cobrados.

Acerca das perdas e seus impactos nas tarifas e vazões, explicou que foram realizadas estimativas de perdas desde o ponto de captação até os postos de entrega. Na estimativa, foram consideradas as perdas oriundas de evaporação e por infiltração, as quais foram consideradas nos cálculos das vazões. As tarifas, por sua vez, serão cobradas apenas pelas vazões efetivamente recebidas nos pontos de entrega. OS estados não pagarão por vazões não recebidas ou perdidas. O entanto, as perdas ocorridas após os pontos de entrega são de responsabilidade dos estados, os quais deverão decidir como geri-las e como realizar, em virtude delas, a cobrança dos usuários.



No que se refere às barragens a serem delegadas aos estados, o Sr. Patrick explicou que elas se restringem àquelas que receberão água do PISF, de modo que diversas outras barragens na região permanecerão sob gestão do Dnocs.

Com respeito à questão energética, ratificou a ocorrência de crise hídrica na bacia do São Francisco, nos últimos seis anos, o que tem acarretado consequências preocupantes, tal como a redução dos níveis da Barragem de Sobradinho próximos ao do volume morto. Explicou que, ainda que os níveis dos reservatórios estejam se recuperando, a questão energética deve ser pensada de forma estratégica, especialmente por ser o maior insumo e, consequentemente, o maior custo do projeto.

Explicou ser entendimento da ANA que a operadora federal deve sempre objetivar reduzir os custos de energia, por meio de boas compras e por meio de estímulo à geração de energia dentro do próprio projeto. Informou que o projeto original já faz previsão de geração de energia hidroelétrica no PISF, haja vista a existência de desníveis adequados. Ademais, explicou que é também possível desenvolver projeto de geração de energia solar ao longo dos canais, que contam com faixas laterais disponíveis adequadas para instalação de placas solares. Da mesma forma, a existência de área e clima adequados favorecem também o desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica. Todas essas ideias, se concretizadas, tendem a reduzir significativamente os custos do PISF e garantir sustentabilidade ao projeto.

2. Exposição do Sr. Danielson Vieira de Araújo, Gerente do Projeto de Integração do Rio São Francisco na Codevasf.

O Sr. Danielson iniciou sua exposição, citando as diversas dimensões que compõem o sistema de gestão do PISF, quais sejam, social, econômica e de sustentabilidade hídrica. Cada dimensão envolve diversos atores, de diversos setores, o que torna complexa a gestão do projeto.

Registrou que diversos compromissos assumidos pela União, por meio de termo de compromisso firmado com os estados beneficiados, já foram cumpridos, entre os quais, destacou:



- a) Responsabilização integral pela construção do PISF;
- b) Instituição do Sistema de Gestão do PISF;
- c) Formalização da entidade operadora federal;
- d) Diagnóstico da situação dos reservatórios estratégicos e realização de eventuais obras de recuperação;
- e) Apoio ao setor produtivo nas áreas beneficiadas pelo PISF, com incentivo do uso racional de recursos hídricos.

Citou alguns dos compromissos assumidos pelos estados, dando relevo àqueles relacionados à implementação da cobrança de tarifas de direito de uso de recursos hídricos e à definição de garantias a serem ofertadas em caso de inadimplência no pagamento das tarifas. Esses compromissos ainda estão pendentes de cumprimento e são de grande importância para garantir a sustentabilidade financeira do empreendimento.

A seguir, passou a listar os principais dispositivos do Decreto nº 5.995, de 2006, que criou o sistema de gestão do PISF, definiu competências e responsabilidades aos seus integrantes, fixou instrumentos e estabeleceu regras operacionais.

Explicou que a Codevasf passou a compor o sistema de gestão em 2012, quando foi designada como operadora federal do PISF, por meio da Portaria nº 603/2012 – MI e, posteriormente, por meio do Decreto 8.207, de 2014. Como operadora federal, registrou que a Codevasf tem atuado nas seguintes ações:

- a) limpeza e conservação dos canais – lotes 11 e 12 (trecho) do Eixo Leste – contrato concluído;
- b) vigilância da infraestrutura—em execução;
- c) acompanhamento do comissionamento das obras e equipamentos, como preparação técnica da Operadora Federal – em execução;



- d) participação na discussão com os Estados Receptores, visando definir: forma de pagamento, garantias financeiras, início da cobrança pela prestação dos serviços, entre outras;
- e) elaboração do Modelo de Gestão: Contrato FGV – em execução

Informou que foi firmado contrato com a Fundação Getúlio Vargas a fim de receber apoio técnico na elaboração do modelo e plano de gestão do PISF. O contrato prevê atividades, estudos e avaliações que culminem nos seguintes produtos:

- a) modelo de governança do PISF (concluído);
- b) avaliação da capacidade gestão de recursos hídricos (concluído);
- c) avaliação da capacidade contábil e patrimonial da Codevasf (concluído);
- d) Plano Diretor de Gestão (concluído);
- e) Plano de Gestão Anula (em andamento);
- f) Plano de Gestão Anula para o primeiro ciclo;
- g) modelos de instrumentos contratuais (concluído);
- h) arranjos de garantias (concluído);
- i) Relatório final consolidado.

Acerca da questão energética, esclareceu que o PISF nasceu como projeto do tipo consumidor livre de energia, que pode ser modificado a depender dos custos e viabilidade financeira. Registrou que já foram realizados seis leilões de energia e que a Codevasf tem acompanhado o suprimento ao projeto.

Registrou a conclusão do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável para área de abrangência do PISF. O plano traz



diretrizes para utilização racional e sustentável dos recursos hídricos oriundos do projeto.

Por fim, trouxe resultados já mensurados da operação, em fase de teste, do Eixo Norte, no estado da Paraíba. Assim, trouxe registros dos níveis do Reservatório Epitácio Pessoa, que apresentou elevações a partir da operação do PISF.

O Deputado Raimundo Gomes de Matos trouxe, ao Sr. Danielson, os seguintes questionamentos:

- a) Os recursos pagos pelos estados beneficiados pela prestação dos serviços de adução de água no PISF são passíveis de contingenciamento. Isso tende a gerar grandes dificuldades para a operadora federal realizar gestão adequada e tempestiva de uma obra como a do PISF. Como a Codevasf tem lidado com a questão?
- b) Diversas obras complementares, de extrema importância para o adequado funcionamento do PISF, tais como obras de esgotamento sanitário e revitalização do Rio São Francisco, estão sob responsabilidade da Codevasf. Qual o estágio de execução dessas obras?
- c) A revitalização do São Francisco não parece receber recursos e prioridade suficientes dentro do PISF. Como a Codevasf trabalha para mudar esse quadro?

Em resposta ao Parlamentar, o Sr. Danielson informou que já foi feita requisição ao MI para que fosse incluída a ação orçamentária de operação e manutenção do PISF no anexo 3 da LDO. Explicou que o pedido já foi feito mais de uma vez pela Codevasf, a qual espera ter resposta positiva do MI este ano. Ratificou o entendimento do Deputado de que, com possibilidade de contingenciamento, não há possibilidade de planejamento ou de gestão adequada e tempestiva.



No que tange às obras complementares e ações de revitalização, explicou que a Codevasf vem desenvolvendo ações e projetos em esgotamento sanitário, abastecimento de água e de controle de processos erosivos. No que se refere às demais obras de esgotamento sanitário e abastecimento de água, que fazem parte das condicionantes ambientais do projeto, explicou que estão à cargo do Ministério das Cidades e da Funasa, cabendo à Codevasf apenas o monitoramento dessas ações.

Finalmente, explicou que um dos grandes problemas relacionados ao Programa de Revitalização do Rio São Francisco é a sobreposição de função entre diversos órgãos e entidades e falta de integração de informações. A carência de recursos é também grave e torna mais dificultosa a implementação das ações necessárias



Situação do Projeto de Integração do Rio São Francisco: dificuldades e custos para sua operação e manutenção e benefícios para as regiões beneficiadas (audiência conjunta com a Comissão Externa destinada a acompanhar a situação hídrica dos Municípios no Estado de Minas Gerais, realizada em 4/12/2018).

Expositores:

- **Sr. Antonio Luitgards Moura**, diretor do Departamento de Projetos Estratégicos;
- **Sr. Jimmu de Azevedo Ikeda**, coordenador geral de Obras Hídricas do Ministério da Integração Nacional
- **Sr. Danielson Vieira de Araújo**, Gerente do Projeto de Integração do Rio São Francisco na Codevasf;
- **Sr. Hadson Tolentino Barbosa**, representante da Administração Hidroviária do São Francisco (AHSFRA)

Tema: Situação do Projeto de Integração do Rio São Francisco: dificuldades e custos de operação e manutenção e benefícios gerados para as regiões beneficiadas.

Data: 4/12/2018

Sob a presidência e participação dos Deputados Raquel Muniz, Adelmo Carneiro Leão e Leonardo Monteiro e participação do Deputado Laudívio Carvalho, foi realizada audiência pública, nos termos do Requerimento 15/2018, de autoria da Deputada Raquel Muniz, para discutir a atual situação do Projeto de Integração do Rio São Francisco, as dificuldades e os custos para sua operação e manutenção e benefícios para as regiões beneficiadas.

Segue resumo das palestras:



- Sr. Antonio Luitgards Moura, diretor do Departamento de Projetos Estratégicos, e Sr. Jimmu de Azevedo Ikeda, coordenador geral de Obras Hídricas do Ministério da Integração Nacional

O primeiro expositor iniciou sua fala mostrando um mapa com o resumo do “Caminho das Águas” do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), contendo os Eixos Norte e o Leste (em azul), bem como os ramais (em verde, em leitos naturais, e em laranja, fora deles) para a distribuição da água pelos quatro estados beneficiados (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), beneficiando a mais de 12 milhões de pessoas.

Ao final do Eixo Norte, há os ramais do Apodi (RN), do Salgado (CE), do que atende a Armando Ribeiro Gonçalves (RN) e do Piancó, que atende ao sistema Coremas/Mãe d’Água (PB). Há ainda obras complementares conduzidas pelos estados, tais como o Cinturão das Águas (CE), canal que, ao se interligar ao reservatório de Castanhão e ao próprio Eixão das Águas (já existente há uma década), irá abastecer à capital e a 90% da população daquele estado, e o ramal do Entremontes, ainda em fase projeto, por problemas de outorga da ANA.

Ao final do Eixo Leste, que atravessa e abastece a região principal de Pernambuco, o ramal entra pela Paraíba por Monteiro, indo até os reservatórios de Areias, Eptácio Pessoa (“Boqueirão”) e Acauã e abastecendo, então, a 19 municípios da região litorânea daquele estado pelo ramal da vertente litorânea.

O Eixo Norte possui três elevatórias (estações de bombeamento – EBVs) e alguns aquedutos e túneis, que estão quase todos concluídos. O problema é o trecho inicial do Eixo Norte, por cuja construção já passaram quatro empresas. Há problemas mecânicos também nas EBVs 2 e 3. Apesar disso, considera-se que o avanço físico já seja de 96%. O canal do Eixo Norte consegue transportar até 99 m³/s de água, tem 24 m de largura na porção superior e 6 m na porção inferior, além de 4 m de profundidade.

O Eixo Leste possui seis elevatórias. Há apenas dois pequenos problemas mecânicos nas EBVs 5 e 6, o que, todavia, não impede a



operação de todo o Eixo desde março/2017. A chegada da água ao reservatório de Boqueirão no mês seguinte impediu o colapso total do abastecimento de Campina Grande e região, quando só chegava água nas casas uma vez por semana. Considera-se que o avanço físico do Eixo Leste já seja de 97%.

O primeiro expositor afirmou que, apesar de resolver o problema de falta d'água de vários moradores locais, estão ocorrendo problemas de segurança nos canais, que são feitos de terra e recobertos por uma manta impermeabilizante de 2 mm de espessura e por concreto. Alguns proprietários adjacentes aos canais vêm efetuando furos que atravessam a manta e o próprio concreto para a instalação de bombas e tubos para abastecimento clandestino de água. Isso muitas vezes leva ao colapso do canal naquele local, implicando prejuízos da ordem de milhões de reais. Já foram identificados 80 pontos com esse problema.

O segundo expositor do Ministério da Integração Nacional, ao abordar a gestão do PISF, iniciou dizendo que sua sustentabilidade ainda não está garantida. O documento-base para a implementação do projeto é o termo de compromisso entre a União e os estados. O Certoh, expedido pela ANA, exigia toda uma estrutura de operação e manutenção com os respectivos responsáveis por cada atribuição, que foram estipulados nesse termo de compromisso.

Os desafios para 2019 para o término do Eixo Leste, apesar de ele já estar finalizado operacionalmente, são a conclusão das obras complementares, com incremento de mobilização de pessoal e equipamento da contratada. Já para a conclusão do Eixo Norte, faz-se necessária a contratação da solução de telecomunicações do trecho II, a execução do trecho Caiçara-Ávidos e a execução de soleiras de medição no rio Piranhas-Açu. Também precisa ser construído o Centro de Controle e Operação, embora não seja impeditivo da operação.

Mas o problema maior é a suplementação do orçamento em 2019, pois houve restrições orçamentárias em 2018, razão pela qual o Eixo Leste não ficou totalmente pronto quanto às obras imprescindíveis à segurança (obras de drenagem, por exemplo), o que levou à necessidade de prorrogação dos contratos. Estão previstos R\$919 milhões no PLOA 2019 para ações no Eixo



Leste, Eixo Norte, Ramal do Agreste, pré-operação do PISF, reservatórios estratégicos e Ramal do Apodi, mas é necessário mais que o dobro (R\$2,165 bilhões).

Quanto à gestão ambiental, o desafio é concluir a recuperação dos 24 reservatórios estratégicos, definir a estratégia administrativa visando à delegação aos estados da gestão desses reservatórios, definir a estratégia para segurança patrimonial do PISF (talvez transformando-o em área de segurança nacional), garantir reforço administrativo pessoal, orçamentário e financeiro para conclusão e gestão das estruturas, priorizar os investimentos nas ações anteriormente citadas, negociar com o IBAMA as condicionantes estabelecidas na LO do Eixo Leste, executar os programas básicos ambientais pendentes, obter a LO do Eixo Norte e incluir o Ramal do Apodi no PPA 2019/2023.

Nas considerações finais, o primeiro expositor, respondendo à indagação do Deputado Adelmo Carneiro Leão, explicou que a vazão a ser retirada do rio é de 26,4 m³/s, que é aquela outorgada pela ANA, mas haverá perdas no caminho, que ainda não estão calculadas com exatidão, havendo por ora apenas uma previsão. Como a transposição tem de atender prioritariamente ao abastecimento humano, no rio Paraíba, por exemplo, onde há perdas por infiltração e evaporação, a ANA acabou de definir que as retiradas de água para agricultura às margens dele poderão ser no máximo para irrigar 0,5 ha por agricultor. Já a vazão de 127 m³/s só poderá ser retirada em época de cheia, quando a barragem de Sobradinho estiver vertendo.

O expositor também declarou seu orgulho de trabalhar em cargo de direção no PISF, tanto pelo desafio das obras de engenharia quanto pelo respeito ao meio ambiente, e comentou os elogios que o projeto recebeu dos responsáveis pelo projeto de transposição do rio Colorado, nos EUA. Asseverou que a obra foi conduzida como todo o respeito ao meio ambiente, que os 38 programas ambientais do PISF consumiram inicialmente 36% do custo da obra e incluíram treinamento de funcionários e comunidades, salvamento de flora e fauna e de elementos do patrimônio arqueológico etc., sempre em parceria com as universidades da região. O assentamento dos diretamente afetados



ocorreu em vilas rurais, e cada agricultor recebeu 4 ha de área para cultivo, dos quais 1 ha irrigado.

- Sr. Danielson Araújo, gerente do Projeto de Integração do São Francisco, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)

O expositor, ao abordar a operação e manutenção do PISF, iniciou sua fala afirmando que o objetivo do projeto é assegurar oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de pequenas, médias e grandes cidades da região semiárida dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O PISF abrange quatro bacias hidrográficas receptoras (Jagaribe/PE, Piranhas-Açu/PB e RN, Apodi/RN e Paraíba/PB) e 6 sub-bacias do próprio São Francisco, 20 açudes estratégicos nas bacias receptoras, dois eixos principais (Norte e Leste), recalque de 180 m no Eixo Norte e de 300 m no Eixo Leste, mais de 30 potenciais portais de entrega da água, 30 reservatórios nos eixos principais, nove estações elevatórias e subestações de energia elétrica (três no Eixo Norte e seis no Eixo Leste), 230 km de linhas de transmissão de 230 kV, 37 km de túneis e 4,8 km de aquedutos.

O rateio de vazões entre os estados dos 26,4 m³/s, ratificada pela Resolução 2.333, de 27 de dezembro de 2017, da ANA, que dispõe sobre as condições gerais de prestação do serviço de adução de água bruta pela CODEVASF no âmbito do PISF, prevê 11,41 m³/s para o Ceará, 5,95 m³/s para a Paraíba, 6,09 m³/s para Pernambuco e 2,95 m³/s para o Rio Grande do Norte. O principal usuário do Eixo Leste é o Ramal do Agreste pernambucano e, do Eixo Norte, o Cinturão das Águas cearense.

O modelo de gestão do PISF prevê a existência de um Conselho Gestor formado pelos órgãos federal e estaduais de recursos hídricos dos quatro estados, além dos operadores federal (CODEVASF) e estaduais e dos usuários, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional. A CODEVASF vai elaborar o plano de gestão anual (PGA) e celebrar contratos com



os operadores estaduais, nos quais constarão as obrigações, as formas de pagamento, as garantias etc. A regulação dos serviços será feita pela ANA.

O limite de competência da CODEVASF se dará desde os canais de água bruta dos ramais interestaduais até o medidor situado no limite dos portais de medição, a partir dos quais a competência passa a ser do operador estadual. A Companhia foi designada para exercer a função de operadora do PISF pela Portaria 603/2012 do Ministério da Integração Nacional. Depois, o Decreto 8.207/2014 alterou o Decreto 5.995/2006, estabelecendo a competência da CODEVASF para exercer as funções necessárias à operacionalização e à manutenção da infraestrutura decorrente do PISF, com escopo bem genérico, portanto.

Em função disso, a CODEVASF, como primeira empresa pública dependente consumidor livre de energia elétrica, teve de tomar providências pré-operação, tais como obter habilitações junto a ONS, CHESF, CCEE e ANEEL, celebrar contratos com CCT, CUST e acordos operativos, obter ato autorizativo da ANEEL, efetuar adesão ao NOS e CCEE e contratar garantias para o CUST, CCT e CCEE. Já foram realizados seis leilões de energia elétrica para suprimento das EBVs nos testes e enchimentos de 2014 a 2017 e se encontra em andamento o leilão para suprimento de energia para 2019. Há outras providências não essenciais igualmente em andamento.

A estrutura da CODEVASF para o PISF inclui uma Gerência de Operação, com três unidades (de planejamento e monitoramento; de operação, manutenção e segurança; e comercial e administrativa), localizadas em Brasília, e um Centro de Controle e Operação, com cinco unidades regionais (administração e logística, meio ambiente, operação, manutenção e segurança), localizadas em Salgueiro/PE.

A receita requerida compõe-se de uma parcela fixa, que ocorre mesmo sem bombeamento e inclui o custo fixo (operação e manutenção, fundo de reposição de ativos, cobrança pelo uso dos recursos hídricos, taxa de administração fixa, seguros energia elétrica fixa), os custos ambientais, as despesas administrativas, os impostos e a depreciação, e de uma parcela variável,



composta pelo custo variável, como o da energia elétrica variável e a taxa de administração variável.

Já a tarifa do PISF é binomial, ou seja, tem um componente em função do não bombeamento (tarifa de disponibilidade) e outro variável (tarifa de consumo). Os valores de referência são de R\$0,244/m³ para a tarifa de disponibilidade e R\$0,801/m³ para a tarifa de consumo, totalizando R\$1,045 m³. O que mais impacta a tarifa de consumo é a energia, razão pela qual quanto melhor for a sua compra, menor será a tarifa final. Para 2018, o custo estimado, segundo a Resolução 67/2018 da ANA, seria de R\$154 milhões para a Paraíba, R\$25 milhões para Pernambuco e R\$112 milhões para a União, totalizando R\$291 milhões. A União ainda tem uma grande participação nesse custo em razão da ainda não entrega de alguns ramais, como o do Agreste.

O Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável da Área de Abrangência do PISF com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PDRS-SF), elaborado em 2016, ainda precisa ser desenvolvido. O expositor também lembrou o caso do iminente colapso hídrico da cidade de Campina Grande e região em abril/2017, que as obras do PISF vieram a evitar.

Concluindo, o expositor revelou que os grandes desafios para 2019 são: o grau de liberdade limitado, em virtude de ser um serviço regulado pela ANA; a garantia de entrega da água contratada pelos estados; e a sustentabilidade do projeto em todos os níveis. Mesmo com esses desafios, como visão de futuro, a CODEVASF espera ser uma empresa de referência na supervisão e gestão de contratos de concessão dos eixos de transferência de água bruta no Brasil.

Nas considerações finais, o expositor agradeceu a todos pelo reconhecimento do trabalho da CODEVASF.

- Sr. Hadson Tolentino Barbosa, representante da Administração Hidroviária do São Francisco (AHSFRA)

O expositor iniciou sua fala afirmando que, no trecho hoje considerado hidrovía do rio São Francisco (1.371 km, de Pirapora até Juazeiro/Petrolina), a navegação não fica comprometida pela transposição do rio. Nes-



se intervalo, há o reservatório de Sobradinho, que faz a regulação das vazões, situando-se os pontos de captação a jusante.

Os problemas atuais da AHSFRA, sob a administração do DNIT desde 2015, se devem à crise hídrica propriamente dita, que assola a região há uma década e impossibilita fazer alguns serviços, como os de balizamento. Lembrou que, à ocasião, a vazão defluente em Três Marias era de 100 m³/s, sendo que tais serviços exigiriam vazões de pelo menos 600 m³/s, o que comprometeria a viabilidade econômica da hidrovía.

Muito embora o tema da audiência fosse de transposição das águas, o expositor fez questão de lembrar da importância do transporte hidroviário, que custa cerca de um décimo do rodoviário. Além disso, a manutenção da hidrovía também custa bem menos que a da malha rodoviária, muito embora o transporte rodoviário seja o mais eficiente, por chegar em qualquer lugar, e tenha sido escolhido como o modal prioritário décadas atrás. Contudo, é preciso evoluir, integrando-o com outros modais.

No Brasil, há vários rios navegáveis, alguns até com ligação internacional, como é o caso do rio Uruguai, mas que ainda não são devidamente aproveitados. O próprio rio São Francisco, se fosse adaptado para a navegação, poderia ser interligado ao mar e utilizado para exportação.

Ao final, lembrou que, antes do DNIT, quem administrava as hidrovias eram as companhias de docas, razão pela qual o órgão ainda não está totalmente preparado para receber essa administração. Com recursos humanos e financeiros ainda reduzidos, somente agora estão sendo formados os preços públicos e licitados os projetos e obras. Mas o objetivo é transformar as hidrovias em um modal complementar aos demais.

Nas considerações finais, o expositor reforçou a necessidade da produção de água na bacia do São Francisco, sem a qual não haverá o que transportar para outras bacias. Afinal, se quem tem fome tem pressa, quem tem sede também tem pressa. Lembrou, por fim, que a navegação faz parte da integração do rio São Francisco com as demais regiões do país.



Após as palestras, o Deputado Leonardo Monteiro reafirmou a importância do rio São Francisco para Minas Gerais e, agora, para todo o Nordeste brasileiro, mesmo tendo sido o projeto de transposição muito contestado quando de sua concepção e implantação. Disse que algumas regiões do Leste mineiro, principalmente nas bacias do Mucuri e de trechos do Doce, já se tornaram semiáridas. Daí, são necessárias políticas públicas para produzir água de novo nas propriedades rurais.

Fazendo um balanço das atividades da Comissão, o Deputado Adelmo Carneiro Leão repassou questões que já havia levantado em audiências públicas anteriores, tais como alguns bons exemplos de ações ambientais para a produção de água (os “cuidadores da água”) e, do lado oposto, dezenas de casos de redução do volume ou de secamento de fontes e afluentes do rio São Francisco, bem como de contaminação das águas. Para ele, as águas devem ser sempre fonte de vida, e não de destruição, devendo ser usadas para sustentar o chamado Estado Democrático de Direito e de Justiça, para chegar onde precisa, para abastecer e promover a vida, e não para sustentar interesses mercantis acima dos interesses mais legítimos do pleno desenvolvimento humano. O desafio é de todos.

Dada a palavra à plateia, o Sr. Athadeu Ferreira da Silva, assessor da presidência da CODEVASF e representante dela no CBHSF, reconheceu que a empresa, apesar das limitações orçamentárias, vem cumprindo a missão que lhe foi delegada de desenvolvimento das bacias em que atua, as quais vêm se expandindo com o passar dos anos.

Ao final da audiência pública, a Deputada Raquel Muniz registrou sua confiança nos trabalhos da CODEVASF, razão pela qual destinou a ela a maior parte dos recursos provenientes de suas emendas parlamentares. Dito isso, encerrou os trabalhos da Comissão.



2.2 RELATO DAS VISITAS TÉCNICAS E EVENTOS EXTERNOS

Seminário “Transposição e Revitalização do Rio São Francisco: Impacto nas Cidades Ribeirinhas”, Realizado na Cidade de Pirapora-MG, em 8/5/2015

Em atendimento ao Requerimento nº 98/2015, do Deputado **Raimundo Gomes de Matos**, foi expedido Ato da Presidência, em 26/2/2015, para criar Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes normas e procedimentos referentes às obras do projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CEXTRRIO).

A fim de cumprir os objetivos de sua constituição, a CEXTRRIO aprovou plano de trabalho em que foi prevista a realização de audiências públicas internas e externas, bem como a realização de visitas técnicas a fim de verificar *in loco* a real situação dos projetos e, com isso, ser capaz de propor soluções adequadas a desafios e dificuldades eventualmente encontrados.

Após diversas audiências públicas internas, em 8/5/2015, foi realizada a primeira audiência pública externa da CEXTRRIO, na forma do Seminário “**Transposição e Revitalização do Rio São Francisco: Impacto nas Cidades Ribeirinhas**”. O seminário teve origem no Requerimento nº 7/2015, da Deputada **Raquel Muniz**, e se concretizou na cidade de Pirapora, em Minas Gerais. Mais especificamente, no Centro de Convenções José Geraldo Honorato Vieira, de 8h às 17h.

O evento contou com os seguintes participantes:

- a) Sr. **Raimundo Gomes de Matos**, Deputado Federal, Coordenador da CEXTRRIO;
- b) Sr. **Rômulo Gouveia**, Deputado Federal, Relator da CEXTRRIO;
- c) Sra. **Raquel Muniz**, Deputada Federal, integrante da CEXTRRIO e organizadora do Seminário;
- d) Sr. **Heliomar Silveira**, Prefeito de Pirapora;
- e) Sr. **Ruy Adriano Borges Muniz**, Prefeito de Montes Claros;
- f) Sr. **Gilberto Magalhães Occhi**, Ministro da Integração Nacional;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

- g) Sr. **Luiz Alberto de Mendonça Sabanay**, Assessor Especial e representante do Ministro de Estado da Pesca e da Aquicultura, Sr. Helder Barbalho;
- h) Sr. **João Alves Filho**, Prefeito de Aracaju/SE;
- i) Sr. **Saraiva Felipe**, Deputado Federal;
- j) Sr. **José Silva Soares**, Deputado Federal;
- k) Sr. **Luiz Odorico Monteiro**, Deputado Federal;
- l) Sr. **Jose Adail Carneiro**, Deputado Federal;
- m) Sr. **Paulo Guedes**, Secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais;
- n) Sr. **Gil Pereira**, Deputado Estadual de Minas Gerais;
- o) Sr. **Daniel de Almeida Dantas**, General de Brigada e Comandante do 1º Agrupamento de Engenharia do Combate do Exército;
- p) Sr. **Luziel Reginaldo de Souza**, Diretor do Departamento de Programas de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes;
- q) Sr. **Luiz Felipe de Carvalho Gomes**, Superintendente da Administração da Hidrovia do São Francisco (AHSFRA);
- r) Sr. **Laudívio Carvalho**, Deputado Federal;
- s) Sr. **Denilson Rodrigues Silveira**, Presidente da Associação dos Municípios da Bacia;
- t) Sr. **Elmo Vaz Bastos de Matos**, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf);
- u) Sr. **Adilmar Dimas Rodrigues**, Superintendente da Codevasf em Minas Gerais;
- v) Sr. **Daniel Antunes**, Superintendente da Regional Norte da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa);
- w) Sr. **Wesley Mota França**, Analista Ambiental do Instituto Mineiro de gestão das Águas (Igam); e
- x) Sr. **Vicente Campos Custódio**, Capitão de Corveta da Marinha do Brasil.

Importante mencionar que também estiveram presentes no evento, para apoio e suporte técnico, equipe de servidores da Câmara dos Deputados integrantes da TV Câmara, a Secretária Executiva da Comissão, Mirna de Castela Pessoa, e a Consultora Legislativa Lívia de Souza Viana. O seminário foi autori-



zado pelo Presidente da Câmara dos Deputados por meio do processo nº 116970/2015.

O evento concedeu tempo de palavra à maioria dos participantes acima listados e, ao final, deu oportunidade aos ouvintes para que realizassem questionamentos acerca dos temas tratados.

O primeiro a proferir sua palestra foi o Prefeito de Pirapora, Sr. **Heliomar Silveira**. Dentre diversas questões, o Prefeito destacou a necessidade fortalecimento da Agência Nacional de Águas (ANA) para regular de forma satisfatória os usos múltiplos dos recursos hídricos. Para o Prefeito, ainda é possível notar a sobreposição de alguns usos sobre outros, o que deve ser corrigido. Sublinhou que o Operador Nacional do Sistema (ANS) tem se mostrado mais forte e submetido os outros usos aos seus interesses.

Ainda tratando de aspectos institucionais da gestão dos recursos hídricos, o Prefeito salientou a necessidade de fortalecimento dos comitês de bacias, haja vista ser o local de construção de consensos. Afirmou ainda ser necessária a instalação de uma Capitania da Marinha em Belo Horizonte, com vistas ao fortalecimento do relacionamento institucional e político entre o Governo do Estado e a Marinha.

Passando a tratar do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, destacou a sua importância e a necessidade de coletar e tratar 100% dos esgotos de Pirapora e de outros municípios ribeirinhos. Salientou que o Ministério da Integração (MI) e o Ministério das Cidades (MCidades) possuem papéis importantes nesse processo.

Por fim, destacou a importância da construção de barragens que viabilizem a produção de energia e a agricultura irrigada e, conseqüente, a melhoria da economia de vários municípios produtores.

O segundo participante a proferir palestra foi o Sr. **Gilberto Occhi**, Ministro da Integração Nacional, o qual trouxe informações acerca do estágio de execução das obras da Transposição do Rio São Francisco e das ações integrantes do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

As informações referentes ao Programa de Revitalização foram complementadas pelo Sr. **Elmo de Matos**, Presidente da Codevasf. Dentre os dados



apresentados, destaca-se a afirmação de que as maiores ações de controle de processos erosivos estão concentradas em Minas Gerais. Segundo o Presidente da Codevasf, já foram executadas 861 projetos de proteção de nascentes, 744 km de proteção de matas ciliares e 34 mil barraginhas.

O terceiro a proferir palestra foi o Sr. **Luiz Sabanay**, representante do Ministro de Estado da Pesca e da Aquicultura. Previamente à sua apresentação, foi apresentado vídeo com manifestação do Ministro **Helder Barbalho**, o qual deixou registrado o seu apoio ao evento e a ações futuras em prol da Bacia do Rio São Francisco.

O Sr. **Luiz Sabanay** salientou a importância de ser estabelecida, na Bacia do Rio São Francisco, um programa específico para pesca artesanal, especialmente diante do limite da pesca extrativa. Também destacou a necessidade de desenvolver o potencial que barragens existentes apresentam para estabelecer e alavancar a produção de pescado e, conseqüentemente, de renda e de emprego. Por fim, salientou que existem ações em andamento para fortalecer a atividade da aquicultura em estabelecimentos rurais de agricultura familiar e assentamentos.

O quarto a proferir palestra foi o Sr. **João Alves**, Prefeito de Aracaju. O Prefeito centralizou seu discurso em torno da urgência em se adotar medidas efetivas de revitalização do Rio São Francisco, sob pena de que o rio permaneça em sua rota de “morte certa”. Para o Prefeito, as ações de revitalização existentes, além de tímidas, carecem de integração, o que prejudica a sua eficácia e eficiência. Salientou, como bom exemplo de programa de revitalização a ser seguido, o caso do Rio das Velhas (Projeto Manuelzão) e trouxe, por fim, a necessidade de investimentos maiores em fontes alternativas de energia limpa e barata.

Após agradecimentos dos Deputados **Raimundo Gomes de Matos** e **Rômulo Gouveia**, o Deputado **Saraiva Felipe** realçou ser também papel de audiências públicas e seminários trazerem foco para os problemas concretos atualmente enfrentados por diversos municípios. Nesse passo, chamou a atenção para ainda precária taxa de coleta e tratamento de esgotos em diversos municípios ribeirinhos e os diversos entraves burocráticos que dificultam o avanço de medidas saneadoras projetadas.



Citou o exemplo do Município de Três Marias, o qual possui recurso liberado para investimento em saneamento básico, mas está impedido de utilizá-lo em virtude de problemas formais com a Funasa. Citou também o Município de Jequiitá, que possui rede coletora pronta, mas ainda ociosa, a espera apenas da transferência formal da atividade de coleta para a Copasa.

Com esses e outros exemplos, o Deputado **Saraiva Felipe** ressaltou ser emergencial que providências sejam tomadas para resolver esses problemas que, apesar de simples, têm provocado a manutenção de situações graves, como o lançamento de esgotos no Rio São Francisco, com consequente poluição e contaminação dos recursos hídricos.

Dando seguimento ao ciclo de palestras, manifestaram-se os Deputados Federais **José Silva**, **Adail Carneiro** e **Odorico Monteiro**, bem como o Deputado do Estado de Minas Gerais, **Gil Pereira**. Os Parlamentares trouxeram ênfase para a necessidade de fortalecimento do Programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco. O deputado Odorico ressaltou a necessidade de revitalização também nas bacias receptoras e o Deputado José Silva sugeriu a remuneração de produtores rurais pelo serviço de preservação ambiental.

Ao final do evento, manifestaram-se o Secretário **Paulo Guedes**, o Prefeito de Montes Claros, **Rui Muniz**, o General **Daniel de Almeida Dantas** e o representante do Ministério dos Transportes, **Luziel Reginaldo**. Todos registraram apoio às ações de fortalecimento institucional e de revitalização ambiental na Bacia do Rio São Francisco.

De forma sumária, pode-se afirmar que o Seminário teve o condão de fortalecer a transparência, ao tornar públicas diversas informações que são do interesse e afetam diretamente as populações da Bacia do Rio Francisco. Também se pode afirmar que o evento contribuiu para a formação e fortalecimento de alianças entre os diversos setores do governo para a adoção de medidas em prol da melhoria socioambiental da bacia. A seguir, alguns registros do evento.



Figura 15: Cerimônia de plantio de árvore como símbolo da importância da revitalização da Bacia do Rio São Francisco



Figura 16: Seminário “Transposição e Revitalização do Rio São Francisco: Impacto nas Cidades Ribeirinhas”



Figura 17: Seminário “Transposição e Revitalização do Rio São Francisco: Impacto nas Cidades Ribeirinhas”



Fórum de Debates Realizado no Município de Juazeiro do Norte/CE visitas técnicas em trechos do Projeto de Transposição do rio São Francisco (Pisf) localizados nos Municípios de Salgueiro/PE e Cabrobó/PE

Em atendimento ao Requerimento nº 98/2015, do Deputado **Raimundo Gomes de Matos**, foi expedido Ato da Presidência, em 26/2/2015, para criar Comissão Externa destinada a acompanhar todos os atos, fatos relevantes normas e procedimentos referentes às obras do projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como “Transposição do Rio São Francisco”, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CEXTRRIO).

A fim de cumprir os objetivos de sua constituição, a CEXTRRIO aprovou plano de trabalho em que foi prevista a realização de audiências públicas internas e externas, bem como a realização de visitas técnicas a fim de verificar *in loco* a real situação dos projetos e, com isso, ser capaz de propor soluções adequadas a desafios e dificuldades eventualmente encontrados.

Com isso em vista, nos dias 5/11/2015 e 6/11/2015, foram realizados dois eventos externos pela CEXTRRIO. No dia 5/11, foi realizado **Fórum de Debates** no Município de Juazeiro do Norte/CE. No dia 6/11, foram realizadas **visitas técnicas** em trechos do Projeto de Transposição do rio São Francisco (Pisf) localizados nos Municípios de Salgueiro/PE e Cabrobó/PE.

Cumprе ressaltar que os dois eventos foram concretizados em cumprimento ao Requerimento 14/2015, de autoria do Deputado **Raimundo Gomes de Matos**.

Passando agora a descrever as atividades realizadas, importante esclarecer que o Fórum de Debates foi realizado com o objetivo de discutir, com representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, o resultado de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas obras de esgotamento sanitário que devem ser realizadas nos municípios localizados na Área de Influência Direta do Pisf.

O TCU, por meio da auditoria (TC 010.945/2014-8, que originou o Acór-



dão 1.421/2015-TCU-Plenário), analisou 399 municípios e constatou diversos problemas e gargalos que dificultam a adequada e célere conclusão das obras e, mais importante, colocam em risco a eficácia da própria Transposição do rio São Francisco.

Diante do elevado universo de municípios analisados pelo Tribunal, o Fórum de Debates preocupou-se de discutir as constatações realizadas apenas nos municípios do Estado do Ceará. A Tabela 6 abaixo traz um resumo dos gargalos apontados pelo TCU, bem como os municípios do Estado do Ceará onde eles foram identificados.

Tabela 6: problemas e gargalos identificados pelo TCU nas obras de esgotamento sanitário dos Municípios do Estado do Ceará localizados na Área de Influência Direta do Pisf.

Problemas e gargalos nas obras de esgotamento sanitário	Municípios em que os problemas e gargalos foram identificados
Obras não Iniciadas, em Ritmo Lento ou Paralisadas	Chorozinho
	Pindoretama
	Maranguape
	Caucaia
	Tabuleiro do Norte
	Icó
	Quixeré
	Milagres
	Baixio
	Mauriti
Convênios com Objetos não	Chorozinho



Problemas e gargalos nas obras de esgotamento sanitário	Municípios em que os problemas e gargalos foram identificados
Concluídos com Vigência Vencida	Maranguape
	Caucaia
	Icó
	Quixeré
	Itaitinga
	Horizonte
	Baixio
Obras com Licença de Instalação Vencida	Tabuleiro do Norte
	Jaguaribe
	Quixeré
Empresa com Capacidade Operacional Incompatível com a Execução da Obra	Icó
	Quixeré
Risco das Águas da Transposição Serem Poluídas pelo Lançamento de Esgoto	Alto Santo, Aurora, Baixio, Barro, Brejo Santo, Cedro, Iguatu, Ipaumirim, Jaguaretama, Jaguaribe, Jati, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Orós, Penaforte, Umari

O Fórum de Debates ocorreu no Auditório do Memorial Padre Cícero, Praça do Cinquentenário, em Juazeiro do Norte/CE, no intervalo das 14h30h às 18h. Na oportunidade, estiveram presentes os seguintes participantes, entre parlamentares, autoridades e convidados:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete Deputado **Gonzaga Patriota**

- a) Sr. **Raimundo Gomes de Matos**, Deputado Federal, Coordenador da CEXTRRIO e organizador do evento;
- b) Sr. **Gonzaga Patriota**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- c) Sra. **Raquel Muniz**, Deputada Federal, integrante da CEXTRRIO;
- d) Sr. **Adail Carneiro**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- e) Sr. **Beto Rosado**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- f) Sr. **José Maria Macedo Júnior**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- g) Sr. **Vitor Valim**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- h) Sr. **Odorico Monteiro**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- i) Sr. **Arnon Bezerra**, Deputado Federal;
- j) Sr. **Artur Bruno**, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Ceará;
- k) Sr. **Francisco Quintino Vieira Neto**, Secretário Adjunto da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará;
- l) Sr. **Tibério Cesar Jocundo Loureiro**; representando a Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Ceará;
- m) Sr. **Récio Ellery Araujo**, Chefe Substituto da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP) da Superintendência Estadual da Funasa no Ceará (SUEST/CE);
- n) Sr. **Cláudio Freitas**, Gerente Executivo da Caixa Econômica Federal;
- o) Sr. **Evanildo Simão**, Prefeito de Mauriti e Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece);
- p) Sr. **Tancredo Wilson de Souza Júnior**, Gerente da Unidade de Negócios da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (Cagece);
- q) Sr. **Expedito Galba Batista**, Gerente da Unidade de Negócios da Bacia do Salgado (Cagece);
- r) Sr. **Francisco Rogério Gomes Leite**, Coordenador Estadual do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), no Ceará;
- s) Sr. **Raimundo Antônio de Macêdo**, Prefeito de Juazeiro do Norte.

O Fórum de Debates foi aberto pelo **Deputado Raimundo Gomes de Matos**, que retomou a motivação da Cextrrio e as atividades que a comissão vem realizando para alcançar seus objetivos. Pontuou que a comissão já reali-



zou mais de dez audiências públicas e duas visitas externas em busca de informações e articulações que possam contribuir para o sucesso do Pisf.

O Deputado destacou ainda o trabalho do TCU nas obras da Transposição, que tem contribuído para significativas economias ao erário. A seguir, salientou o tema em debate, revelando sua preocupação com a forma de condução das obras complementares ao Pisf pelos estados. Para o Deputado, existe grave descompasso entre as obras do Pisf, as obras complementares e as ações socioambientais.

Ressaltou que, dos 399 municípios estudados pelo TCU, apenas 102 se mostraram em nível aceitável na condução de suas obras de esgotamento sanitário, fato que requer atenção e medidas de correção. Apontou também para a necessidade de aporte permanente de recursos no orçamento para obras de saneamento, as quais sofrem com os constantes contingenciamentos realizados.

Por fim, destacou a oportunidade que o Fórum de Debates traz para a articulação e diálogo, na medida em que reúne representantes de diversas esferas e instituições. Por fim, apresentou vídeo de abertura, em que foi ressaltada a importância da preservação ambiental.

O Fórum de Debates foi iniciado, então, com breve exposição do Sr. **Tibério Cesar Jocundo Loureiro**, que apresentou o trabalho realizado pelo TCU nos 399 municípios localizados na Área de Influência Direta do Pisf. O Auditor expôs a metodologia utilizada para realização do trabalho, bem como os objetivos e a área de estudo delimitada.

Em seguida, pontuou as principais constatações da auditoria (vide Tabela 1), dando destaque para os municípios do Estado do Ceará.

O segundo palestrante, o Sr. **Artur Bruno**, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Ceará, iniciou sua exposição, ressaltando a importância das obras do Pisf e dos trabalhos da Cextrio, especialmente diante do período crítico de seca em que vive a Região Nordeste.

No entanto, ponderou que a Comissão não deve se preocupar apenas com a conclusão das obras civis, mas também com questões de cunho ambiental, tais como a execução de obras de esgotamento sanitário, do Programa de Revitalização do rio São Francisco e a concretização de ações em educação



ambiental. Deu especial destaque à educação ambiental, que considera ser a forma mais eficaz para modificar a cultura e o comportamento da sociedade, a qual influencia diretamente na efetividade das obras e ações em curso.

A seguir, passou a explicar as principais funções da Semace, quais sejam, a de execução de ações ambientais, a de licenciamento e a de fiscalização.

No que tange às ações relacionadas ao saneamento básico, explicou que a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará possui também competências na execução de obras de abastecimento de água e tratamento de esgotos.

O terceiro palestrante, o Sr. **Francisco Quintino Vieira Neto**, Secretário Adjunto da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, explicou a posição da Secretaria das Cidades na estrutura administrativa do Estado do Ceará e apresentou a estrutura orgânica do órgão, destacando o crescimento que sofreu nos últimos anos.

Salientou que a Secretaria trabalha diretamente na execução de obras e que está dando início a uma obra de grande importância, qual seja, o Contorno do Cariri. A obra tem início em Juazeiro do Norte e alcança o Município de Crato. Especificou que o trecho 1 da referida obra está concluído, de modo que estão sendo iniciados os Trechos 2 e 3.

Acrescentou ainda que estão envidando mais esforços para melhorias do saneamento básico do Estado do Ceará e promovendo mais diálogo com as empresas de saneamento envolvidas, especialmente a Cagece. Entre as ações adotadas, destacou a contratação de consultores para contribuir no processo.

Destacou que diálogos têm sido mantidos com o Ministério da Integração Nacional (MI) para resgatar aproximadamente R\$ 94 milhões de reais em recursos para o saneamento. Afirmou ainda que a Secretaria tem realizado, concomitantemente, visitas técnicas de campo para subsidiar a elaboração de novos projetos. A expectativa que os projetos sejam concluídos entre janeiro e fevereiro de 2015 e obras licitadas até março de 2016. Os recursos do MI, no entanto, são fundamentais.

O quarto palestrante, o Sr. **Récio Ellery Araujo**, Chefe Substituto da Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP) da Superintendência Estadual da Funasa no Ceará (SUEST/CE) elogiou a iniciativa da Cextrrio em promover a



discussão do saneamento no estado.

Sublinhou a necessidade de capacitação técnica dos órgãos federais e estaduais que executam ações na área de saneamento, na medida em que não acompanharam a evolução tecnológica e legislativa do setor. Tal fato, segundo o palestrante, tem gerado problemas que dificultam o avanço do serviço de saneamento no País.

A seguir, a fim de contribuir com mais subsídios para a CEXTRRIO, relatou o estágio de execução das obras de esgotamento sanitário em cada um dos 21 municípios do Estado do Ceará contemplados com projetos no Termo de Compromisso do Programa de Aceleração do crescimento (TC-PAC).

Nesse passo, detalhou que o TC-PAC possui cinco metas, que vão desde o levantamento topográfico dos municípios até a entrega de projetos de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos. Para relatar o estágio das obras, dividiu os municípios em cinco categorias, conforme descrito a seguir:

- a) municípios que ainda não concluíram o projeto executivo – apenas 1 se encontra nessa situação (o palestrante não especificou o município);
- b) municípios que já concluíram 50% dos projetos até set de 2014 - Alto Santo, Aurora, Brejo Santo, Jaguaratama, Jaguaribara, Jardim, Lavras da Mangabeira, Missão Velha, Orós e Pena Forte;
- c) municípios que já concluíram e entregaram os projetos executivos: Baixo, Umari, Abaiara, Barro, Sedro, Jati, Porteiras e Palmirim;
- d) municípios que concluíram o projeto executivo e já possuem recurso pactuado para execução das obras: Mauriti (TC-PAC 305/2012, em fase de reanálise para ajustes finais. Previsão de R\$ 18 milhões de reais.) e Milagres (estágio similar ao de Mauriti, com R\$ 26 milhões de reais pactuados para execução do esgotamento sanitário de toda cidade) e;
- e) municípios com obra em andamento - Jaguaribe (possui obra em andamento, com 80% de conclusão. Investimento de R\$ 9 milhões e 200 mil reais) e Distrito de Mapuá (Investimento de R\$ 1 milhão e 158 mil reais. Já foram depositados 78% dos recursos. O pagamento da última parcela aguarda apenas o depósito da última parcela).



O quinto palestrante, o Sr. **Cláudio Freitas**, Gerente Executivo da Caixa Econômica Federal (CEF), iniciou, esclarecendo o papel da CEF nas obras esgotamento, explicando que a empresa atua como mandatária da União nas contratações realizadas por órgãos do Governo federal, especialmente pelo Ministério das Cidades.

A seguir passou a pontuar os principais problemas que impedem a conclusão das obras em tempo e qualidade adequadas. Citou a existência de elevada deficiência na elaboração de projetos, a falta de capacidade técnica e operacional das empresas responsáveis pela execução e os diversos problemas técnicos e jurídicos das contratações públicas, que geralmente envolve a formalização de aditivos que implicam reprogramação de prazos e projetos.

Ponderou que esses problemas parecem ser conjunturais e estruturais, presentes nos mais diversos tipos de empreendimentos em execução no País. Nesse sentido, apontou para a necessidade de reflexões mais amplas que possam modificar os padrões existentes de contratação e execução de obras.

O sexto palestrante, o Sr. **Exedito Galba Batista**, Gerente da Unidade de Negócios da Bacia do Salgado (Cagece), destacou, de início, que a Cagece tem se preparado para receber a Transposição e que, no que se referem às obras de saneamento básico, existem dezenas em licitação e execução.

Detalhou que, na Bacia do Salgado, existem dezoito projetos de abastecimento de água e tratamento de esgoto em execução.

A seguir, passou a lamentar a baixa adesão ao sistema de esgotamento sanitário no estado do Ceará. Exemplificou com Juazeiro do Norte que, com 41% de cobertura do serviço, possui apenas 20% de adesão. Citou ainda o Município de Barbalha em que se verifica a mesma proporção entre cobertura e adesão ao sistema.

Asseverou ser preocupante e lamentável a baixa adesão verificada. Ainda diante das obrigações legais existentes, afirmou que a adesão não tem mostrado elevação significativa. Finalizou, alertando ao fato de ser essa uma situação que precisa ser modificada com urgência.

O sétimo palestrante, o Sr. **Evanildo Simão**, Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), destacou a urgência em se



promover diálogo mais estreito entre a Cagece e a Funasa, na medida em que é ainda comum projetos de saneamento demorarem um ano para finalizar os procedimentos que envolvem a entidade e o órgão citados.

Argumentou que prazos extensos não podem mais ser aceitos, especialmente diante da grave seca instalada, que reclama por mais celeridade nas ações da Administração Pública.

Continuando o feito, solicitou à Cextrrio que empreendesse esforços para que fossem garantidos recursos permanentes tanto para o Pisf quanto para as obras complementares de saneamento.

Solicitou ainda apoio da Comissão no suporte aos municípios que ainda não elaboraram seus Planos de Saneamento Básico. Explicou que grande parte desses municípios enfrentam graves dificuldades orçamentárias e técnicas que os impedem de realizar esse trabalho a contento. O aporte de recursos financeiros adicionais é fundamental. Exemplificou com o Município de Mauruti, que necessita de aproximadamente R\$ 84 milhões, no curto e médio prazo, para resolver o problema de saneamento.

O oitavo e último palestrante, o Sr. **Francisco Rogério Gomes Leite**, Coordenador Estadual do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), no Ceará, alertou para a necessidade de dar novamente ao Dnocs o status e importância que, de fato, possui na história do combate às secas no Nordeste.

Salientou os 106 anos de história do Departamento, que é responsável por centenas de importantes empreendimentos. Dessa forma, solicitou mais espaço na Cextrrio para participação e contribuição.

Finalizadas as palestras dos convidados, os Deputados Federais presentes passaram a realizar suas considerações.

O Deputado **Gonzaga Patriota** destacou o estágio alarmante de degradação em que se encontra o rio São Francisco, defendendo a importância de sua preservação e revitalização. Defendeu também a execução de projeto de integração das Bacias do rio Tocantins e do rio São Francisco, salientando o elevado volume de água disponível no rio Tocantins para ajudar a recompor o rio São Francisco.



O Deputado **Adail Carneiro** frisou sua preocupação em garantir disponibilidade de água para Transposição, que está custando mais de R\$ 8 bilhões aos cofres públicos. Citou a visita que realizou à Pirapora, em Minas Gerais, onde pôde constatar de perto o estado crítico do rio São Francisco. Citou também a gravidade da crise hídrica, que tem causado sucessivas baixas nos reservatórios do Nordeste. Mostrou, por fim, apoio ao Deputado Gonzaga Patriota em seu projeto de integração das Bacias do rio Tocantins e do São Francisco.

O Deputado **Odorico Monteiro** ressaltou o papel estratégico do Dnocs e a necessidade de elevar seu status ao que realmente merece. Pontou a complexidade das obras da Transposição e a sua importância para a Região Nordeste. Sublinhou ainda a necessidade de ser discutida com seriedade a revitalização das bacias receptoras. Elogiou o Governo Federal, que tem conseguido manter recursos para a Transposição.

O Deputado **Beto Rosado** se preocupou em desafazer o mito de que as obras da Transposição estão paradas ou lentas e de que as obras irão secar o rio São Francisco. Explicou aos ouvintes que a Transposição consumirá parcela ínfima da vazão do São Francisco e que as obras estão 80% concluídas, com previsão de entrega para final de 2016.

O Deputado **Macedo** e a Deputada **Raquel Muniz** concentram seus discursos na necessidade de revitalização do rio São Francisco. A Deputada Raquel citou o trabalho e a exposição realizada pelo grupo **Vidas Áridas**, por meio dos quais ficou evidente que o rio São Francisco está, de fato, em estágio terminal. A Deputada, como médica, ressaltou a importância da água para a saúde e a necessidade de defender e preservar esse importante recurso.

O Prefeito de Juazeiro do Norte, o Sr. **Raimundo Antônio de Macêdo**, encerrou o Fórum de Debates, mostrando apoio e reconhecendo a importância da adoção de medidas para sanear os problemas identificados e promover melhorias na luta contra a seca no Nordeste.

Passando-se agora à descrição das visitas técnicas realizadas no dia 6/11/2015, destaca-se, de início, que o roteiro previsto incluía visita às Estações de Bombeamento 1 e 2 (EB-1), em Cabrobó e Salgueiro, respectivamente, e o reservatório de Jati, em Jati.



Entretanto, em virtude de problemas relacionados à segurança, constatados pela comitiva, quando em campo, tornaram possível a realização das visitas apenas às estações de bombeamento. A comitiva que realizou as visitas estava composta pelos seguintes participantes:

- a) Sr. **Raimundo Gomes de Matos**, Deputado Federal, Coordenador da CEXTRRIO e organizador do evento;
- b) Sr. **Gonzaga Patriota**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- c) Sra. **Raquel Muniz**, Deputada Federal, integrante da CEXTRRIO;
- d) Sr. **Adail Carneiro**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- e) Sr. **José Maria Macedo Júnior**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- f) Sr. **Odorico Monteiro**, Deputado Federal, integrante da CEXTRRIO;
- g) Sr. **Oswaldo Garcia**, Secretário Nacional de Infraestrutura Hídrica;
- h) Integrantes e representantes da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Sistema Fiec).

Importante mencionar que também estiveram presentes nas visitas técnicas, para apoio e suporte técnico, o Servidor Luiz Gustavo Vidal Xavier, do Departamento de Mídias Integradas, a Secretária Executiva da Comissão, Servidora Mirna de Castela Pessoa e a Consultora Legislativa Lívia de Souza Viana.

Por questões de logística, realizou-se visita técnica, primeiramente, à EB-2, onde o Sr. **Oswaldo Garcia**, esclareceu à comitiva dúvidas sobre o ritmo de andamento das obras, as perspectivas de sua conclusão e detalhes técnicos do empreendimento.

Explicou que o Eixo Norte deve vencer um desnível total de 180m e que, para tanto, foram projetadas três estações elevatórias. A EB-2 promoverá o bombeamento das águas para vencer a altura de 55 m. Esclareceu ainda que a estação tem capacidade para instalação de oito bombas, mas que, de início, apenas duas serão instaladas e operadas.

No que concerne ao cronograma das obras, explicou que o Pisf está, de forma global, 80% concluído, de modo que o foco da execução reside em alguns pontos críticos, tal como o túnel Milagres, que possui apenas 12% de execução concluída. Outra questão crítica que tem merecido atenção especial é a realiza-



ção de testes operacionais em reservatórios.

Terminada a visita à EB-2, que deve ser concluída até dezembro de 2015, a comitiva seguiu para a EB-1, já concluída e em operação. A EB-1 foi construída para vencer desnível de aproximadamente 40 m e está a poucos quilômetros da captação das águas do Eixo Norte, na calha do rio São Francisco.

Terminadas as duas visitas técnicas, o Secretário de Infraestrutura Hídrica promoveu breve exposição acerca do empreendimento à comitiva presente. Na oportunidade, traçou panorama dos principais aspectos relacionados ao projeto, tais como obras civis, projeto básico ambiental e programa de revitalização do rio São Francisco.

Enfatizou a normalidade e celeridade na execução do cronograma físico-financeiro, destacando o ritmo crescente dos desembolsos. Também asseverou que as ações socioambientais têm sido conduzidas com a mesma prioridade das obras civis. Fundamentou sua afirmação com o fato de as obras civis (com valor de aproximadamente R\$ 8 bilhões) e o projeto básico ambiental (com valor de aproximadamente R\$ 900 milhões) estarem com percentuais próximos de execução concluída.

O evento foi encerrado pelo Secretário, que se pôs à disposição da Comitiva para maiores esclarecimentos. A seguir, alguns registros do evento e das visitas técnicas.



Figura 18: Fórum de Debates sobre Obras Complementares da Transposição do Rio São Francisco, realizado em Juazeiro do Norte/CE



Figura 19: Visita técnica às obras principais da Transposição do Rio São Francisco pela CEXTRRIO



Figura 120: Visita técnica às frentes de serviço das obras principais da Transposição do Rio São Francisco pela CEXTRRIO

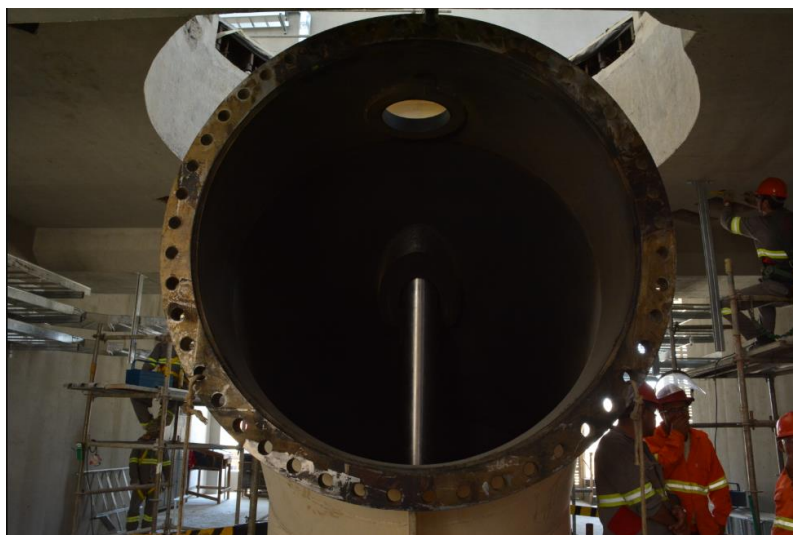


Figura 21: Visita técnica À Estação de Bombeamento EB-2 da Transposição do Rio São Francisco pela CEXTRRIO



Figura 22: Visita técnica às obras principais da Transposição do Rio São Francisco pela CEXTRRIO



Figura 23: Visita técnica às obras principais da Transposição do Rio São Francisco pela CEXTRRIO



Seminário “Transposição e Revitalização do Rio São Francisco”, realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em 16/4/2018

A fim de cumprir os objetivos de sua constituição, a Comissão Externa da Transposição do Rio São Francisco (CEXTRRIO) aprovou plano de trabalho em que foi prevista a realização de audiências públicas internas e externas, bem como a realização de visitas técnicas a fim de verificar *in loco* a real situação dos projetos e, com isso, ser capaz de propor soluções adequadas a desafios e dificuldades eventualmente encontrados.

De acordo, portanto, com plano de trabalho aprovado, em 16/4/2018, foi realizada a segunda audiência pública externa da CEXTRRIO, na forma do Seminário “Transposição e Revitalização do Rio São Francisco”. O Seminário ocorreu com apoio e participação de Comissão Especial da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (AL-CE), criada para acompanhar e monitorar o andamento das obras da Transposição do Rio São Francisco. O Seminário ocorreu na AL-CE, em Fortaleza, e contou com a presença de deputados federais, estaduais, representantes de órgãos e entidades federais e estaduais e representantes dos setores produtivos, dentre os quais citam-se:

- a) Deputado Federal e Coordenador da CEXTRRIO **Raimundo Gomes de Matos**
- b) Deputada Federal e membra da CEXTRRIO **Raquel Muniz**;
- c) Deputado Federal e membro da CEXTRRIO **Gonzaga Patriota**;
- d) Deputado Federal **Domingos Neto**
- e) Deputado Federal **Danilo Forte**
- f) Deputado Estadual do Ceará e Presidente da Comissão Especial da AL-CE **Carlos Matos**;
- g) Deputado Estadual do Ceará **Sérgio Aguiar**;



- h) Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), **Angelo José de Negreiros Guerra**;
- i) Representante do Ministério da Integração Nacional (MI) **Elianeiva Odísio**;
- j) Representante da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) **Danielson Vieira**;
- k) Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, **Francisco Teixeira**;
- l) Representante do Setor Produtivo do Ceará **Cristiano Maia**;
- m) Primeiro Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará **Rodrigo Diógenes**;
- n) Empresário do Setor do Agronegócio **Carlos Prado**.

Importante mencionar que também esteve presente no evento, para apoio e assessoramento técnico, a servidora Lívia de Souza Viana, do quadro da Consultoria Legislativa –área XI, da Câmara dos Deputados. O Seminário foi autorizado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, por meio do processo 279.947/2018.

A seguir, apresenta-se recapitulação sumária das exposições realizadas pelos participantes do evento.

1.-Abertura do Seminário e Introdução do Deputado Estadual Carlos Matos e do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos

Após abrir oficialmente o evento e registrar agradecimentos, o Deputado Estadual Carlos Matos salientou que um dos objetivos primordiais daquela reunião era estabelecer um cronograma confiável para o término e operação das obras da Transposição, haja vista o risco de colapso do sistema hídrico do estado. Registrou que esteve com o Ministro da Integração Nacional



para tratar da questão e elogiou os trabalhos desenvolvidos pelos deputados federais, que têm trazido reforço indispensável nesse tema.

Ressaltou que existem gargalos que merecem ser urgentemente tratados e registrou estar empenhado a realizar discussões qualificadas que possam se reverter em decisões concretas para o termino da obra.

Passou a palavra ao Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, que apresentou os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Externa da Transposição na Câmara dos Deputados (CEXTRRIO), registrou a importância da atuação de seus membros e destacou a participação da Deputada Federal **Raquel Muniz** que, como representante do Estado de Minas Gerais, onde se localiza a nascente do Rio São Francisco, tem atuação fundamental para sustentabilidade do uso desses recursos hídricos.

Registrou que a CEXTRRIO já realizou dezenas de audiências públicas, tendo tido a oportunidade de ouvir diversos segmentos dos setores públicos e privados, os quais apresentaram suas principais dificuldades e possíveis soluções para conclusão das obras. Acerca dessas informações, trouxe destaque a audiência realizada com representante do Exército Brasileiro, que se mostrou capaz de assumir as obras da Transposição no Ceará, obras essas que se encontram atualmente atrasadas, com temor crescente de que a empresa responsável não tenha capacidade técnica para finalizar os serviços pendentes.

Destacou a gravidade da questão para o Estado do Ceará, que se mantém em situação crítica de oferta hídrica, a despeito das chuvas. Registrou que a recarga hídrica não tem sido suficiente para trazer os açudes e os reservatórios a níveis seguros de reserva hídrica.

Diante de tantas incertezas e urgências, salientou a necessidade de realizar visita técnica ao canteiro de obras da Transposição no estado do Ceará e promover novas audiências para tratar das obras complementares no estado, as quais também estão inconclusas e são responsáveis pela distribuição das águas da Transposição aos municípios beneficiados.



Ressaltou que não apenas a conclusão das obras é um grande desafio, mas também sua gestão, com medidas e operação e manutenção. Explicou que o correto encaminhamento dessas questões é importante, a fim de que novos projetos semelhantes possam ser melhor conduzidos, como é o caso do projeto de transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco. Acerca desse novo projeto, o Deputado registrou que têm sido direcionados esforços para direcionar emendas parlamentares para seu aperfeiçoamento e efetiva execução.

Por fim, destacou a importância do apoio da Codevasf e do Dnocs, bem como da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará para dar celeridade às decisões administrativas, políticas e orçamentárias que precisam ser tomadas. Registrou também confiança no Ministro da Integração Nacional, que, desde sua atuação como Secretário de Infraestrutura Hídrica, tem conduzido as obras da Transposição com boa técnica e competência.

2.-Exposição da Sra. Elianeiva Odísio, Representante do Ministério da Integração Nacional (MI)

A **Sra Elianeiva Odísio** registrou seu profundo conhecimento da obra da Transposição bem como da região do Ceará por ela beneficiada. Explicou ter participado de diversas reuniões, vistas, projetos e tratativas complexas em torno do empreendimento.

Registrou que, atualmente, a obra está em vias de finalização, com mais de 90% de sua execução concluída. Afirmou que nunca faltou qualquer interesse ou esforço do MI para concluir efetivamente os serviços. Os sucessivos atrasos se deveram a problemas unicamente relacionados às empresas contratadas.

No que se refere aos principais entraves para a conclusão das obras, explicou serem eles a finalização do Túnel Milagres e da Estação de Bombeamento. A Estação de Bombeamento está em fase de teste e o compromisso do MI é de entrega-la, juntamente com o túnel, em outubro de 2018. Ressaltou o empenho e capacidade técnica do Ministro da Integração Nacional e reforçou compromisso de cumprir o cronograma atualmente proposto.



Direcionando-se à Sra. **Elianeiva**, o Deputado Estadual **Carlos Matos** se mostrou preocupado com as mudanças de cronogramas e com ameaças da atual construtora de abandonar a obra em virtude crises financeiras. Explicou que, caso a empresa a abandone, há risco de novo atraso de mais de um ano. Assim, questionou sobre possível solução de transferência de dinheiro à construtora para dar segurança para o término da obra e sobre a possibilidade de dispensa de licitação, caso seja necessário contratar nova empresa. Sem planos de emergência, qualquer cronograma ou data não tem qualquer segurança de conclusão, explicou.

O Deputado Federal **Raimundo Gomes de Matos** ressaltou que o problema financeiro não é o único. Existe ainda a falta de capacidade técnica da empresa, que também pode impedir o término da obra a contento.

A Sra. **Elianeiva** ressaltou que todos esses problemas e possíveis soluções estão sendo analisadas pelo MI. Acerca da possibilidade de o Exército assumir os serviços de engenharia, explicou que não há capacidade técnica no Exército para assumir toda obra, de forma que teriam de subcontratar. Registrou que o MI está estudando possibilidade de dividir o remanescente das obras em vários trechos e realizar a dispensa de licitação para cada um deles. Esse processo, caso seja necessário realizar, levaria entre 15 e 20 dias. Nesse momento, no entanto, ressaltou que a tentativa é manter tratativas com o consórcio contratado para dar agilidade à obra e manter o compromisso de entrega para outubro de 2018. Ressaltou que estão trabalhando em todas as frentes para manter o cronograma.

3.Exposição do Sr. Danielson Vieira, Representante da Codevasf

O Sr. **Danielson Vieira** clarificou o papel da Codevasf nas obras da Transposição e explicou que, atualmente, estão acompanhando operação teste no Eixo Leste e a finalização das obras no Eixo Norte. Registrou que ainda não possuem a responsabilidade objetiva de gestão e da operação, haja vista ainda não estar finalizado o empreendimento. Ressaltou que a construção da gestão é um grande desafio e precisa ser construído em conjunto com a obra.



A seguir, passou a tratar das ações da Codevasf relacionadas à revitalização do Rio São Francisco. Explicou que, por meio de recursos orçamentários do MI, a Codevasf executa diversas ações em esgotamento sanitário, abastecimento de água e controle de processos erosivos.

Registrou que, em esgotamento orçamentário, mais de R\$ 2,3 bilhões já foram gastos, com obras de grande importância, apesar da invisibilidade delas.

Em abastecimento de água, informou que já foram executados aproximadamente R\$ 414 milhões em obras. Em ações para controle de processos erosivos, tais como cercamentos de nascentes, construção de barraginhas e cercamentos de matas ciliares, mais de R\$ 797 milhões já foram gastos e 42 empreendimentos já foram concluídos.

Por fim, registrou a complexidade do trecho Eixo Norte e ressaltou o desafio de construir a gestão para todo o empreendimento.

O Deputado Estadual **Carlos Matos**, dirigindo-se ao representante da Codevasf, questionou sobre o custo de manutenção da obra e sobre a disponibilidade de recursos para cobri-lo, haja vista a falta de capacidade dos estados de assumirem, sozinhos, esse compromisso.

O Sr. **Danielson** explicou que a determinação da tarifa e da receita requerida para manutenção e operação é atribuição da Agência Nacional de Águas (ANA), a qual já realizou uma primeira rodada de consulta e audiência públicas sobre o tema.

Ademais, explicou que, no Eixo Leste, apenas para pré-operação e testes, existe ação orçamentária específica, sem restrições de recursos. Ressaltou que há expectativa de que essa disponibilidade se mantenha também para o Eixo Norte, o qual deverá requerer mais recursos que o Eixo Leste.

O Deputado Estadual **Carlos Matos** questionou acerca da possibilidade de suspensão da outorga de direito de usos dos recursos hídricos, caso ocorra problemas financeiros e orçamentários para cobrir os custos de ope-



ração e manutenção do empreendimento, haja vista o alto custo já previsto de R\$ 800 milhões por ano.

O Deputado Federal **Raimundo Gomes de Matos** também se mostrou preocupado com essa possibilidade e adicionou o problema da ausência de modelo de gestão para o empreendimento, não obstante a sua iminente conclusão.

O Sr. **Danielson Vieira**, respondendo aos questionamentos apresentados, sugeriu que fosse convidado, em outra oportunidade, representante ANA para tratar dos termos e efeitos da outorga concedida. Adiantou, no entanto, estar claro que a ANA não aceitaria justificativas relacionadas à gestão para conceder prorrogação dos prazos da outorga.

Ademais, informou que a Codevasf está contratando consultoria para tratar da questão de suprimento energia para a Transposição e que existe nova resolução sobre o modelo de gestão. Ressaltou que o modelo de gestão é complexo, dinâmico e multifacetado, com diversos fatores e atores. Até o momento, o papel, da Codevasf, nesse contexto, é elaborar o Plano de Gestão Anual, já concluído e entregue ao Governo Federal.

4.Exposição do Sr. Francisco Teixeira, Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará

O Sr. **Francisco Teixeira** registrou que, não obstante os índices pluviométricos estarem bons no primeiro semestre de 2018, ainda não foram suficientes para provocar recuperações significativas dos reservatórios do estado. Isso porque os níveis dos 155 açudes estiveram com o mínimo de 6,55% da capacidade total e, hoje, encontram-se com pouco mais de 13%, o que representa uma recuperação de pouco mais de 8%. O Castanhão, por exemplo, que esteve com 2%, hoje está com pouco mais de 6% de sua capacidade.

Explicou que essa situação agrava a preocupação com a questão hídrica no estado e com as obras da Transposição. Ressaltou que os açudes de Fortaleza não tiveram, praticamente, qualquer aporte de água. Embora os sistemas sejam diversos, com múltiplas entradas de água, registrou que a



situação é muito preocupante, tanto para abastecimento humano quanto para o setor produtivo.

Salientou que a previsão para os próximos meses é de manutenção de chuva, mas em níveis incapazes de retirar o estado da situação de escassez hídrica, de modo que a preocupação com a questão permanece. Dessa forma, salientou a importância da Transposição, que trará segurança hídrica para a região.

Com relação à obra complementar Cinturão das Águas, registrou que o estado está trabalhando em três lotes, com aproximadamente 80% das obras concluídas. O trabalho mais intenso consiste em garantir a conclusão de 53 km da adutora, trecho que permitirá aduzir água do reservatório de Jati até Riacho Seco, a partir de onde será possível alcançar grande eficiência de transferência de água até o Castanhão. Informou que, nesse trecho, os túneis e aproximadamente 38 km de adutora já estão concluídos. Os quilômetros remanescentes devem ser concluídos até setembro de 2018. Explicou que, sem a conclusão de toda a obra, parte significativa da água deverá ser conduzida ao reservatório Castanhão por meio do rio, o que deverá provocar perda elevadas, de aproximadamente 30%.

O Deputado estadual **Carlos Matos** questionou se haveria dificuldade de recurso para concluir as obras do Cinturão das Águas e se em setembro o estado do Ceará estaria efetivamente pronto para receber as águas Transposição. Ressaltou novamente sua preocupação com a possibilidade de suspensão da outorga de uso de recursos hídricos.

O Secretário de Recursos Hídricos do estado afirmou que o orçamento está apertado, de modo que é possível garantir os trechos essenciais, mas ainda não há recursos garantidos para os demais lotes.

5.Exposição do Deputado Federal Danilo Forte

O Deputado Federal registrou sua preocupação com os atrasos sucessivos nas obras da Transposição e a falta de orçamento para concluir uma obra de tamanha envergadura.



Sublinhou ter observado que não existe rubrica específica no MI para a Transposição e mostrou-se preocupado com a possibilidade de que remanejamentos de recursos sem a devida transparência estejam ocorrendo. Isso porque percebeu não haver registro do destino de recursos empenhados para as obras da Transposição, mas não executados nem revestidos em restos a pagar para o ano seguinte. Explicou que os recursos entram na Secretaria de Recursos Hídricos sem rubrica específica, dando margens para falta de transparência.

Assim, questionou o MI sobre esse fato e mostrou preocupação com a possibilidade de que as obras da Transposição estejam sendo indevidamente usadas para manipulações orçamentárias. Mais especificamente, mostrou-se preocupado com a possibilidade de que recursos da Transposição estejam sendo usados para os outros fins. Ressaltou, por fim, a necessidade de combater a indústria da seca.

O Deputado Estadual **Carlos Gomes** também se mostrou preocupado em saber para onde estão indo os recursos empenhados para a Transposição e não gastos.

A Sra. **Elianeiva**, em resposta aos questionamentos dos Deputados, explicou que os recursos destinados às duas rubricas existentes para a Secretaria de Recursos Hídricos são sempre empenhados e, quando não empenhados, viram restos a pagar para o ano seguinte. Acerca de valores não empenhados e nem convertidos em restos a pagar, afirmou não ter informações sobre o destino de possíveis remanejamentos. Comprometeu-se, no entanto, a buscar essas informações e esclarecer a questão. A seguir, registrou que o túnel Milagres, ainda em execução no Eixo Norte, tem 90 km remanescentes para serem executados e reafirmou o compromisso do MI de entregar toda a obra em outubro de 2018, sem novos atrasos.

6.Exposição do Sr. Angelo José de Negreiros Guerra Guerra, Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)



O Sr. **Angelo Guerra** complementou que coube ao Dnocs a recuperação e a modernização das barragens e açudes. Afirmou que foi feito esse trabalho no Castanhão, que já está pronto para receber as águas da Transposição. Em seguida, passou a apresentar dados acerca da execução de obras em outras barragens e açudes, tendo ressaltado que o reservatório Lima Campos está com problemas técnicos e com projeto orçado em R\$ 8,9 milhões. Afirmou que estão aguardando o repasse de recursos para iniciar as obras.

Sublinhou que, em Pernambuco e na Paraíba, também existem açudes e barragens com modernização e recuperação em andamento. Os recursos para essas obras estão, segundo o Diretor, garantidos.

7.Exposição do Deputado Federal Gonzaga Patriota

O Deputado mostrou-se solidário às preocupações dos demais presentes no que se refere à necessidade de concluir com eficácia as obras da Transposição e registrou ser a transposição de bacias uma solução de grande importância para as regiões que sofrem com escassez hídrica. Nesse passo, trouxe à pauta possível novo projeto, referente à transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco. Sublinhou estar à frente desse projeto, desenvolvendo tratativas com o Governo Federal, com governos dos estados e desenvolvendo estudos e projetos. Para subsidiar os presentes com informações mais detalhadas, apresentou livro publicado sobre o projeto.

Ainda sobre o novo projeto de transposição do Rio Tocantins, explicou que ele tem recebido apoio do MI, o qual contratou empresa para desenhar o projeto. Registrou que participou de duas audiências públicas no estado do Tocantins e, após esclarecer à população os potenciais ganhos econômicos e sociais que a obra proporcionaria (investimentos de mais de R\$ 5 bilhões e geração de milhares de empregos), também recebeu apoio para concretização do projeto.

Detalhou ainda que a obra tem sustentabilidade energética, na medida em que suas elevatórias seriam alimentadas por energia gerada em queda d'água existente no próprio empreendimento. Adicionalmente, explicou que a obra contempla um total de 230 km de canal, com queda d'água de



mais de 600 m, suficiente para gerar energia para as cinco elevatórias e para parte da região.

Destacou trata-se de obra de grande importância, capaz de evitar o colapso do Rio São Francisco e trazer equilíbrio à Barragem de Sobradinho, a qual tem permanecido em estado crítico nos últimos anos.

8.Exposição do Deputado Federal Domingos Neto

Iniciou parabenizando os trabalhos desenvolvidos pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos, bem como a iniciativa de Deputado estadual Carlos Matos de reunir esforços das duas esferas para alcançar objetivos complexos como os que envolvem as obras da Transposição.

Revelou que sua grande preocupação reside nas reiteradas prorrogações de prazo sem soluções alternativas. Sem um plano alternativo, o estado conta apenas com a solução imediata da Transposição, ainda sem conclusão. Esse fato torna permanente e agrava os problemas sociais e econômicos gerados pela escassez hídrica no estado. Destacou que milhares de empregos relacionados a irrigação têm sido perdidos nos últimos anos.

Nesse sentido, entende que é necessário começar a elaborar planos alternativos, com novos projetos e novas tecnológicas, de forma independente da Transposição. Exemplificou com a possibilidade de implementar, de forma mais consistente, a dessalinização de água.

9.Exposição do Sr. Carlos Prado, empresário do Setor do Agronegócio

De início, ressaltou que o setor produtivo do agronegócio é muito dependente da água e que, no Ceará, a escassez hídrica tem tornado o estado pouco atraente para novos investidores. Esse fato, para ele, é motivo de grande preocupação.

Registrou que o Ceará tem potencial para ser um estado produtor de grande porte, sendo a segurança hídrica o único obstáculo, haja vista que os demais fatores, como o clima, são favoráveis.



Explicou que a preocupação em relação à Transposição, além do término das obras, abrange saber se, de fato, haverá disponibilidade de água para garantir investimentos no setor produtivo. Isso porque, da maneira como está projetada e da forma como foi expedida a outorga, a Transposição não tem condições para atender o setor produtivo.

Detalhou que, para o Ceará, a outorga garante apenas 11 m³/s, uma vazão capaz de atender apenas a região de Fortaleza. Mostrou preocupação também com as potenciais perdas, que tendem a reduzir a já pequena vazão. Acerca disso, salientou a importância de concluir as obras do Ramal do Salgado, que podem minimizar as perdas potenciais.

Continuando a exposição, destacou que o setor produtivo tem proposto ao Governo do estado que coloque em seu planejamento de longo prazo um plano mais abrangente de garantia hídrica, que não conte apenas com a Transposição do Rio São Francisco, mas com outras medidas alternativas, tais como a dessalinização de água.

Ressaltou a necessidade de lançar planos e projetos mais ambiciosos, ainda que isso custe um pouco mais, pois água mais cara é melhor que falta de água, afirmou. Destacou ainda a necessidade de aprender com outros países, tais como a Espanha, que consegue oferecer garantia hídrica a despeito das condições climáticas e geográficas extremamente desfavoráveis.

Salientou, por fim, que o esforço em torno da Transposição do Rio São Francisco é meritório, mas é necessário direcionar esforços para outras frentes a fim de garantir crescimento e geração de emprego contínuos no estado e no País.

10. Exposição do Sr. Cristiano Maia, representante do setor produtivo do estado do Ceará.

Sugeriu que as comissões estaduais e federais que tratam de questões relacionadas à Transposição do Rio São Francisco organizem reunião no canteiro de obras da construtora a cargo das obras remanescentes no estado do Ceará, a fim de coletar informações acerca da real possibilidade de conclusão do empreendimento em outubro de 2018.



Sugeriu, adicionalmente, que fossem realizadas reuniões para tratar da gestão da obra, a fim de catalisar processos de decisão delicados para a eficiente operação do empreendimento, tais como aqueles relacionados à cobrança pelos recursos hídricos e pela operação e manutenção da obra.

Por fim, registrou que esteve em Israel para estudar a dessalinização e registrou que, naquele país, ela tem custado aproximadamente R\$ 2,00 por litro de água dessalinizada. Ao comparar com a Transposição do Rio São Francisco, explicou que, em virtude dos elevados custos previstos para operação e manutenção, é possível que um litro de água da Transposição custe algo muito próximo ao litro da água dessalinizada, o que coloca o empreendimento em cheque quando comparado a outras tecnologias. Ressaltou que, se os custos da Transposição continuarem sendo elevados, é possível que fique mais caro que tecnologias de dessalinização, tornando a obra, então, inócua.

11. Exposição do Sr. Rodrigo Diógenes, Primeiro Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará

Em breves palavras, registrou preocupação e desconforto com os sucessivos adiamentos para conclusão das obras da Transposição do Rio São Francisco, haja vista que a falta de água tem trazido problemas ao setor produtivo. Ressaltou que a obra é mais que importante, é essencial ao setor produtivo.

12. Exposição da Deputada Federal Raquel Muniz

A Deputada registrou estar unida aos demais presentes em suas preocupações com a finalização e operação das obras da Transposição do Rio São Francisco. Não obstante a importância dessa questão, chamou a atenção do público para a necessidade de se preocupar também com questões relacionadas à revitalização do Rio São Francisco.

Reconheceu o bom trabalho realizado pela Assembleia Legislativa do estado do Ceará e reforçou necessidade de que diálogos integrados e produtivos fossem constantemente mantidos, a fim de serem alcançados resultados mais céleres e eficientes para as demandas em pauta.



No que se refere a sua atuação na CEXTRRIO, registrou que está presente na comissão externa desde o início de seu mandato, tendo realizado importantes esforços para incluir a revitalização do Rio São Francisco entre as pautas urgentes do País. Entre esses esforços, trouxe destaque para o evento que organizou em Minas Gerais, por meio da CEXTRRIO. O evento contou com a participação do Ministro da Integração Nacional à época, o Sr. Gilberto Occhi, o qual se mostrou sensível à necessidade de ações firmes em prol da revitalização.

Reconheceu a importância de novos projetos, como o proposto pelo Deputado Gonzaga Patriota, mas ressaltou a importância de serem direcionados recursos e esforços para a revitalização do Velho Chico. Registrou que coordena, na Câmara dos Deputados, a Comissão Externa da Situação Hídrica dos Municípios de Minas Gerais, e tem atuado, também por meio dessa comissão, para trazer solução para problemas hídricos que assolam o País.

Continuando sua exposição, sublinhou que participou do 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília, e teve a oportunidade de coletar importantes informações e registrar demandas importantes, para as quais o Parlamento precisa estar pronto para dar respostas adequadas.

Complementou, informando que uma de suas grandes bandeiras é a educação, de modo que entende ser necessário direcionar esforços para a educação ambiental a fim de mudar mentalidades e paradigmas em torno do uso dos recursos naturais, tais como a água. Registrou que, em seus trabalhos em prol dos recursos hídricos na Câmara dos Deputados, pôde constatar a força significativa que possui a Bancada do Nordeste. Diante disso, fez apelo aos presentes para que os políticos do Nordeste se mostrem sensíveis à necessidade de revitalizar o Rio São Francisco, desde sua nascente em Minas Gerais, a fim de manter vivo o rio e seus recursos, tão necessários para o País.

Por fim, sugeriu que a revitalização do Rio São Francisco fosse incluída nos planos e programas de gestão da Transposição, de forma peregrina. Registrou que a gestão do empreendimento não pode ficar restrita a discussões em matéria de engenharia e de custos, mas também de revitalização e preservação dos recursos ambientais.



13. Exposições Finais e Encerramento do Seminário

Após finalização de todas as exposições, O **Deputado Estadual Carlos Matos** registrou que os fatos apresentados geraram uma pauta de quatro pontos, a ser trabalhada em reuniões futuras:

- a) averiguar com mais detalhes, juntamente ao Governo Federal, a confiabilidade do cronograma atualmente apresentado pelo MI para concussão das obras da Transposição;
- b) averiguar, juntamente à ANA, os exatos termos da outorga de uso dos recursos hídricos e as reais possibilidades de suspensão ou prorrogação da outorga;
- c) averiguar, juntamente aos órgãos e entidades envolvidos na gestão da Transposição, a forma como se dará a gestão e operação do empreendimento, especialmente no que se refere à divisão de vazão e de custos entres os estados beneficiados; e
- d) averiguar, juntamente ao Governo do Estado do Ceará, as medidas e recursos necessários para a conclusão das obras do Ramal do Salgado.

O **Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos** mostrou grande satisfação com os resultados da reunião, na medida em que ela permitiu ouvir diversos setores e levantar novos planos de ação e novas medidas para contribuir na solução dos problemas em pauta.

Registrou que a CEXTRRIO realizaria, tão logo quanto possível, as sugeridas reuniões com representantes da ANA, do Ministério do Planejamento e da Codevasf, para tratar dos gargalos de obra e da gestão. Também registrou que seria planejada visita técnica aos trechos remanescentes do estado do Ceará.



Reiterou a importância das questões de revitalização e reforçou os pontos levantados pela **Deputada Federal Raquel Muniz**. Acerca dessa questão, registrou sua preocupação com a falta de investimentos no Estado do Ceará em obras de saneamento e abastecimento de água, as quais são essenciais para manter a qualidade das águas do São Francisco.

A **Sra. Elianeiva** trouxe também atenção para a necessidade de obras de saneamento e requisitou atuação da CEXTRRIO para dar celeridade a essas obras, especialmente aquelas a cargo da Funasa e de Prefeituras do estado. Informou que existem muitos municípios atrasados e a comissão pode ajudar a dar andamento a essas obras, essenciais para manter a qualidade das águas.

Complementou, informando que, acerca das obras complementares do Ramal do Salgado e do Ramal do Apodi, ambas possuem projeto executivo e aguardam recursos para iniciar ações de desapropriação. O projeto mais atraso é do Ramal do Agreste, que ainda não possui cadastro fundiário.

O **Deputado Federal Gonzaga Patriota** requisitou que fosse incluída na pauta também a necessidade de conclusão da Ferrovia Transnordestina.

O Deputado Estadual **Carlos Matos** encerrou a reunião ressaltando a necessidade de concretizar os encaminhamentos registrados e informou que comissão estadual possui relatório com 24 medidas que podem ajudar a vencer a insegurança hídrica.



Visita Técnica ao Reservatório Jati e Estação de Bombeamento EB-2 e Seminário para Atualização de Informações acerca da Transposição do Rio São Francisco", realizada em Juazeiro do Norte, na data de 7/12/2018

A fim de cumprir os objetivos de sua constituição, a Comissão Externa da Transposição do Rio São Francisco (CEXTRRIO) aprovou plano de trabalho em que foi prevista a realização de audiências públicas internas e externas, bem como a realização de visitas técnicas a fim de verificar *in loco* a real situação dos projetos e, com isso, ser capaz de propor soluções adequadas a desafios e dificuldades eventualmente encontrados.

De acordo, portanto, com plano de trabalho aprovado, entre os dias 6 e 7/12/2018, foram realizadas visitas técnicas a trechos e estruturas das obras do projeto da Transposição do Rio São Francisco (Pisf) e Seminário para atualização das informações relativas ao Pisf. As visitas técnicas envolveram o Reservatório de Jati, alguns trechos do canal principal e a Estação de Bombeamento EB-2 e contou com os seguintes participantes:

- a) Deputado Federal e Coordenador da CEXTRRIO, o Sr. **Raimundo Gomes de Matos**;
- b) Engenheiro do Ministério da Integração Nacional, o Sr. **Cesar Peres**;
- c) Coordenador do Eixo Norte da Transposição, o Sr. **Bruno Cravo**;
- d) Assessor do Deputado Raimundo Gomes de Matos, o Sr. **José Cabral**;
- e) Jornalista e Assessor de Imprensa do PSDB no Estado do Ceará, o Sr. **José Oceli Lopes**;
- f) O Sr. **Cosmo Silva Lemos**, Advogado;
- g) O Sr. **Marcos Silva**, radialista no Município de Crato;



- h) O Sr. **José Erasmo Gomes de Moraes**, suplente de vereador do Município de Crato;
- i) Sr. **Cauê Fonteles**, Chefe de Gabinete da Subchefia de Assuntos Federativos.
- j) A Sra. **Silvia Mergulhão**, Secretária Executiva da CEXTR-RIO;
- k) A Sra. **Lívia de Souza Viana**, Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados

O Seminário, realizado no Memorial Padre Cícero, em Juazeiro do Norte/CE, contou com os participantes supramencionados e, ainda, com os seguintes:

- a) Sr. **Eduardo Melloni**, Coordenador da empresa gerenciadora do Pisf;
- b) Sr. **Giovanni Sampaio**, Vice-Prefeito de Juazeiro do Norte/CE;
- c) Sr. **Carlos Matos**, Deputado estadual do Ceará e coordenador da frente parlamentar da Transposição do Rio São Francisco no Ceará.

O Deputado **Raimundo Gomes de Matos** abriu o Seminário, esclarecendo o papel da comissão, bem como os diversos trabalhos realizados ao longo dos quatro anos de seu funcionamento. Sublinhou os diversos desafios constatados no curso dos trabalhos, tais como desafios relacionados à execução das obras, à interação institucional e outros. Ao mesmo tempo, ressaltou os esforços empreendidos pela comissão para catalisar soluções, entre as quais a aprovação de emendas orçamentárias para projetos fortalecedores da Transposição e da sustentabilidade hídrica da Região Nordeste, como a transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.



Esclareceu que, mesmo com o fim da CEXTRRIO, esforços deveriam ser mantidos, junto a diversos poderes e gestores públicos federais, estaduais e municipais, a fim de, não apenas finalizar as obras da Transposição, mas mantê-la em pleno funcionamento, com eficácia e efetividade, a fim de obter os benefícios máximos para a população da Região Nordeste. Entre esses esforços adicionais, destacou a entrega o relatório final da CEXTRRIO ao presidente eleito, de forma a instigar o Governo Federal a oferecer, nos próximos anos, tratamento prioritário e emergencial tanto à Transposição do Rio São Francisco, quanto à Região Nordeste como um todo, por meio de outros investimentos e iniciativas. A seguir, passou a palavra aos palestrantes.

O primeiro palestrante, o Sr. **Eduardo Melloni**, Coordenador da empresa gerenciadora do Pisf, trouxe breve panorama do empreendimento, apresentando suas principais características e estágio de execução. Destacou o avanço físico do projeto, que conta com 96,98% de conclusão no Eixo Leste e 95,98% de conclusão no Eixo Norte. Destacou também o montante de mobilização de mão de obra atual, que já ultrapassa cinco mil pessoas.

A seguir, passou a descrever o estágio das obras complementares ou associadas ao Pisf. Acerca do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), informou que o CAC completo (1291 km) beneficiará 95% da população do estado (8 milhões de pessoas), abastecerá 24 municípios entre Jati e o rio Cariús, no Ceará, **beneficiando 561.000 pessoas**, e tem valor estimado de R\$ 2 bilhões de reais.

Acerca da Vertente Litorânea, destacou ser um sistema adutor, com extensão total de 130,43 km, dos quais foram pactuados com MI 110,99 Km. A área de influência do empreendimento é delimitada no projeto como sendo a Mesorregião do Agreste Paraibano: Itatuba, Mogeiro, Itabaiana, São José dos Ramos, Sobrado, Riachão do Poço, Sapé, Mari, Cuité de Mamanguape, Araçagi, Itapororoca, Curral de Cima e outros. Serão direta e indiretamente beneficiados pelo empreendimento **aproximadamente 631 mil habitantes**.

Sobre a Adutora do Agreste, trouxe as seguintes informações: a Adutora do Agreste é um sistema que fornece aproximadamente 4m³/s de água tratada para o agreste Pernambucano. O Projeto tem por finalidade



abastecer ou complementar o abastecimento de água de 68 Municípios, inclusive localidades urbanas e comunidades rurais situadas dentro da faixa de 2,5 km de cada lado da Adutora. Os recursos assegurados somam R\$1,07 bilhão de reais. O sistema adutor completo **beneficiará uma população de mais de 2 milhões de habitantes.**

A respeito do Ramal do Salgado, informou que o Trecho III, com extensão de 35 km, já possui projeto executivo concluído e valor global estimado de R\$ 700 milhões de reais. O Trecho IV do empreendimento, com extensão de 103 km, possui projeto básico para vazão de 25m³/s e valor global estimado de R\$ 1,15 bilhão de reais. O Trecho VII, com extensão de 71 km, já possui obras em execução e valor estimado de R\$ 1,13 milhões de reais

Tratando do Ramal do Piancó, destacou que o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA foi contratado em 15/05/2018, no âmbito do Interágua, pelo Banco Mundial, com prazo para conclusão dos estudos de 180 dias. O valor global estimado é R\$ 332,9 milhões de reais.

Explicou que o Ramal do Apodi possui extensão de 115,5 km (tem início na Estrutura de Controle do Reservatório Caiçara-PB e entrega no açude público Angicos, na bacia do rio Apodi –RN), vazão de 40 m³/s até o Km 30 e vazão de 20 m³/s após esse ponto. O projeto executivo do empreendimento está finalizado e seu valor estimado (execução, questões ambientais e serviços de engenharia do proprietário) é de R\$ 2 bilhões de reais (data base Março/2014).

O Sr. **Eduardo Melloni**, ressaltou, por fim, a importância socioeconômica do projeto que, mesmo em operação teste, já mostra os grandes benefícios que pode gerar. Evidenciando sua análise, trouxe depoimentos de beneficiários do sistema operativo.

O Sr **César Peres**, após realizar agradecimentos, ressaltou a importância de tornar público à sociedade e às autoridades os esforços e desafios envolvidos no projeto da Transposição, a fim de que se dê a devida importância ao projeto e assegurem o seu pleno funcionamento após a conclusão das



obras. O Sr. **Bruno Cravo**, em complemento, ressaltou a necessidade de apoio político constante para que a obra seja operativa e a água chegue com sucesso à população beneficiada. Destacou também a necessidade de envolvimento da sociedade e dos diversos setores interessados. Informou, por fim, que o avanço das obras ocorre dentro do planejado.

O Deputado Estadual **Carlos Matos** ressaltou a falta de preparo do estado para receber as obras da transposição. Sublinhou que o Governo Federal não parece estar preocupado com as dificuldades estaduais, estando suas preocupações centradas na finalização das obras dos canais principais. Explicitou que, acerca do CAC, as informações são ainda conflitantes. Há incertezas acerca da capacidade do empreendimento para receber toda a água que, potencialmente, pode chegar da Transposição. Trouxe visões pessimistas e otimistas acerca da chegada da água no Castanhão, mas destacou que não há estudos ou tratativas que mostrem preocupação com questões relacionadas, por exemplo, às perdas de água por percolação nos trechos em que a água correrá em leitos de rios existentes.

Pontou problemas relacionados à vigência da outorga de água para o PISF, que está em vias de vencimento e não se observam esforços tendentes a cumprir suas condicionantes.

Continuando sua explanação, externou que possui dúvidas acerca da capacidade da Codevasf para operar e gerenciar o PISF, tendo em vista que a instituição não possui orçamento próprio, não possui *expertise* na área e não possui capacidade técnica relacionada à energia, a qual compõe a maior parcela dos custos da água. Registrou que, para alguns especialistas, a instituição mais indicada seria a Chesf. Destacou que estão sendo empreendidos esforços, junto a setores interessados, para propor um novo modelo de gestão para a Transposição. Por fim, solicitou que os representantes do MI discorressem sobre os pontos por ele levantados, quais sejam, o apoio do Governo Federal para o término das obras do CAC, a sustentabilidade hídrica da obra, a efetividade do atual modelo de gestão da Transposição e as problemáticas relacionadas à outorga da água.



Em resposta, o Sr. **César Peres** explicou que, conforme os acordos iniciais relacionados ao projeto, estão a cargo dos estados os projetos e a execução das obras complementares. Ainda que a fonte de recursos seja o Governo Federal, cabe aos estados gerir suas necessidades, seus projetos e suas obras. Destacou que o MI tem preocupações acerca das dificuldades enfrentadas pelos estados, tanto que tem se proposto a atender cidades em situações urgentes de necessidade de água, como foi o caso de Campina Grande e entorno. Sensibilizado com a situação dessas cidades, o Governo Federal contornou diversas dificuldades para assegurar abastecimento mínimo a esses locais.

Acerca das preocupações sobre percolação de água, em trechos de canal que correm em leitos de rios existentes, explicitou que estudos e simulações já foram realizadas e mostraram ser essa uma solução eficiente e efetiva. Com relação à gestão, ratificou a existência de preocupações acerca do modelo atual e destacou a necessidade de serem pensadas soluções efetivas, haja vista os desafios relacionados à Transposição, que é uma obra horizontal de grande extensão, espalhada ao longo de centenas de quilômetros, com estruturas variadas, que envolve diferentes tecnologias e formas de operação, e que estão instaladas em locais com condições climáticas e geológicas variadas e desafiadoras. Sublinhou, também, que, conforme as leis e normas vigentes, a gestão está a cargo da Codevasf, a qual deve estar preparada para uma gestão e manutenção permanente e ininterrupta, que exigirá respostas rápidas e tecnicamente corretas.

O Deputado estadual **Carlos Matos** voltou a requisitar, ao MI, maiores detalhes acerca dos estudos de percolação das águas e retomou sua preocupação acerca da efetiva vazão que chegará aos destinos finais. Também refez a demanda por informações relacionadas a renovação da outorga.

O Sr. **César Peres** destacou que o estudo acerca da percolação da água está no MI e disponível para consulta, ressaltando que se trata de solução que visa antecipar o recebimento da água pela população. Acerca da outorga, explicou que o Eixo Leste já possui outorga renovada e que providências estão sendo tomadas para renovação total. Destacou que a obra está em



uma fase importante de amadurecimento, que tem revelado problemas antes previstos e outros que se mostraram imprevisíveis, mas que merecem, igualmente, respostas rápidas e bem preparadas.

O Vice-Prefeito, Sr. **Giovanni Sampaio**, ressaltou a importância da manutenção das obras, que não acabam com a inauguração. Além dos custos altos, a manutenção exigirá respostas rápidas e eficientes, motivo pelo qual o Vice-Prefeito destacou que não acredita numa gestão eficiente operada inteiramente por instituições governamentais. Ressaltou a necessidade de mudança na política para que serviços, obras e programas públicos funcionem com efetividade e tragam reais benefícios à população.

Parabenizou os técnicos envolvidos na Transposição, diante da correção técnica com que foram executadas as obras, mas lamentou a existência de políticos que usaram o empreendimento para tirar proveitos particulares.

O Deputado **Raimundo Gomes de Matos** ressaltou que grande parte dos Municípios do Estado do Ceará não conseguiu cumprir suas obrigações em relações a obras de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de gerenciamento de resíduos sólidos. Nesse sentido, chamou atenção aos representantes da Associação de Municípios do Estado do Ceará (Aprece) para que atuassem em prol do cumprimento dessas obrigações. Para o Deputado, os prefeitos precisam dialogar com o Governo do Estado e com o Governo Federal a fim de viabilizar a execução desses projetos.

O próximo expositor, o Sr. **Cauê Fontele**, destacou a magnitude da obra, constatada por ele por ocasião da visita técnica realizada junto à CEXTRRIO. A seguir, destacou que, consoante relatório gerencial enviado à Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) pelo TCU, aproximadamente 42% dos convênios firmados com Municípios a serem beneficiados pela Transposição está com vencimento iminente. O Sr. **Cauê** sublinhou que, sem as obras objetos desses convênios, os Municípios não poderão ser beneficiados pela Transposição, de modo que se faz urgente a busca por soluções que permitam a execução adequada e célere desses ajustes.



Acerca disso, destacou que SAF está atuando em trabalho conjunto com a CEXTRRIO, a fim de fortalecer a interlocução entre os três entes da federação das regiões beneficiadas pela Transposição. Explicitou que essa função de estabelecimento de diálogo é importante para garantir que obrigações, projetos e obras sejam cumpridos e concluídos e a população seja efetivamente beneficiada. Requisitou dos Municípios mais preocupação e cuidado com os convênios por eles firmados, para evitar que situações como a atual, de inexecução de projetos e recursos, seja perpetuada. Alertou que o vencimento dos convênios traz prejuízos não apenas aos habitantes dos Municípios, de forma geral, mas também aos seus gestores e agentes políticos, em particular.

Asseverou, por fim, que a SAF está de portas abertas para receber prefeitos, governadores e outros agentes dispostos a tomar providências conjuntas para viabilizar a conclusão de convênios essenciais à Transposição, mais que correm o risco de vencer e não executar mais de R\$ 700 milhões de reais. Finalizou, agradecendo a parceria que a Câmara dos Deputados, por meio da CEXTRRIO e do Deputado **Raimundo Gomes de Matos**, tem promovido com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, a fim de acelerar e viabilizar ações necessárias à conclusão e ao pleno funcionamento de obras e projetos relacionados à Transposição do Rio São Francisco, um projeto tão urgente e necessário para a Região Nordeste.

O Deputado **Raimundo Gomes de Matos** encerrou o evento, ressaltando os avanços conquistados e os desafios futuros. Entre os avanços, ressaltou as interações interfederativas e interinstitucionais inéditas que a Transposição tem viabilizado. Não obstante esse fato, essas coordenações e interlocuções entre atores e instituições, segundo o Parlamentar, ainda são tímidas e devem, portanto, se constantemente fortalecidas, para que os obstáculos existentes sejam vencidos.

Para finalizar o evento, o Deputado **Raimundo Gomes de Matos** agradeceu pelos esforços empreendidos, pela participação de todos durante os trabalhos da Comissão, alertando sobre a necessidade de continuidade de trabalhos a fim de vencer os desafios futuros e existentes. A seguir, alguns registros do evento e das visitas técnicas.



Figura 24: Seminário para atualização de informações acerca da Transposição do Rio São Francisco, realizado em Juazeiro do Norte/CE



Figura 25: Visita técnica às obras principais da Transposição do Rio São Francisco pela CEXTRRIO (Reservatório Jati)



Figura 25: Visita técnica às obras principais da Transposição do Rio São Francisco pela CEXTRRIO (Canal principal)



Figura 26: Visita técnica às obras principais da Transposição do Rio São Francisco pela CEXTRRIO (túnel hidráulico)



Figura 27: Visita técnica às obras principais da Transposição do Rio São Francisco pela CEXTRRIO (Estação de Bombeamento EB-2)



3. CONCLUSÕES E DESAFIOS FUTUROS

Ao longo de quatro anos de intenso trabalho, a Comissão Externa da Transposição do Rio São Francisco, coordenada pelo Deputado **Raimundo Gomes de Matos**, pôde constatar a complexidade desse importante empreendimento, que envolve desafios das mais diversas ordens. Alguns, felizmente, já foram solucionados. Outros, no entanto, carecem de atenção prioritária, pois da solução deles depende o sucesso permanente da Transposição.

Entre os obstáculos já superados, estão aqueles relacionados a questões técnicas e operacionais de engenharia, que não foram pequenos diante da grandiosidade do projeto, bem como do espaço geográfico extremamente diverso em que está situado. Foi necessário mais de uma década para que o fim das obras principais fosse, efetivamente, vislumbrado. É importante destacar que aos desafios técnicos somaram-se problemas de ordem jurídica, econômica e financeira, que impuseram atrasos, elevações de custos e exigiram esforços de vários atores para possibilitar o prosseguimento das obras.

Esta Comissão, além de testemunhar o surgimento dos problemas mencionados, fez-se força ativa, juntando-se aos diversos esforços que estavam em ação, para catalisar soluções. Isso porque a CEXTRRIO reconhece a importância socioeconômica da Transposição para a Região Nordeste, que necessita de sustentabilidade hídrica para vencer a pobreza histórica, para atrair investimentos e, conseqüentemente, para alavancar o seu desenvolvimento.

Ao longo de sua atuação, com a promoção de diversas audiências públicas, reuniões, requisição de informações, visitas técnicas e eventos externos, a CEXTRRIO ajudou a reunir e confrontar os diversos atores envolvidos do Projeto da Transposição. Há que se destacar que a variedade de atores é significativa e permeia todos os Poderes e todas as três esferas da Federação. Além de atores governamentais e agentes políticos, há, ainda, os diversos interessados e potenciais beneficiários, representados pela sociedade civil organizada, setores da iniciativa privada e organizações não governamen-



tais. Todos esses atores foram provocados e ouvidos pela Comissão ao longo de seus trabalhos. O conhecimento produzido foi considerável e, reunido neste Relatório, pode ser utilizado para melhor compreensão do Projeto e proposição de soluções para desafios futuros.

A própria diversidade de atores é um desafio que ainda precisa ser melhor trabalhado. A coordenação interinstitucional e interfederativa é tímida e traz prejuízos consideráveis à efetividade de programas, políticas e projetos. Isso porque, sem diálogo, troca de informações e soma de esforços, as ações governamentais são permeadas de lacunas, sobreposições e medidas contraproducentes, ou seja, desalinhadas aos resultados comuns esperados. As sobreposições e lacunas de competências geram desperdício de recursos financeiros e humanos e prejuízos ao planejamento e coordenação de políticas. A CEXTRRIO pôde constatar esses problemas em questões relacionadas à Transposição do Rio São Francisco. A variedade de atores descoordenados torna quase inevitável que lacunas e sobreposições sejam geradas.

Entre os problemas gerados pela falta de coordenação e sinergia entre atores, políticas e programas, está a dificuldade de cumprimento das obrigações estaduais e municipais essenciais ao funcionamento da Transposição. Não obstante os canais principais estejam em vias de conclusão, ainda se encontram pendentes diversas obras estaduais responsáveis pelo transporte da água aos destinatários finais, e obras municipais responsáveis pela sustentabilidade hídrica e ambiental do empreendimento. Os atores estaduais e municipais alegam falta de capacidade técnica e financeira, ao mesmo tempo que acusam o Governo Federal de falta de interesse em oferecer apoio. O Governo Federal, por sua vez, afirma estar disponível para ajudar, mas ressalta a responsabilidade dos demais entes federativos em empreender esforços para cumprir suas obrigações. Esta CEXTRRIO entende que uma avaliação mais objetiva dessas questões deve ser realizada. Cada responsável deve ser chamado a cumprir suas obrigações, mas as supervisões, apoios e acompanhamentos necessários devem ser mapeados e implementados a fim de serem alcançados os objetivos comuns.



É importante sublinhar também a necessidade de estabelecer diálogo com o setor privado potencialmente atingido ou beneficiado por programas, obras e políticas públicas. No caso da Transposição do Rio São Francisco, o setor da indústria e da agropecuária, responsáveis por grande parte da geração de emprego e renda na Região Nordeste, não estão sendo contemplados no planejamento e na operação dos canais. As vazões firmes garantidas pelas outorgas da ANA são suficientes apenas para suprir os usos prioritários da água, quais sejam, o abastecimento humano e a dessedentação de animais. Não há garantia de vazão firme para uso na indústria ou na agricultura, o que causa grande preocupação para o futuro da Região. Nesse sentido, entende-se que é necessário revisar os estudos hidrológicos da operação dos canais da Transposição a fim de confirmar a real impossibilidade de oferta hídrica firme para usos múltiplos e, ao mesmo tempo, efetuar investimentos em infraestrutura alternativa capaz de garantir água para a indústria e agricultura. Entre esses investimentos alternativos, tem-se a transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco, cujos estudos iniciais já estão em curso no âmbito do Ministério da Integração Nacional. Esta CEXTRRIO entende que dar prioridade e atenção a esse projeto pode contribuir para a solução dessas questões.

Outro desafio significativo identificado desde o início dos trabalhos da CEXTRRIO é o delineamento de um modelo de gestão sustentável e eficiente para o Pisf. O desafio era grande há quatro anos, quando a Comissão primeiramente o identificou, e, atualmente, nenhuma solução segura parece ter sido encontrada, o que torna o problema ainda maior, diante da conclusão iminente das obras. A CEXTRRIO promoveu diversos encontros, debates e discussões em torno do assunto, e pôde constatar que as dificuldades residem, entre outros fatores, nos seguintes:

- a) falta de *expertise* das instituições públicas para operar um empreendimento do porte e complexidade técnica do Pisf;
- b) falta de consenso entre o Governo Federal e os estados beneficiados acerca dos preços a serem cobrados pela água e acerca das vazões a serem repartidas;



- c) custo elevado da energia, que provoca elevação do custo de operação do sistema e, conseqüentemente, dos preços cobrados pela água;
- d) instabilidade política e orçamentária, que coloca em risco a segurança da operação e manutenção do sistema;
- e) falta de definições claras e objetivas de competências e responsabilidades entre os entes federativos para operação e manutenção dos canais principais e obras associadas ao sistema.

Não obstante a complexidade do assunto, a CEXTRRIO alerta para o fato de que ele não tem sido tratado com a urgência e importância que merece. Há que se rever o modelo atualmente proposto, com estudos, avaliações e simulações, a fim de aferir a real capacidade técnica, financeira e operacional da Codevasf para assumir o papel de operadora federal do Pisf. Soluções alternativas, tais como o envolvimento da iniciativa privada por meio de parcerias, precisam também ser consideradas. Obstáculos orçamentários precisam ser retirados. Conforme o modelo atual, toda a receita gerada pelo pagamento da água do Pisf, receita essa que deverá ser usada para operação e manutenção do sistema, está sujeita a contingenciamento e outros morosos trâmites incompatíveis com a celeridade que decisões e soluções precisarão ser tomadas por ocasião da operação da Transposição. Esta Comissão preocupou-se em realizar esses alertas ao longo de seus trabalhos, mas poucos resultados foram alcançados. O sucesso do Pisf, no entanto, depende de respostas adequadas a essas questões.

Por fim, também foi motivo de preocupações para esta CEXTRRIO a forma como tem sido conduzido o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Os debates promovidos em torno da questão mostram aparente falta de priorização para implementação do programa, tanto no que se refere às questões orçamentárias, quanto em relação à efetividade das ações e medidas implementadas. Auditorias do TCU, registradas ao longo deste relatório, bem como importantes trabalhos de organizações não-



governamentais e comitês de bacias, atestam o estado de degradação alarmante em que se encontra o Rio São Francisco e revelam a inércia do Poder Público em conduzir, com adequação, as medidas de sua alçada. A importância da revitalização e conservação constantes da Bacia do Rio São Francisco vai muito além da Transposição. Além do valor intrínseco daquele rico ecossistema, há que lembrar que dele dependem diversos usos múltiplos da água, tal como produção de energia, navegação, pesca e irrigação. A Transposição é mais um desejado e sonhado destino para as águas do Rio São Francisco. Serão fonte de prosperidade e desenvolvimento para a Região Nordeste se, e somente se, forem garantidas a saúde de seu berço, de sua bacia.

4. MENSAGEM FINAL E PROPOSTAS DA COMISSÃO

Quando a CEXTRRIO foi instalada, no início de 2005, a conclusão das obras principais da Transposição era uma preocupação importante. Mesmo com quase 70% de conclusão, os sucessivos atrasos das obras, além de diversos problemas financeiros e jurídicos, colocavam cada vez mais distante o sonho de ver correr no Nordeste brasileiro as águas do Rio São Francisco.

Hoje, encerramos a Comissão com as obras atingindo praticamente 96% de conclusão e com a certeza de que a finalização definitiva dos canais está próxima e não é mais tópico que causa consternação, mas, ao contrário, traz razões para comemorar. No entanto, ao mesmo tempo em que devemos reconhecer o esforço produzido e comemorar os avanços conquistados, não podemos deixar de mirar os grandes desafios e obstáculos que ainda aguardam solução. Em outras palavras, os trabalhos para ver a Transposição em pleno funcionamento, ao mesmo tempo em que terminam sob alguns aspectos, estão, em diversos outros, apenas começando.

Foram mais de R\$ 8 bilhões de reais investidos nas obras principais, apenas pelo Governo Federal. Outros vultosos recursos públicos estão ainda sendo investidos pelos estados beneficiados. As obras já somam mais de 10 anos de execução. Trata-se da maior obra hídrica do País, com estruturas que batem recordes além das fronteiras nacionais. O Túnel Cuncas II, por exemplo, é, hoje, o maior túnel hídrico da América Latina. Os números e a própria obra impressionam pela grandiosidade e complexidade. Apesar de tudo is-



so, a verdadeiro objetivo desse empreendimento não envolve quaisquer dessas questões. O desejo desta Comissão é que recordes sejam gerados em benefícios para a população. Que a pobreza e o subdesenvolvimento sejam combatidos em níveis nunca antes vistos. Que a Transposição traga oportunidades inéditas à Região Nordeste e ao País. Por tudo isso a preocupação desta Comissão sempre se constituiu em propor soluções para os problemas identificados ao longo dos trabalhos. A CEXTRRIO tem plena convicção de que se diversas medidas não forem urgentemente adotadas pelos governos das três esferas da federação, a Transposição não atingirá seus objetivos.

Com isso em vista, a CEXTRRIO apresenta a seguir diversas propostas ou linhas gerais de ação que, entende-se, contribuirão para garantir não apenas a efetividade da Transposição e sua sustentabilidade econômico-financeira, mas, também, o desenvolvimento da Região Nordeste e do Brasil. As propostas estão dispostas a seguir.

- 1.) Adoção de medidas urgentes a fim de dar suporte aos Municípios beneficiados pela Transposição, para que que viabilizem a execução das obras relacionados ao Projeto de Transposição que estão sob sua responsabilidade. Tratam-se de obras importantes, relacionadas a tratamento de água, de esgoto e de gerenciamento de resíduos sólidos, mas que apresentam estágio de execução, de forma geral, extremamente atrasado.
- 2.) Fortalecimento da coordenação e interação entre o Governo Federal e os Estados e Municípios beneficiados pela Transposição do Rio São Francisco, a fim de serem objetivamente definidas competências e responsabilidades em relação ao projeto, bem como disponibilizado apoio técnico e financeiro, sempre que necessário, para o cumprimento permanente das obrigações pactuadas.



- 3.) Revisão periódica dos estudos hidrológicos relacionados às vazões firmes outorgadas ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco a fim de serem disponibilizadas, sempre que possível, vazões firmes adicionais para serem utilizadas em usos múltiplos, tais como indústria e agropecuária;
- 4.) Realização de novos estudos e investimentos em projetos alternativos de oferta de água para Região Nordeste, a fim de que seja garantida segurança hídrica aos setores promotores de desenvolvimento da região, tais como a indústria e a agropecuária.
- 5.) Investimentos em fontes alternativas de energia para a Transposição do Rio São Francisco, tais como energia eólica e solar, as quais podem conferir sustentabilidade energética ao sistema e reduzir seus custos de operação e manutenção.
- 6.) Modificação urgente da lógica orçamentária estabelecida para a Transposição do Rio São Francisco, haja vista que os recursos gerados pela cobrança da água que corre em seus canais estão sujeitos a contingenciamento e a procedimentos de execução extremamente morosos. Trata-se de processo incompatível com a celeridade com que decisões de impacto financeiro deverão ser tomadas por ocasião da operação e manutenção da Transposição. O modelo a ser seguido deve ser um que garanta autonomia orçamentária e de gestão dos recursos, tal como é o praticado com a Agência Nacional de Águas (ANA). Os recursos originados pela cobrança da água pela Agência não são passíveis de contingenciamento, em oposição ao que ocorre hoje na Transposição.
- 7.) Revisão do modelo vigente de gestão da Transposição do Rio São Francisco, de forma a assegurar que as instituições



responsáveis tenham a capacidade técnica e operacional necessárias ao gerenciamento de um empreendimento tão complexo e específico. Entende-se que modelos alternativos, que envolvam parcerias com o setor privado, devem ser novamente estudados e considerados.

- 8.) Fortalecimento constante do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, que deve integrar a gestão da Transposição do Rio São Francisco. O fortalecimento deve envolver destinação de recursos humanos e financeiros adicionais, bem como o desenvolvimento de indicadores de desempenho objetivamente aferíveis, os quais deverão ser periodicamente monitorados e seus resultados disponibilizados à sociedade.
- 9.) Fortalecimento de dos comitês de bacias e das agências de bacias das regiões doadoras e receptoras das águas do Rio São Francisco, bem como fortalecimento e concretização de gestão de recursos hídricos criados pela Lei nº 9.433, de 1977 (Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos), tais como cadastramento de usuários, planos de bacias e cobrança pelo uso da água.
- 10.) Fortalecimento das instituições responsáveis pela Região Nordeste, com clara e objetiva definição de suas competências, a fim de serem eliminadas lacunas e sobreposições de ações, bem como desperdícios de recursos.
- 11.) Revisão periódica e fortalecimento das políticas, programas e ações direcionadas para a Região Nordeste, a fim de garantir a sinergia e reforço mútuo entre elas, com uso eficiente de recursos públicos.



12.)Desenvolvimento de políticas, programas e ações permanentes, para garantia da sustentabilidade hídrica e do desenvolvimento socioeconômico da Região Nordeste, com indicadores de desempenho claros e objetivos, periodicamente aferidos e divulgados à toda a sociedade.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2018

Deputado GONZAGA PATRIOTA
PSB/PE